

**Universidade Federal da Paraíba
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Doutorado Integrado em Psicologia Social**

**Vivências do Desejo Feminino:
A experiência homoafetiva**

Tese de Doutorado

Doutoranda: Aline Oliveira Machado

Orientador: Profº Drº Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain

João Pessoa – PB

2010

Aline Oliveira Machado

**Vivências do Desejo Feminino:
A experiência homoafetiva**

**Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio
Grande do Norte**

2010



Universidade Federal da Paraíba
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Doutorado Integrado em Psicologia Social

Vivências do Desejo Feminino:

A experiência homoafetiva

Tese apresentada por
Aline Oliveira Machado, ao
Programa Integrado de Pós-
Graduação UFPB/UFRN:
Nível Doutorado em Psicologia
Social, como requisito parcial
para obtenção do Grau de
Doutora em Psicologia Social.

Orientador:

Profº Dr. Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain

João Pessoa, 01 de Março de 2010

M149v Machado, Aline Oliveira.
Vivências do desejo feminino: a experiência homoafetiva /
Aline Oliveira Machado.- João Pessoa, 2010.
172f.
Orientador: Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain
Tese (Doutorado) - UFPB-UFRN
1. Psicologia social. 2. Homoerotismo feminino.
3. Diversidade sexual. 4. Discriminação.

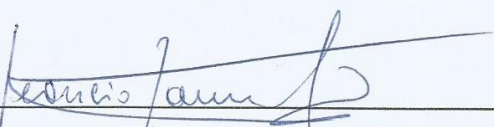
UFPB/BC

CDU: 316.6(043)

Aline Oliveira Machado

Tese de doutoramento submetida ao corpo docente do Programa Integrado de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora.

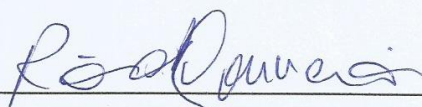
Banca Avaliadora:



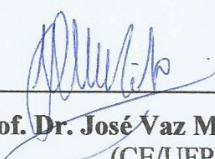
Prof. Dr. Leoncio Camino Rodriguez Larrain (Orientador)
(PPGPS/UFPB)



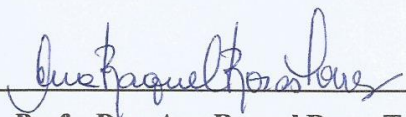
Profa. Dra. Eliana Célia Ismael da Costa
(Universidade Federal de Sergipe - UFS)



Prof. Dr. Raimundo Cândido de Gouveia
(Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)



Prof. Dr. José Vaz Magalhães Neto
(CE/UFPB)



Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres
(PPGPS/UFPB)

João Pessoa, Março de 2010

*Sonho em viver em um mundo
onde ser verdadeiro com os próprios
desejos, sem violentar o direito do
próximo, não justifique ser destinado
à marginalidade.*

*Aos meus pais e irmãs por todo apoio e
dedicação.*

*Em especial, a todos aqueles que são
condenados a viver a discriminação.*

Agradecimentos

Este trabalho, como todos os outros, não poderia ser construído em um vazio. Assim, muita ciência precedeu e é construída durante este trabalho; neste mesmo sentido, muita história precede e procede a minha existência.

Mesmo este trabalho acaba por se tornar parte da minha história, uma história construída a partir das minhas vivências. Pessoas e momentos passaram na execução deste trabalho, mas algumas pessoas foram de extrema importância para que pudesse finalizá-lo, e não poderia deixar de agradecer e as essas pessoas que fazem parte deste trabalho, não só como entrevistados, mas como mestres, amigos, incentivadores e mesmo co-autores.

Agradeço primeiramente aos meus pais, Antônio Machado e Neuza Machado por terem contribuído para a concretização desta minha passagem para uma nova etapa que se inicia. Pelo incentivo e acima de tudo, pelo amor e confiança que sempre me dedicaram.

A minhas irmãs, Isla Machado e Karine Machado pelo carinho, apoio, atenção e respeito que sempre me dispensaram.

Aos meus sobrinhos e afilhado Regiane, Alex, Laércio, Bruna, Matheus, Larissa e Mateus, que trazem alegria a minha vida.

Ao meu amigo e muito mais do que orientador, Professor Leoncio Camino, principal responsável pelo meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico, a quem dispenso enorme amor, carinho e admiração.

Ao Grupo de Pesquisa em Comportamento Político por me auxiliar durante todo o processo. A cada membro e ex-membro do GPCP, em especial a aqueles que diretamente acompanharam este trabalho, Patrícia da Silva, Raquel Belo, Ângela Estrada, Talita e Vandivel.

Aos amigos e colegas de curso, os quais estiveram presentes com seus estímulos e aconselhamentos.

Aos amigos que formei em minha caminhada, em especial a Ana Karla, Telma, Tânia, Franci, Marina, Maura Lúcia e Alessandra, as quais me acompanharam durante a execução do estudo, pelo apoio.

A todos vocês os meus sinceros agradecimentos.

Resumo

Pensar em uma sociedade onde parcela da população é destinada a viver sua afetividade de forma secreta é pensar como estes sujeitos “admitem para si” uma sexualidade destinada à marginalidade e como enfrentam, desde a identificação do próprio desejo à prática do desejo. Diversos estudos têm demonstrado que mesmo com a existência de normas sociais que coíbem o preconceito, a discriminação continua atuante, embora esteja assumindo formas de expressão que não entram em confronto direto com a vigência das atuais normas de tolerância. Essas atitudes discriminatórias e as situações de exclusão criam sentimentos de inadequação social nos sujeitos homoeróticos, o que se reflete diretamente na sua auto-estima e no desempenho das suas funções enquanto indivíduos pertencentes à sociedade. Conseqüentemente, os sujeitos homoeróticos agrupam-se buscando um suporte emocional entre si, que lhes permite amenizar a recusa do convívio harmônico com o restante da sociedade. Assim o objetivo deste trabalho é investigar a construção da vivência social do grupo de mulheres que experienciam a prática do desejo homoafetivo enquanto minorias ativas, em uma dinâmica social caracterizada por representações depreciativas a grupos de minorias sexuais. Descrevendo como neste universo se desenvolvem e se expressam as estratégias dessa vivência. Neste sentido, a investigação baseia-se concretamente em cinco aspectos: Percepção acerca das causas da homossexualidade; Fatores emocionais e sociais envolvidos a descoberta do desejo homoerótico; Percepção acerca da discriminação vivida; Percepção acerca de como os movimentos e as minorias sexuais contribuem na luta pela diversidade sexual; e Percepção acerca de quais as bandeiras de lutas devem ser priorizadas pelo movimento de minorias sexuais. Para tanto foram realizados dois estudos, o primeiro com amostra composta por 81 mulheres que praticam o homoerotismo, contatadas através de redes de contatos; já o segundo estudo contou com uma amostra de 176 mulheres estudantes de cursos da área de humanas que já haviam iniciado sua prática sexual. Analisando os dados obtidos nos dois estudos, podemos afirmar que se por um lado as mulheres de práticas homoafetivas tem uma vívida percepção tanto das formas como das conseqüências da discriminação e preconceito a que estão submetidas na sociedade, por outro lado a vivência da sexualidade é perpassada por sentimentos de repressão social também por mulheres heterossexuais. Assim, a discriminação é sentida por ser mulher, e ainda mais intensamente experienciada por mulheres de prática homoafetiva, o que faz com que a prática da sexualidade seja vivida através do filtro das normativas criadas e mantidas socialmente.

Palavras chaves: Discriminação, Homoerotismo Feminino e Diversidade Sexual

Abstract

Thinking of a society where part of the population is destined to live their affectivity in secret is to think like these people "admit to himself" a sexuality intended to marginalization and how to face, from the identification of desire itself to the practice of desire. Several studies have shown that even with the existence of social norms that shy away prejudice, discrimination is still active, although it is assuming forms of expression that do not come into direct confrontation with the term of the current standards of tolerance. These discriminatory attitudes and situations of exclusion have created feelings of inadequacy in homoerotic subjects, which is reflected directly on your self-esteem and in carrying out its duties as individuals belonging to the society. Consequently, the homoerotic subjects are seeking emotional support from each other, allowing them to soften the refusal of the harmonic coexistence with the rest of society. So the aim of this study is to investigate the construction of the social experience of the group of women who experience the practice of homoerotic desire as active minorities in a social dynamic characterized by disparaging representations to groups of sexual minorities. Describing how in this universe have developed and expressed the strategies of this experience. In this regard, research is based on five aspects: perception about the causes of homosexuality; Emotional and social factors involved the discovery of homoerotic desire; Perception about the discrimination experienced; Perception about the movements and sexual minorities contributed in the struggle for sexual diversity; and Perception about which are the flags of fights must be prioritized by the movement of sexual minorities. Two studies were carried out for this purpose, the first with sample composed of 81 women who practice the homoeroticism, contacted through networks of contacts; the second study included a sample of 176 women students of humanities courses that had already begun their sexual practice. Analyzing the data obtained in two studies, we can say that if homoerotic women have a vivid perception of the discrimination and prejudice from your homoerotic practices, consequences to which they are subject in society, on the other hand the experience of sexuality is full by feelings of social repression for straight women. Thus, discrimination is felt by this woman, and even more intensely lived by women homoerotic practice, which makes the practice of sexuality lived through the filter normative created and maintained socially.

Key words: Discrimination, Female Homoerotic and Sexual Diversity

Sumário

LISTA DE TABELAS	14
LISTA DE QUADROS	15
LISTA DE FUGURAS	16
Apresentação	17
1. Fundamentação Teórica	22
1.1. O estudo do Preconceito	23
1.1.1. A noção de preconceito e seus fatores explicativos	25
1.1.2.- O preconceito na perspectiva societal	37
1.1.3.- Novas formas de preconceito	40
1.2. O papel da Identidade Social	45
1.3. Homoerotismo: contribuições	50
1.3.1. Perspectivas na historia	50
1.3.2. Perspectiva contemporânea Teoria Queer	56
1.4. A vivência homoerótica	60
1.4.1. Cenário Nordeste	60
1.4.2. Cenário no Sudeste	62
2. Estudos Empíricos	65
2.1. Vivência Homoafetiva	65
2.1.1. Objetivos	66
Objetivo Geral	67
Objetivos Específicos	67
2.1.2. Método	68
Amostra	72
Roteiro de Entrevistas	72
Procedimentos	75

2.1.3. Resultados e Discussão	76
2.1.3.1. Dados Sócio-Demográficos	77
2.1.3.2. Percepção acerca das causas da Homossexualidade	79
2.1.3.3. Descoberta do Desejo	81
2.1.3.3.1. O conflito intra-pessoal	94
2.1.3.3.2. O conflito inter-pessoal	96
2.1.3.3.3. O papel da família	97
2.1.3.4. Discriminação	97
2.1.3.5. Percepção acerca da Sociedade	99
2.1.3.6. Movimento de Minorias Sexuais	109
2.1.3.7. Formas de Encontros	116
2.2. Vivência Heteroafetiva	117
2.2.1.	
Objetivos	120
Objetivo Geral	120
Objetivos Específicos	120
2.2.2. Método	121
Amostra	122
Roteiro de Entrevistas	122
Procedimentos	124
2.2.3. Resultados e Discussão	125
2.2.3.1. Dados Sócio-Demográficos	126
2.2.3.2. Reconhecimento do Desejo	127
2.2.3.3. Posição frente a Heteronormatividade	138
Considerações Finais	143

Bibliografia	152
Anexos	160

Índice de Tabelas, Quadros e Figuras

Tabela 1: Idade das Entrevistadas	77
Tabela 2: Renda Pessoal	77
Tabela 3: Escolaridade	77
Tabela 4: Religião	78
Tabela 5: Causas da Homossexualidade	75
Tabela 6: Idade em que identificou o desejo	54
Tabela 7: Descoberta: Demonstrativo da Classe 4	84
Tabela 8: Descoberta: Demonstrativo da Classe 2	86
Tabela 9: Descoberta: Demonstrativo da Classe 3	88
Tabela 10: Descoberta: Demonstrativo da Classe 1	90
Tabela 11: Idade em que identificou o Desejo	92
Tabela 12: Sentimentos ligados a descoberta do Desejo	93
Tabela 13: Postura da família	97
Tabela 14: Idade em que começou a sentir-se discriminada	98
Tabela 15: Sociedade: Demonstrativo da Classe 3	101
Tabela 16: Sociedade: Demonstrativo da Classe 4	103
Tabela 17: Sociedade: Demonstrativo da Classe 2	104
Tabela 18: Sociedade: Demonstrativo da Classe 1	106
Tabela 19: Sentimentos frente a Sociedade	108
Tabela 20: Priorização das Bandeiras de Luta	115
Tabela 21: Idade das Entrevistadas	126
Tabela 22: Religião das Entrevistadas	126
Tabela 23: Reconhecimento do Desejo: Demonstrativo Classe 4	129
Tabela 24: Reconhecimento do Desejo: Demonstrativo Classe 3	130

Tabela 25: Reconhecimento do Desejo: Demonstrativo Classe 2	131
Tabela 26: Reconhecimento do Desejo: Demonstrativo Classe 5	132
Tabela 27: Reconhecimento do Desejo: Demonstrativo Classe 1	134
Tabela 28: Idade em que identificou o desejo	135
Tabela 29: Postura da Família frente a prática	135
Tabela 30: Fatores que dificultaram a identificação do desejo	136
Tabela 31: Fatores que facilitaram a identificação do desejo	137

Quadro 1: Descoberta - Coletânea de discursos da Classe 4	85
Quadro 2: Descoberta - Coletânea de discursos da Classe 2	87
Quadro 3: Descoberta - Coletânea de discursos da Classe 3	89
Quadro 4: Descoberta - Coletânea de discursos da Classe 1	91
Quadro 5: Sociedade - Coletânea de discursos da Classe 3	102
Quadro 6: Sociedade - Coletânea de discursos da Classe 4	104
Quadro 7: Sociedade - Coletânea de discursos da Classe 2	105
Quadro 8: Sociedade - Coletânea de discursos da Classe 1	107
Quadro 9: Atuação dos Movimentos de Minorias Sexuais	110
Quadro 10: Atuação do Grupo de Travestis e Drag Queens	111
Quadro 11: Atuação do Grupo de Bissexuais	112
Quadro 12: Análise de Cluster das Bandeiras de Luta	114
Quadro 13: Descoberta - Coletânea de discursos da Classe 4	130
Quadro 14: Descoberta - Coletânea de discursos da Classe 3	131
Quadro 15: Descoberta - Coletânea de discursos da Classe 2	132
Quadro 16: Descoberta - Coletânea de discursos da Classe 5	133
Quadro 17: Descoberta - Coletânea de discursos da Classe 1	134

Quadro 18: Heteronormatividade - Coletânea de discursos da Classe 1	140
Quadro 19: Heteronormatividade - Coletânea de discursos da Classe 3	140
Quadro 20: Heteronormatividade - Coletânea de discursos da Classe 5	141
Quadro 21: Heteronormatividade - Coletânea de discursos da Classe 2	141
Quadro 22: Heteronormatividade - Coletânea de discursos da Classe 4	141
Figura 1: O discurso e a descoberta do desejo	82
Figura 2: Análise de correspondência das classes de discurso	83
Figura 3: O discurso e a perspectiva frente a sociedade	100
Figura 4: Análise de correspondência das classes de discurso	101
Figura 5: O discurso e a descoberta do desejo	127
Figura 6: Análise de correspondência das classes de discurso	128
Figura 7: Posição frente a Heteronormatividade	138
Figura 8: Análise de correspondência das classes de discurso	139

Apresentação

Branco-negros, pobres-ricos, loira-morena, homem-mulher, baixos-altos, gordos-magros, são exemplos das inúmeras categorias que nos definem enquanto indivíduos. Não é incomum sermos notados por fazer parte de uma ou mais dessas categorias, levando, seja a uma exaltação social quanto à categoria a qual pertencemos, ou mesmo a um sentimento de inadequação social quando esta categoria não possui status.

Tajfel situaria este fenômeno no processo natural de formação e manutenção de grupos. Para ele os processos de categorização e comparação social são os mecanismos da manutenção das diferenças grupais na medida em que leva aos sentimentos de coesão e pertença grupal (Amâncio, 1999).

No entanto, o que se poderia considerar um processo natural de diferenciação grupal, torna-se justificativa para as diversas formas de atos discriminatórios. Assim, os diversos tipos de preconceito não só continuam existentes, mas como também atuantes.

De fato, estes processos de categorização não se apóiam no que poderíamos considerar como a realidade, mas são construídos socialmente em um longo processo histórico e portanto constroem uma forte unanimidade na sociedade. Embora embates sócio-políticos possam construir novas normas legais, estas crenças preconceituosas profundamente arraigadas não só continuam existentes, como estão de forma mascarada.

O Brasil possui um conjunto de leis que proíbem diversas manifestações de discriminação. Mas apesar dessas leis, observam-se freqüentemente atos individuais de violência contra negros, indígenas e mulheres; por sua vez, os índices sócio-econômicos dessas minorias sociais não só não parecem melhorar como em certos casos eles apontam para um aumento da discriminação, como se tem veiculado freqüentemente na imprensa. Pode-se concluir que o preconceito continua forte, embora esteja assumindo formas de expressão que não entram em confronto direto com a vigência das atuais normas de tolerância (Camino, Da Silva, Machado & Pereira, 2001).

O estudo do preconceito tem sido tema de diversos estudos, especificamente na psicologia. Estudos clássicos sobre o preconceito datam da

década de 50. As décadas posteriores demonstram, ainda, um crescente interesse sobre o tema, tratando do fenômeno do preconceito em perspectivas variadas, situando sua origem desde os fenômenos intra-individuais, passando pelos níveis de análise inter-individuais, intergrupais e, chegando até ao nível ideológico.

Neste estudo o fenômeno do preconceito é estudado através da perspectiva psicossocial, a qual considera que os preconceitos desenvolvem-se no interior dos processos de exclusão social e modificam-se junto com estes. Define-se o preconceito como *“uma forma de relação intergrupais onde, no quadro específico das relações assimétricas de poder entre grupos, se desenvolvem e se expressam no seio do grupo majoritário, atitudes negativas e depreciativas e comportamentos hostis e discriminatórios, dirigido aos membros de um grupo minoritário”* (Camino & Pereira, 2000).

Assim, no grupo minoritário os roteiros sexuais são definidos como a socialização do gênero e as redes sociais que obrigam essa trajetória são delineadas sobre um pano de fundo onde se combinam as diferentes marcas sociais que delimitam o campo das possibilidades dos indivíduos (Heilborn, 1999).

Atos discriminatórios como a homofobia fazem parte de construções históricas sobre a natureza da sexualidade e sobre as diferenças de papéis sociais entre os gêneros masculino e feminino. Desse modo, eles são justificados e absorvidos por determinados setores sociais como gestos de preservação e de defesa de um tipo de sociedade em que se considera preferível (Camino & Pereira, 2003). Tais atos estão respaldados em crenças justificadoras que são absorvidas e reforçadas no processo de socialização, tendo como objetivo a preservação desse ideal de sociedade considerado natural. Desse modo, construções sociais subjetivas adquirem estatuto de realidade concreta e passam a justificar relações sociais assimétricas (Gouveia & Camino, 2007).

Entendendo tais categorias como uma construção eminentemente social leva nos a questionar a necessidade de certos esforços, como por exemplo, o de entender as causas do homoerotismo, pois uma vez que ele passa

a ser entendido como uma construção social acerca de uma prática da sexualidade, não possuindo uma causa específica e muito menos constituindo uma disfunção do comportamento sexual do homem, constituirá apenas mais uma forma de sexualidade.

Porém compreender o fenômeno da discriminação, não é só entender como o grupo majoritário representa o grupo minoritário e como o trata de forma depreciativa, mas é entender também como o grupo minoritário representa essa discriminação, e como, neste contexto discriminatório, se desenvolve a identidade e o auto-reconhecimento.

Alguns estudos têm demonstrado que a construção da identidade dos sujeitos homoeróticos sofre interferência tanto da discriminação sentida nos diversos setores da sociedade, como também pela maneira como elas compreendem a sua prática sexual. Essas pessoas têm uma vivida percepção tanto das formas como das consequências da discriminação e preconceito a que estão submetidas, e que estes são extremamente ativos em provocar sofrimento nas suas vítimas, as quais a ele reagem de modo a combatê-lo pelo engajamento, seja social, seja político ou identitário. (Gouveia, 2007; Machado, Da costa e Camino, 2004)

Neste estudo temos por objetivo entender como se configura a vivência do desejo homoerótico, enfatizando a dificuldade do auto-reconhecimento do desejo homoafetivo e a repercussão do contexto discriminatório na priorização das lutas para os movimentos de minorias sexuais. Além de investigar as nuances e estratégias que estão por trás da vivência dos *homoerotismos*¹.

Neste sentido, faz-se necessário fazer um levantamento histórico de como se tem estudado o fenômeno do preconceito na psicologia, situando como os diversos níveis de análise deste fenômeno estruturam os discursos acerca da explicação das causas da discriminação.

Considerando que a identidade social traduz a consciência que o sujeito possui de pertencer a uma categoria ou grupo social concreto junto com

¹ Usamos o neologismo “homoerotismos” para assinalar o fato que no fenômeno do homoerotismo incluem-se formas muito diversas de sexualidade, às vezes até fundamentalmente diferentes. Esta diversidade é indicada já no modo como geralmente se denominam os movimentos de homossexuais: “Associação de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Simpatizantes” (AGLTTS).

o significado emocional dessa pertença, postula-se que os indivíduos são motivados a conseguir uma identidade social positiva que contribua para sua própria auto-estima e, para tanto, estabelecem comparações sociais nas quais procuram diferenciar-se positivamente dos outros grupos. Neste sentido, quanto maior seja a identidade do sujeito com um grupo maior será sua tendência de superestimar seu grupo e diminuir os outros.

Assim, entender os discursos discriminatórios é tratar das diversas concepções acerca do homoerotismo ao longo da história e como estas concepções vão influenciar o pensamento dominante. Em um segundo momento, faz-se necessário compreender uma construção histórica dos diversos discursos acerca do homoerotismo.

Aqui, para entendermos melhor o desenvolvimento da identidade das mulheres homoeróticas devemos entender os avatares que sofre esse desejo diferente frente aos diversos níveis e setores da sociedade: as normas sociais, gerais e os agentes que veiculam essas normas (família, escola, religião e meios de comunicação). Uma maneira de entender melhor esse desenvolvimento é comparar as transformação e destinos que segue esse desejo “diferente” com o desejo sexual das mulheres heteroafetivas, que de todas as maneiras também têm que enfrentar normas sociais tradicionais.

Por fim, para compreendermos o contexto acadêmico em que se enquadra este trabalho, faz-se necessário situar o panorama acadêmico dos diversos estudos que tem como tema o homoerotismo.

Fundamentação teórica

1.1.- O estudo do Preconceito

Na Psicologia, os processos de discriminação são estudados a partir dos conceitos de estereótipos e de preconceito. Pressupõe-se que os processos de discriminação se referem a práticas objetivas de exclusão social. Já o preconceito e os estereótipos fariam referência aos aspectos subjetivos da discriminação. Historicamente, estes conceitos têm sido analisados numa perspectiva muito intra-individual, desconectados do contexto social. Dá-se maior ênfase ao estudo da pessoa que discrimina e perde-se de vista a relação social entre discriminador e discriminado, com a qual se perde a possibilidade de entender os processos de discriminação dentro dos processos mais amplos de exclusão/inclusão social. Na medida em que se aborda a pessoa preconceituosa isolada do meio, perde-se a possibilidade de entender as novas formas que o preconceito toma em função das novas dinâmicas sociais.

Neste capítulo, tentaremos recolocar a abordagem psicológica num contexto mais social ou societal no sentido que Doise (2001) dá a este termo. Para isto, iniciaremos este capítulo, analisando primeiro a noção de preconceito e as teorias que o explicam. Num segundo momento, analisaremos as características que devem ser contempladas nestes conceitos a fim de que eles possam ser articulados com os processos de exclusão/inclusão social. Finalmente, analisaremos as novas formas que o preconceito está tomando no mundo pós-moderno.

1.1.1.- A noção de preconceito e seus fatores explicativos

Classicamente, no estudo psicológico dos processos de discriminação social, o conceito mais usado é o do preconceito. Numa das obras marcantes do período pós-guerra, “A Natureza do Preconceito”, Allport (1954) o concebe como: “Uma antipatia baseada numa generalização errada e inflexível, que pode ser só sentida ou abertamente expressa e que pode ser dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo por ser membro de tal

grupo". Nesta definição, o preconceito refere-se principalmente a uma orientação ou posicionamento afetivo negativo de um indivíduo ou de um conjunto de indivíduos, frente a outro grupo social.

Por outro lado, o preconceito pressupõe como o seu nome já indica, "pré-julgamentos" negativos sobre os membros de uma raça, religião ou qualquer outro grupo social (Jones, 1972). Estes pré-julgamentos podem ser considerados como crenças sobre a natureza e as características de um grupo social e constituem, portanto, os aspectos cognitivos implícitos na noção de preconceito. Em Psicologia, denominam-se de estereótipos os pré-julgamentos sobre as características de um grupo ou categoria social.

Mas os preconceitos não são só conjuntos de sentimentos de antipatia e de crenças distorcidas e negativas sobre grupos sociais. Eles estão essencialmente relacionados a práticas e comportamentos discriminatórios frente a membros desses grupos pelo fato de pertencerem a eles (Brown, 1995, p. 8). É por esta razão que, em psicologia, estuda-se a discriminação a partir do preconceito. Aliás, na psicologia, considera-se freqüentemente a discriminação como a expressão ou exteriorização de atitudes preconceituosas. Aponta-se assim para uma origem psicológica do preconceito. Nesse sentido, bastaria acabar com os preconceitos para eliminar as situações discriminatórias.

Esta forma de pensar, implícita em numerosas teorias psicológicas sobre o preconceito, articula-se com a compreensão mais freqüente que se tem da atitude como uma estrutura mediadora entre o estímulo e a resposta, constituída de três fatores: o cognitivo, o afetivo e o evolutivo.

Para Brown (1995), três aspectos caracterizariam de forma geral as definições do preconceito, quanto à atitude: uma orientação negativa em relação a membros de determinados grupos (Allport, 1954), orientação que toma a forma de um julgamento prévio negativo sobre os membros de uma raça, religião ou grupo social relevante, que se mantém mesmo quando a observação dos fatos não o confirme (Jones, 1972); algo que é aversivo e não justificado, irracional, errado e inflexível (Augostinos & Reynolds, 2001); e a função de

manutenção da posição social dos grupos que se reflete nas normas sociais dos grupos de pertença dos indivíduos (Allport, 1954; Jones, 1972).

Podemo-nos perguntar agora quais os fatores que determinam o surgimento do preconceito? A psicologia social tem desenvolvido uma grande diversidade de modelos explicativos sobre os fatores que determinam as práticas discriminatórias. Descreveremos brevemente algumas dessas explicações em função do nível de análise que elas privilegiam seguindo Doise (1986) que descreve quatro possíveis níveis de análise: o nível intrapessoal, onde o comportamento social é explicado a partir dos processos psicológicos do indivíduo, ou seja, a maneira como o indivíduo, através de disposições internas, organiza sua experiência social; o nível interpessoal, em que o comportamento social é explicado a partir das relações estabelecidas entre determinadas pessoas, numa determinada situação, ou seja, a partir das formas concretas que as relações entre as pessoas tomam; o nível intergrupar, em que o comportamento social é explicado a partir das diferenças na posição social dos indivíduos e onde as posições sociais estariam ligadas às diversas pertenças ou filiações sociais; e finalmente o nível societal, em que o comportamento social é explicado a partir das ideologias, sistemas de crenças e representações que as sociedades criam em torno dos conflitos.

Se analisarmos o desenvolvimento das teorias sobre o preconceito numa perspectiva histórica, poderemos observar que as teorias psicológicas sobre o preconceito centram, inicialmente, suas análises nos níveis intrapessoal e interpessoal. Como vimos na definição de Allport, o preconceito seria uma generalização falha e inflexível e uma antipatia que pode ser sentida (emoção) ou externalizada (comportamento). Estas duas características refletem as principais preocupações da psicologia social nas décadas de 30 a 50 (Duckitt, 1992). Nesse período, a psicologia social estava preocupada com duas grandes questões, por um lado, a ubiquidade do racismo nos Estados Unidos, o que produzia teorias psicológicas que procuravam processos universais e intrapessoais subjacentes ao preconceito e, por outro, as repercussões da

ideologia nazi-fascista, que produziram na psicologia social teorias com ênfase em aspectos da personalidade dos indivíduos.

No primeiro nível de análise, podem ser citados três modelos clássicos: a concepção do "bode expiatório", de Dollard *at al.* (1939), a abordagem de Adorno *at al.* (1950), centrada no estudo da Personalidade Autoritária e a teoria de Rockeach (1960) que coloca como fator subjacente ao preconceito a intolerância a outros valores culturais.

Para entender a predominância de explicações do preconceito e da discriminação em termos afetivos e emocionais devemos lembrar que as práticas racistas desse período manifestavam-se com uma grande hostilidade. O anti-semitismo elevado à ideologia política, na Alemanha dos anos 30, levou ao genocídio de 6 milhões de judeus e aos horrores da guerra. Nos Estados Unidos a crise econômica de 1929 intensificou os antagonismos raciais porque tornou mais aguda a competição pelos poucos empregos e recursos existentes. No sul dos Estados Unidos podiam-se observar as ações violentas e ritualísticas contra os negros e suas propriedades levadas a cabo pelo Klu-Klux-Kan com apoio implícito de boa parte da população. Já nos anos 60, na costa leste iniciam-se as primeiras manifestações de violência "moderna" da parte dos habitantes dos guetos de Nova York (Jones, 1972).

Neste contexto social, Dollard, Doob, Miller, Mowrer & Sears (1939) aplicam sua teoria da Frustração-Agressão à conceitualização do preconceito, situando-o como uma consequência da privação econômica. A teoria da Frustração-Agressão pressupõe um vínculo quase automático, embora não necessariamente inato (Miller, 1941), entre a frustração e a agressão. Assim, uma vez produzida uma situação frustrante pela interrupção de um comportamento o sujeito experimentaria automaticamente um impulso (*Drive*) a agredir a causa da interrupção, ou seja, a fonte da frustração. O aparecimento de um comportamento agressivo concreto vai depender em parte da aprendizagem anterior do sujeito e em parte da presença ou não de fatores de inibição. Estes fatores não inibem o impulso agressivo, que permanece e ainda

tende a aumentar, mas só o comportamento externo. Este impulso agressivo acumulado se deslocaria posteriormente em alvos menos inibidores.

Pode-se pensar que em crises econômicas um grupo pode ser levado a agredir outro grupo percebido como direta ou indiretamente responsável pela produção da crise. Neste sentido, o preconceito seria o deslocamento da hostilidade produzido pelas frustrações inerentes à vida sócio-econômica sobre categorias sociais que, pelo seu baixo status social, não podem revidar adequadamente. Esta hipótese ficou conhecida como a teoria do “bode expiatório”. Foi no contexto desta teoria que Hovland & Sears (1940) correlacionaram o número de linchamentos de negros por brancos no Sul dos E.U.A. com as flutuações dos preços do algodão e, de acordo com suas hipóteses, observaram uma correlação negativa entre os dois fenômenos: quanto menor era o preço do algodão, maior era o número de linchamentos.

Outra explicação do preconceito ao nível intra-individual é constituída pelo clássico estudo de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson & Sanford (1950) sobre "A Personalidade Autoritária". O pressuposto básico desta obra de colaboração afirma que o conjunto de atitudes sociais e políticas de um indivíduo possuem certa coerência e são expressão de tendências profundas da personalidade. Esta hipótese, quando aplicada ao estudo concreto sobre o fascismo, implica que as pessoas que tendem a aceitar mais as idéias fascistas possuiriam um conjunto de características da personalidade que constituem uma síndrome específica.

É evidente que os autores pressupõem que as ideologias, possuidoras de existência independente dos sujeitos, se originam em processos sociais e culturais históricos e contextuais. O que eles afirmam é que as ideologias mobilizam aos indivíduos em função de características dinâmicas da personalidade destes. Dando ênfase à estrutura dinâmica da personalidade como mediador importante da aceitação da ideologia os autores procuram reagir ao determinismo social da época expressa tanto no behaviorismo como num marxismo mecanicista. Mas pretendem também entender o grande

fascínio que o fascismo exercia sobre as massas apesar de se tratar de uma doutrina autoritária que, de fato, favorecia a poucos. Para os autores este fascínio suporia a existência de desejos e temores irracionais só explicáveis a partir de uma análise da dinâmica profunda da personalidade.

A fim de verificar estas idéias os autores desenvolveram um vasto conjunto de pesquisas que atingiram mais de 2.000 sujeitos de diferentes classes sociais e profissões. O ponto de partida do trabalho é a análise do anti-semitismo que os autores definem como um sistema psicológico relativamente organizado constituído por opiniões negativas e atitudes hostis em relação aos judeus, e adesão a valores e princípios morais que justificavam estas opiniões e atitudes negativas.

A partir destes estudos sobre o anti-semitismo os autores construíram uma escala de etnocentrismo, concebido como um sistema ideológico que se refere as relações intergrupais e que inclui tanto atitudes negativas em relação às minorias étnicas como atitudes de exaltação e de fidelidade à sua própria identidade cultural. Os autores observaram que, na maioria dos grupos pesquisados, altos escores de etnocentrismo tendem a correlacionar significativamente com altos escores de conservadorismo. Os autores concluíram que a educação autoritária e a repressão da agressão levariam a sentimentos de hostilidade reprimidos, posteriormente deslocados na direção dos grupos externos.

Como uma terceira forma de explicação intra-individual do preconceito coloca-se a idéia segundo a qual o preconceito seria uma manifestação da afirmação das diferenças culturais em geral. As raízes desta concepção encontram-se em Rokeach (1960;1968), autor que pela primeira vez enunciou o papel da percepção das diferenças culturais na justificação do etnocentrismo. Já em 1968 Rokeach tinha colocado como causa do etnocentrismo um certo estilo de relação com o meio ambiente. Num extremo deste estilo se situam as pessoas de espírito fechado (*closed mind*) que têm dificuldade para entender e aceitar valores e posições diferentes da sua. No

outro extremo se colocam as pessoas abertas (*open mind*), tolerantes com práticas e valores diferentes. Estabelece-se, assim, uma relação entre dogmatismo e etnocentrismo: um grupo percebido como partilhando crenças diferentes será negativamente avaliado, sobretudo por parte de indivíduos de *espírito fechado*, ou intolerantes à incongruência de crenças. A origem do preconceito racial não estaria na percepção das diferenças raciais, mas na percepção de diferenças em valores e crenças importantes (Rokeach, Smith & Evans, 1968)

Na mesma perspectiva, Campbell & colaboradores (1968), afirmam que os membros do grupo majoritário assumiriam que a sua forma de pensar e sentir é natural e correta, percebendo a forma de pensar e sentir dos membros de outras culturas como diferente, não natural e incorreta. Portanto, favorecem o próprio grupo, sentem-se orgulhosos dele e agem de forma hostil contra os membros de outras culturas.

Mas qual diferença cultural suscitaria práticas preconceituosas? Trata-se da diferença em valores que se presumem permitir o sucesso numa sociedade capitalista e liberal. É nesta perspectiva que Jones (1972) fala de racismo cultural: na opinião dos sujeitos preconceituosos as minorias seriam discriminadas porque possuem uma cultura que não permite uma boa adaptação às exigências do sistema cultural e econômico dominante.

Este tipo de tendência a discriminar um grupo sustenta-se em um tipo de construção ideológica de superioridade do próprio grupo. Em outras palavras, em nossa cultura ocidental acredita-se que existe, por um lado, uma forma ideal de homem, ocidental, branco, cristão e crente no esforço e nos valores individuais e, por outro, outras formas menores de humanidade.

No que concerne o segundo nível de análise, o nível interindividual, a concepção de Allport (1954), embora dê forte ênfase na explicação do desenvolvimento do preconceito, aos aspectos cognitivos intra-individuais, merece ser colocada no nível interindividual, porquanto sustenta que o contato interpessoal entre membros de diferentes categorias sociais pode,

dentro de determinadas condições, contribuir para uma diluição do preconceito. Mas deve-se observar que, na definição de preconceito de Allport, não se menciona que grupos sociais podem ser alvos do preconceito nem por que o seriam.

Se dos anos 30 aos 60, o preconceito foi estudado como uma tendência universal inerente ao ser humano, dos anos 80 até os nossos dias, podemos observar que as teorias sobre o preconceito se diversificam e acompanham o desenvolvimento de duas vertentes na Psicologia Social (Alvaro & Garrido, 2003): a Psicologia Social Psicológica e a Psicologia Social Sociológica.

As várias teorias que se desenvolvem dentro da vertente da Psicologia Social Psicológica ligadas a perspectiva da Cognição Social, vão enfatizar fatores psicológicos intraindividuais, não fatores emocionais como o fizeram teorias anteriores mas, especificamente, fatores cognitivos conscientes ou automáticos. Citaremos as teorias da acentuação perceptiva (Tajfel & Wilkes, 1963), do efeito de Homogeneização (Linville & Jones, 1980; Stephan, 1985) e da Correlação Ilusória (Hamilton & Guilford, 1976).

Assim, por exemplo, os trabalhos de Tajfel & Wilkes (1963), sobre a acentuação perceptiva, mostram que a semelhança entre os membros do mesmo grupo e a diferença entre os diferentes grupos, seria uma consequência automática do processo de categorização. Estes autores mostraram que a aplicação constante de uma categoria bi-polar, durante a avaliação de um conjunto de estímulos físicos numa dimensão específica, levaria à acentuação perceptiva das similaridades no interior da cada pólo categorial e à acentuação perceptiva das diferenças entre estímulos de pólos categoriais diferentes.

Considera-se que, a categorização produz automaticamente a acentuação da similaridade no interior dos grupos e a diferenciação entre os grupos. Este tipo de explicação coloca um mecanismo puramente cognitivo como explicação da formação dos estereótipos. A categorização, além da acentuação das diferenças entre os grupos, levaria os sujeitos a favorecerem seu

próprio grupo e diminuir o outro grupo (Tajfel, 1981). Este processo é denominado de acentuação perspectiva.

Assim, uma das primeiras características da categorização seriam sua capacidade de acentuar tanto as diferenças entre os grupos como as semelhanças dos membros no interior do grupo. De fato, uma das características essenciais do estereótipo é o de ser uma generalização sobre um conjunto de pessoas baseada na crença delas pertencerem a uma categoria social específica. Pareceria natural, por tanto, explicar o desenvolvimento dos estereótipos a partir da simples categorização.

Aplicando o princípio da acentuação perceptiva à realidade social, pode-se dizer que a imposição de uma categoria social num conjunto de indivíduos transformará as diferenças e semelhanças entre eles, que na realidade se apresentam de uma maneira contínua, em algo descontínuo e dicotômico. Assim, por exemplo, pode-se presumir que qualidades como organização, pontualidade, capacidade de trabalho, etc., se distribuam certamente de uma maneira contínua entre as pessoas. Mas pense-se em classificar um conjunto de estudantes universitários em função de pertencerem ao 1º ou ao 3º mundo. As qualidades que consideramos distribuir-se normalmente ficarão claramente dicotomizadas segundo o sujeito pertença ao 1º ou ao 3º mundo.

É evidente que este princípio de acentuação perceptiva não pode explicar por si só a formação de estereótipos. Independente do que exista de preconceituoso neste tipo de classificação, cabe observar que para efetuar essa classificação, além de princípios próprios da percepção, como a acentuação perceptiva, o observador se utiliza de toda uma gama de informações anteriores. Assim, no exemplo anterior, qualquer avaliação deste tipo será baseada em critérios "culturais". E como veremos adiante, os valores culturais dependem, em grande medida, da pertença a grupos sociais.

Este aspecto contextual e intergrupar da categorização tem sido abordado a partir do efeito denominado de Efeito de Homogeneização do

Outro Grupo (*Outgroup Homogeneity Effect*). Este efeito refere-se à tendência das pessoas a perceber os membros do outro grupo como mais semelhantes entre si que os membros do próprio grupo (Stephan, 1985). Esta tendência a igualar as características dos indivíduos do outro grupo estaria na base da formação dos estereótipos, que, na perspectiva da cognição social, relacionam-se com o preconceito.

Linville & Jones (1980), utilizando um contexto inter-racial, observaram que sujeitos brancos construíam um maior número de combinações a partir de uma lista de traços quando os traços aplicavam-se a pessoas da raça branca (heterogeneidade) que quando esses mesmos traços aplicavam-se a pessoas da raça negra (homogeneidade). Resultados semelhantes, confirmando a existência da tendência a homogeneizar as características dos membros do grupo externo, têm sido obtidos por vários pesquisadores (Quattrone & Jones, 1980; Jones, Wood & Quattrone, 1981; Linville, Salovey & Fisher, 1986).

Este fenômeno tem sido explicado de diversas maneiras. Wilder (1984; 1986) afirma que este efeito ocorre porque ele justifica a discriminação grupal. Na medida em que os outros são todos “farinha do mesmo saco”, é mais fácil para o sujeito afirmar a superioridade de seu grupo sobre o outro. Numa outra linha de raciocínio, que tem como fundamento fatores motivacionais, Quattrone & Jones (1980) afirmam que o Ingroup é visto como menos homogêneo porque as pessoas tendem a manter sua própria individualidade. O grupo, apesar de sua coesão, é composto por individualidades, não se constituindo em uma “massa”.

Numa perspectiva mais cognitivista Linville, Fischer & Salovey (1989), utilizando a noção do “esquema ingroup-outgroup” supõe que a maior familiaridade com o ingroup, consequência da maior convivência, conduz os membros do ingroup a criarem um “exemplar” (modelo categorial) mais rico para os membros de seu grupo que para os membros do outro grupo. O efeito da relação intergrupal se limitaria a favorecer o desenvolvimento de “exemplares” diferentes para cada um dos grupos: um exemplar mais rico em

características aplicável aos membros do próprio grupo e um exemplar mais pobre para os do outro grupo.

Apesar das evidências a favor, vários pesquisadores não só têm contestado este efeito, mas têm verificado o efeito oposto: os membros do ingroup tenderiam a perceber seu próprio grupo como mais homogêneo que o outro grupo (Stephan, 1978; Simon & Brown, 1987; Simon & Pettigrew, 1990). Stephan (1985), analisando também uma situação inter-racial observou que estudantes, tanto de escolas segregadas como de integradas, ao aplicar uma escala de dez traços a seu próprio grupo e ao outro, tendiam a manifestar mais homogeneidade no caso do próprio grupo.

Outra abordagem cognitiva no estudo da formação dos estereótipos e do preconceito é a de Hamilton & Guilford (1976), conhecida como "Correlação Ilusória". Este modelo teórico procura explicar certos erros de julgamento que fazemos a partir da superestimação da relação existente entre dois ou mais eventos. O modelo supõe que as pessoas inferem características ou classificam pessoas a partir da relação que percebem entre diversos atributos. Em certas situações, constata-se que as pessoas superestimam a relação percebida, inferindo ou categorizando erradamente, o que consistiria numa correlação ilusória.

Diversas condições podem influenciar este processo de constatação de co-ocorrências. Entre as mais estudadas encontra-se a "Saliência" dos eventos que estão sendo observados. Entende-se por saliência certas características de um evento, como novidade, frequência, anormalidade, intensidade, etc, que atraem a atenção do observador. A combinação de características salientes do grupo e do comportamento levaria o observador a superestimar a co-ocorrência entre estes dois fenômenos e formar um viés perceptual. Comportamentos infrequentes tendem a ser associados às categorias minoritárias, produzindo-se, em consequência, uma correlação ilusória.

Pode-se concluir que uma vez estabelecidas crenças estereotipadas em relação a uma categoria, seja por correlação ilusória (processamento de

informação) ou pelos processos de socialização, haverá sempre uma forte tendência a que estas crenças sejam automaticamente ativadas, sempre que o sujeito se defrontar com o objeto-alvo da estereotipia. Esta ativação conduz a alterações de processamento de informação, tais como mudança de significado de informação acumulada na mente (interpretação diferencial) ou aumento do processamento de informação congruente com o estereótipo (processamento seletivo).

Ainda dentro da vertente da Psicologia Social Psicológica, outro conjunto de teorias, frequentemente em interação com a perspectiva cognitivista, explicam o preconceito, a partir do nível das relações intergrupais. Neste nível de análise das relações intergrupais descreveremos três teorias: a teoria da Privação Intergrupar (Runciman, 1966); a do Conflito Real (Sherif & Sherif, 1969) e a da Diferenciação Grupal e Identidade Social (Tajfel, 1981).

A teoria do “Bode expiatório”, que expressava muito bem os pressupostos da Psicologia Social dos anos 40 e 50, começou posteriormente a receber críticas precisamente no seu conceito fundamental, o de frustração. Como definir objetivamente este conceito? Quando a interrupção de um comportamento é frustrante? Se a resposta é porque um ato agressivo se segue, a teoria vira tautológica por definir a frustração a partir da agressão, inviabilizando, portanto, o caráter mediador desta primeira variável. Para dar uma resposta válida a esta pergunta os pesquisadores que trabalharam posteriormente com esta teoria se viram obrigados a abandonar uma postura em excesso objetivista para assumir a existência de intenções e expectativas no comportamento humano. A frustração se daria no nível das expectativas do sujeito, não no nível comportamental. Neste sentido a privação não é um estado “absoluto”, mas relativo, resultante de uma comparação social (Festinger, 1954). Assim as novas teorias sobre a privação relativa que surgem oferecem um novo quadro para a compreensão das consequências da competição por recursos nas relações sociais, deslocando a privação do nível “objetivo” para o nível “subjetivo” e comparativo. Aliás, esta comparação tanto pode ser entre o que o sujeito recebia antes e recebe agora (comparação intra-individual) ou entre o

que ele e os outros recebem (comparação inter-individual). No que se refere ao primeiro tipo de comparação, intra-individual, autores como Davies (1971) e Gurr (1971) têm mostrado que as frustrações das expectativas de crescimento econômico, geradas num período anterior, estariam na base de muitas revoltas populares.

É no quadro da privação intergrupar que Runciman (1966) estabelece a distinção entre a privação fraterna e a egoísta, mostrando que apenas a privação relativa intergrupar ou fraterna conduz com alguma probabilidade ao protesto social. As outras formas de privação relativa têm mais probabilidade de conduzir a comportamentos individuais desajustados ou a estados de perturbação emocional como estresse, ansiedade, etc. (Guimond & Tougas, 1994). Valerá a pena, portanto, analisar a hipótese segundo a qual a privação relativa da população majoritária poderá conduzir a comportamentos de discriminação face às minorias. De fato, a privação relativa intergrupar aparece como um dos preditores do preconceito nos estudos de Vanneman & Pettigrew (1972) e de Pettigrew & Meertens (1995).

Outra forma de posicionar o problema da competição por recursos é oferecida pela Teoria dos Conflitos Reais (Sherif, Harvey, White, Hood & Sherif, 1961; Sherif & Sherif, 1969). A teoria afirma que para entender o comportamento intergrupar é necessário analisar as relações funcionais que se estabelecem entre os grupos, relações que podem ser de competição ou de cooperação. Neste contexto, a competição entre os grupos por recursos realmente limitados ou percebidos como tais seria uma das causas fundamentais dos preconceitos, da discriminação e da hostilidade intergrupos.

Para verificar a validade desta hipótese, Sherif *et al* (1961) planejaram os experimentos de campo, denominados "Estudos das Colônias de Férias", onde observaram que a hostilidade existente entre grupos não pode ser atribuída exclusivamente a traços de personalidade como proposto por Adorno *at al.* (1950) ou por Rokeach (1948), mas às características objetivas que a relação intergrupar possui, particularmente nas condições de real conflito entre os

grupos. Concluíram que o fenômeno de discriminação, valorização do próprio grupo e desvalorização do outro, estaria ligado à existência de conflitos intergrupais. De fato, observando numerosos gerentes da indústria e do comércio em programas de treinamento, Blake & Mouton (1961) e Bass & Dunteman (1963) constataram que grupos de administradores colocados em competição manifestavam também fenômenos de discriminação grupal.

Que tipo de relação existe entre conflito e discriminação? Brewer (1979) considera as pesquisas de Sherif *et al* (1961), Blake & Mouton (1961) e Bass & Dunteman (1963), apenas uma demonstração da existência de processos de discriminação em situações de conflito intergrupar, mas não um teste da relação causal entre conflito e discriminação. Observar-se-ia o fenômeno de diferenciação grupal fora de um contexto competitivo ou conflitante?

Várias pesquisas experimentais tentaram responder a esta questão controlando sistematicamente a existência de conflitos e/ou de possíveis antecipações de interações competitivas. Assim, por exemplo, Rabbie & Horowitz (1969) dividiram seus sujeitos arbitrariamente em dois grupos (azuis e verdes) e lhes pediram, sem maiores explicações, que avaliassem traços das pessoas dos outros grupos e do próprio. Estes autores não observaram nenhuma diferença entre as duas avaliações. Mas a divisão arbitrária em "azuis" e "verdes" constitui de fato uma verdadeira categorização social?

Partindo do estudo do próprio processo de categorização social, Tajfel, Billig, Bundy & Flament (1971) desenvolveram um programa de pesquisa que procurava estabelecer as condições mínimas para desenvolvimento da discriminação intergrupar. Com este objetivo os autores construíram o paradigma experimental "*situação mínima de inter-grupo*" que permite estudar o processo de categorização numa situação intergrupar praticamente neutra, sem nenhum conflito real ou antecipado e observaram que as estratégias mais utilizadas foram a do maior benefício absoluto e a do maior benefício relativo. No segundo caso o grupo procura a maior discriminação entre os dois grupos, mesmo que isto signifique um menor ganho para o

próprio grupo. Concluíram que numa “*situação mínima de grupo*” há duas tendências: procurar maximizar os ganhos do próprio grupo ou distanciar-se o máximo possível do outro grupo, mesmo em detrimento do ganho próprio. Estes dados confirmam a existência da discriminação grupal mesmo nas situações onde só existe categorização social sem nenhuma interação, nem real nem antecipada, entre os dois grupos.

Tajfel (1972) conclui que basta inserir um indivíduo numa categoria social para que o favoritismo pelo grupo próprio (endogrupo) e a discriminação em face de membros de outra categoria (exogrupo) ocorra. Assim, a condição mínima para gerar discriminação será a saliência de pertença a uma categoria social, ainda que irrelevante. Segundo Vala (1998), a teoria de Tajfel associa o preconceito à competição simbólica, no quadro de um novo entendimento da funcionalidade social dos processos de categorização. Em outras palavras, o processo de categorização insere-se no processo mais amplo de diferenciação grupal.

Mas como explicar este fenômeno? Tajfel (1972) desenvolve uma explicação a partir do conceito de Identidade Social, que se refere tanto à consciência que o indivíduo possui de pertencer a um determinado grupo social, como à carga afetiva e emocional que esta pertença traz para o sujeito. O pressuposto fundamental desta concepção é de que os indivíduos procuram realizar um tipo de identidade social que contribua para obter uma imagem positiva de si mesmo (auto-estima positiva). Esta imagem é obtida procurando a diferenciação positiva em relação aos outros grupos durante o processo de comparação social. Segue-se o pressuposto de que, quanto maior for o senso de pertença a um grupo, maior será a tendência a diferenciá-lo, favoravelmente, dos outros grupos.

No contexto da investigação desenvolvida a partir da obra de Tajfel, um dos indicadores mais estudados da discriminação tem sido a atribuição de estereótipos ao próprio grupo e ao outro grupo, definindo-se o estereótipo como uma crença acerca dos traços e atributos psicológicos que

caracterizam um grupo. Os resultados de múltiplas pesquisas em contextos variados têm mostrado que as pessoas atribuem mais traços positivos e menos traços negativos ao seu grupo do que a um grupo externo. Tem sido ainda mostrado que quando os grupos em presença são grupos assimétricos (dominante/ dominado; maioria /minoria; posição social elevada / baixa), o fenômeno de discriminação intergrupar ocorre com maior expressão nos grupos majoritários, dominantes ou de posição mais elevada (Monteiro *et al.*, 1994).

Mas certamente o significado final de uma situação não pode estar nela. Para Murphy & Medin (1985), a construção do significado de uma situação não pode ser dada pela estrutura objetiva dessa situação. A compreensão é provavelmente dada pela procura de confirmação de teorias previamente existentes. Pode se considerar que estas teorias existem nas sociedades em forma de crenças sociais (Hewstone, 1989) e de Ideologias (Billig, 1985;1991).

1.1.2.- O preconceito na perspectiva societal

Finalmente, as teorias constituintes da vertente da Psicologia Social Sociológica, são aquelas que recolocam o preconceito no quadro da sociedade como um todo. Este seria o nível de análise societal sugerido por Doise (2001), onde se procura explicar os fenômenos sociais, a partir dos conflitos sociais e os embates ideológicos que se desenvolvem na sociedade.

Como temos constatado anteriormente, grande parte das teorias psicológicas parecem estudar o preconceito e os estereótipos como mecanismos abstratos e universais que se desenvolvem em qualquer contexto. Mas, como mostram algumas teorias recentes (Billig, 1985; Van Dijk, 1998; Wetherell & Potter, 1992) é possível situar estas noções psicológicas nos processos de exclusão/inclusão social (Camino & Ismael, 2004). Nesta seção explicitaremos quais características permitem que noções psicológicas como preconceito e estereótipos possam ser utilizados para entender os aspectos subjetivos dos processos de exclusão/inclusão social.

Para melhor entender a função subjetiva dos processos de discriminação, devemos ter em conta que crenças e valores de uma sociedade não constituem um tecido homogêneo, mas sim heterogêneo que apresenta frequentemente contradições. Assim, para Billig (1985) se a ideologia reflete de alguma maneira a organização econômica, pode-se esperar que a mentalidade pós-moderna inclua tanto aspirações universalistas e globalizantes como aspirações setoriais (nacionalistas) inculcadas pelo espírito da concorrência e da meritocracia capitalista. Por isso, na mentalidade pós-moderna, coabitam aspirações moralistas, de fraternidade e de igualdade e preocupações realistas com a justiça concreta. Desse modo, a frase “eu não sou preconceituoso, mas devemos reconhecer que os estrangeiros estão tirando o nosso emprego” afirma, concomitantemente, valores éticos e valores materiais muito específicos, traduzindo assim as ambivalências próprias do preconceito.

E, a ideologia enquanto construção mental justificadora, embora surja nas condições concretas das relações de poder, segue, por se tratar de idéias e emoções, o conjunto de leis psicológicas que regem os processos cognitivos e afetivos (Van Dijk, 1998). Entre os processos cognitivos, merecem destaque os processos de categorização e de construção de estereótipos os quais já temos mencionado. Estudos mostram o papel justificador e, portanto, ideológico, que os estereótipos desempenham nas relações intergrupais (Yzerbyt, Rocher & Schadron 1997).

Outra característica importante da natureza do preconceito é a de negar o seu caráter discriminatório ou, no mínimo, negar sua arbitrariedade na forma em que discrimina o outro grupo (Billig, 1985). Aliás, as crenças e emoções próprias do preconceito inserem-se em geral num discurso mais amplo que pretende explicar as diferenças sociais. Mas os argumentos, pró ou contra, dependem das perspectivas assumidas pelas pessoas ou grupos que debatem.

Que entendemos por perspectivas? As perspectivas não são outra coisa que os pontos de partida para analisar situações sociais ou os ângulos através dos quais observamos o mundo. Aliás, as representações que nós fazemos das pessoas, de suas posições sociais, das causas pelas quais se encontram nestas posições etc., não são fotografias exatas da realidade, mas

construções mentais elaboradas a partir de um conjunto de crenças, expectativas, valores, etc., aprendidas anteriormente (Ismael, Maciel & Camino, 1996).

Por exemplo, analisemos um fato. Publicado a cada dez anos pelo IBGE (2005), o último Censo Nacional informa que os homens ganham em torno de 30% a mais que as mulheres. Considerando-se que o nível de formação é um fator importante na determinação do salário, poderíamos pensar que os homens têm melhor nível de instrução que as mulheres. Mas este não é o caso. Pelo contrário, as mulheres têm mais anos de escolaridade que os homens. Mesmo assim, em 1980 ganhavam 30% a menos que os homens, em 1990 32% a menos e, em 2005 a diferença de 30% permanece. A análise do fator educação mostra que as trabalhadoras brasileiras recebem um tratamento diferenciado, qualquer que seja seu grau de escolaridade e seu setor de atividade. Por exemplo, os homens assalariados com curso superior completo ganham em torno de 40% a mais que as mulheres, na mesma faixa de escolaridade. Como explicar esta diferença? Para entendê-la, devemos recorrer às visões que temos de diferenças de gênero.

Que significa ser homem ou ser mulher? Geralmente, se pensa que existem papéis diferentes na sociedade e que estes papéis sociais são determinados pela biologia. As mulheres seriam destinadas biologicamente à geração de filhos e ao cuidado destes; os homens, à proteção da prole e ao provimento das necessidades materiais destes. Os papéis do homem e da mulher na vida de trabalho estariam sendo definidos como uma extensão dos papéis biológicos. Assim, as mulheres, a partir de suas características sexuais, seriam mais eficientes e pacientes no cuidado de crianças (professoras), pessoas doentes (pediatras, enfermeiras, psicólogas, fisioterapeutas), pessoas idosas (filhas cuidando dos parentes idosos). Esta especialização no mercado de trabalho, evidentemente, não é determinada pelo biológico, mas, como já vimos anteriormente, por um conjunto de visões e práticas sociais que foram se formando na história e que são passadas de geração a geração, não como algo cultural, mas como algo natural. Aliás, um dos papéis da ideologia é o de

fornecer explicações “verdadeiras” às diferenças sociais, transformando-as não em injustiças, mas em situações naturais.

Podemos considerar que existe um conjunto de visões do mundo diferentes e até antagônicas, sobre os diversos grupos sociais e suas funções na sociedade. Estas visões se constroem na história como produtos concretos das diversas dinâmicas sociais em jogo. Algumas visões se transformam em naturais, portanto, constituem-se em visões dominantes na sociedade. Opostas a estas visões discriminatórias, desenvolvem-se na sociedade, a partir dos movimentos sociais, propostas anti-discriminatórias e de libertação de grupos minoritários.

Devemos ter em conta que atitudes preconceituosas geram-se em estas situações concretas de discriminação. Em várias abordagens psicológicas considera-se a discriminação como a expressão ou exteriorização de atitudes preconceituosas e nesse sentido, bastaria acabar com os preconceitos para eliminar as situações discriminatórias. Na perspectiva psicossocial, considera-se que os preconceitos desenvolvem-se no interior dos processos de exclusão social e modificam-se junto com estes. Assim, nesta perspectiva Camino & Pereira (2000) definem o preconceito como uma forma de relação intergrupal onde, no quadro específico das relações de poder entre grupos, se desenvolvem e se expressam no grupo majoritário atitudes negativas e depreciativas e comportamentos hostis e discriminatórios aos membros de um grupo por serem membros desse grupo.

1.1.3.- Novas formas de preconceito

Finalmente, devemos ter em conta que, nas sociedades modernas, atos explícitos de discriminação são proibidos por lei. Isto indicaria que os preconceitos estão acabando? Não. Na verdade, estariam ocorrendo mudanças no discurso mais aparentes que reais, pois a função discriminatória persistiria no novo discurso sem desafiar abertamente as normas atuais anti-

discriminativas. Precisamente, as mudanças mantêm o *status quo*, apesar de mudanças culturais.

Portanto, ao continuar estudando o preconceito na sua forma clássica, corremos o risco de não identificarmos novas formas do preconceito e, assim, minimizar tanto o real alcance deste numa sociedade, como o mal que ele efetua no desenvolvimento dos grupos discriminados. Veja-se, por exemplo, o caso dos psicólogos em relação aos homossexuais. Embora os psicólogos não expressem preconceito em relação aos homossexuais, algumas de suas teorias e práticas implicam em considerar a homossexualidade um distúrbio ou doença (Camino & Pereira, 2000).

Em decorrência destas mudanças, as explicações psicológicas sobre o preconceito clássico estão sendo gradualmente substituídas pela preocupação de revelar as formas menos evidentes e mais difundidas de preconceito, formas estas que reproduzem atitudes discriminatórias sem desafiar a norma do politicamente correto.

Assim, hoje existem várias abordagens que pressupõem a persistência de sentimentos e atitudes preconceituosas, mas sem que estas atitudes levem claramente a desafiar as atuais normas sociais anti-discriminatórias (McConahay, 2002; Pettigrew & Meertens, 1995). Estas conceituações pressupõem que, nos últimos 30 ou 40 anos, as sociedades modernas vêm desenvolvendo um conjunto de restrições institucionais às práticas discriminatórias, baseadas nas diferenças de gênero, de raça, de orientação sexual. Pressupõem também que, em consequência destas práticas institucionais, as pessoas vêm se adaptando a essas pressões.

De fato, estas abordagens sugerem que a diminuição da expressão do preconceito seria mais aparente que real, pois as atitudes preconceituosas que não desafiam abertamente as normas atuais anti-discriminatórias persistiriam no interior das consciências dos indivíduos. O que há em comum neste conjunto de teorias é a idéia de que a discriminação manifesta - que supõe crenças na inferioridade do grupo discriminado e, em alguns casos, como o do

racismo, sexismo e a homofobia, a rejeição do contato íntimo com os membros deste grupo - está sendo substituída por formas mais sutis de discriminação (Camino *at al.* 2004).

Estas teorias, de fato, representam algum avanço em relação às teorias clássicas do preconceito. Mas, mesmo assim manifestam problemas de ordem teórica. Camino *at al.* (2001) apontam que o problema fundamental destas teorias está na relação proposta entre o psicológico e o social. Para os teóricos do novo preconceito, as pessoas experimentariam, consciente ou inconscientemente, um conflito psicológico devido ao confronto entre suas atitudes íntimas preconceituosas e as normas sociais contra o preconceito. Este conflito faria com que as pessoas expressassem seu preconceito de formas mais sutis. Mas o fato de que os sujeitos experimentem algum conflito em certas situações e terminem expressando-se de maneira ambivalente não quer dizer que este conflito tenha sua origem em processos psicológicos do sujeito, e sim que o sujeito reproduz os argumentos ou repertórios conflitantes que circulam na própria sociedade (Wetherell, 1996).

Aliás, este tipo de explicação sustenta-se, em boa parte, nos processos de acomodação das pessoas, sem entrar no debate da natureza da norma social. Vejamos, por exemplo, as explicações negativas das pessoas frente a “Ações Afirmativas” em prol da mulher no trabalho. Estas são observadas como sendo apenas um processo de inclusão das mulheres na sociedade, mas não se trata apenas disso, e sim de uma busca de ajuste de oportunidades de trabalho que há séculos inexistem.

No que se refere à metodologia, Camino *at al.* (2001) afirmam que as novas formas de preconceito se expressariam em crenças e práticas diferentes das típicas do sexismo; conseqüentemente, a expressão atual do preconceito não poderia ser medida através das escalas tradicionais, que se apóiam na distância social: uma maior distância expressa maior rejeição social e, portanto, maior preconceito. Mas, apesar desta crítica pertinente, os promotores destas abordagens tratam as novas formas de preconceito como se fosse um processo

universal que pudesse - ele também - ser medido através de uma escala clássica, em lugar de analisar em cada contexto social as novas justificativas que o preconceito vai adquirindo, ou suas novas causas.

1.2. O papel da Identidade Social

Considerando a força das idéias dominantes, como se desenvolvem as identidades sociais dos membros dos grupos discriminados? A identidade se constrói basicamente como um processo de “comparação social”. Assim, à medida em que o sujeito compara as diferenças e semelhanças com o outro, constrói seu “eu”, indissociável de todo o processo social que a produziu, e que engloba seu núcleo de convivência, sua comunidade, sua sociedade e até a civilização que lhe deu origem.

O conceito de identidade é um conceito polissêmico nas ciências humanas. Pode se referir às formas sócio-históricas como o sujeito, o indivíduo, tem sido representado. No aspecto ontológico refere-se ao que faz com que o indivíduo seja o que é. Na Psicologia usa-se o conceito de identidade para indicar as características fundamentais de uma pessoa. Neste sentido identifica-se identidade a personalidade. Mas pode-se definir a identidade de uma maneira descritiva, como “tudo aquilo que se vivencia (sente, enuncia) como sendo eu, por oposição àquilo que se percebe ou enuncia como não-eu” (Costa, 1989).

Nesta última concepção deve-se ter em conta diversos aspectos. Nesta noção a identidade é descrita como uma representação cuja função seria diferenciar-nos dos outros. Pressupõe-se que se está fazendo menção tanto a um processo psíquico - forma como construímos esta representação - quanto a conteúdos desta representação. É óbvio que processos e conteúdos têm uma relação intrínseca fundamental. Mas os estudos tendem a acentuar um ou outro aspecto.

No que se refere aos conteúdos da identidade, diferenciam-se os conteúdos que se referem à especificidade do indivíduo (identidade pessoal) e às representações sobre as pertencas grupais dos indivíduos (identidade social). A identidade pessoal tem sido estudada através da noção de *self* enquanto a identidade social tem sido estudada a partir dos processos de diferenciação grupal.

Para entender tanto o impacto desta teoria na Psicologia Social contemporânea como seu potencial em se aplicar à dinâmica social constantemente em mudança e movimento, devemos examinar seus três pressupostos fundamentais (Tajfel, 1981; Turner & Giles, 1981).

O primeiro pressuposto refere-se à natureza do comportamento social. Situa-se este num *continuum* onde se distingue num extremo o *comportamento interpessoal*, constituído pela interação entre duas ou mais pessoas que é totalmente determinada pelas características individuais dos participantes e pela própria relação. No outro extremo situa-se o *comportamento intergrupais*, constituído pela interação entre dois ou mais indivíduos ou grupos de indivíduos e determinada totalmente pelas respectivas pertenças sociais dos participantes na interação. É evidente que se trata de um continuum hipotético na medida em que seria impossível encontrar nas relações sociais situações puras de um ou outro extremo.

Esta diferenciação nos níveis da interação social pode ser relacionada igualmente aos diferentes níveis de explicação que podem ser oferecidos para os fenômenos sociais (Lorenzi-Cioldi & Doise; 1990). Assim, as diversas teorias em Psicologia Social, podem ser classificadas como intra-individuais, interindividuais e intergrupais na medida em que priorizem, na explicação dos fenômenos sociais, alguns desses níveis. A possibilidade de existirem diversos níveis de explicação está ligada à complexidade e dinamismo dos fenômenos sociais.

Essa complexidade e dinamismo se refletem na teoria psicossocial que norteia este estudo, segundo esta teoria os grupos não existem apenas enquanto fenômeno, mas estão permeados de ideologias e políticas que residem na estrutura e funcionamento desses.

Situa-se aqui o segundo pressuposto da teoria, o qual consiste na afirmação de que a Identidade Social não é um ato mas um processo social que toma lugar não só no interior do indivíduo (*fatores intra-psíquicos*) ou no espaço das relações individuais (*fatores interindividuais*) mas se desenvolve no nível

social e institucional (*fatores intergrupais*). Esta abordagem pressupõe que o processo da identidade social é dialético na medida em que, de um lado a identidade muda o sujeito, facilitando a incorporação de valores e normas do grupo social, mas, por outro lado, este processo implica numa participação ativa dos sujeitos na construção da identidade do grupo.

Finalmente, o terceiro pressuposto estende o caráter dialético do processo ao conjunto do sistema social. Segundo Tajfel (1972), o processo de identidade social não ocorre num vazio social mas num certo contexto histórico onde os diversos grupos mantêm relações concretas entre si, relações que são igualmente mediadas pelos processos de identidade social. Para entender o tipo de relações intergrupais que podem ocorrer (basicamente fusões ou conflitos intergrupais) a teoria pressupõe que o processo de identidade social media a maneira em que indivíduos e grupos percebem a organização da sociedade, sua estrutura, estabilidade e legitimidade.

Esta percepção, segundo Tajfel & Turner (1979), pode ser situada num continuum de crenças sociais. Num extremo situa-se o que eles denominam de "Sistema de Crenças na Mobilidade Social" que descreve a crença numa Sociedade flexível e permeável onde, sujeitos não satisfeitos com as condições oferecidas pelos seus grupos de pertença podem transferir-se individualmente a outros grupos. No outro extremo encontra-se o "Sistema de Crenças na Mudança Social" onde a Sociedade é considerada como estratificada e totalmente impermeável a tentativas de mudança individual.

Tajfel & Turner (1979) afirmam que estes sistemas de crenças não devem ser confundido com a perspectiva sociológica onde se estuda os diversos níveis de estratificação e permeabilidade social que as formações sociais concretas podem ter. Eles referem-se expressamente a sistemas de crenças que influenciam o comportamento das pessoas e dos grupos. Assim, as crenças na mobilidade social, abrindo perspectivas de ascensão social individual, estimulariam estratégias individualistas de ação (comportamentos intra-

individuais) enquanto que as crenças na mudança social favoreceriam estratégias coletivas (comportamentos interindividuais).

Em ambos os casos a relação entre crenças e ação estaria mediada pelos processos de identidade social e diferenciação grupal. Assim, sujeitos de alta crença na mobilidade social avaliando negativamente seu próprio grupo, esforçar-se-iam para pertencer ao grupo positivamente avaliado; já sujeitos fortemente identificados com seu próprio grupo procurariam ações coletivas a fim de mudar as suas condições de vida.

Logo, o processo de identidade social afeta não só a maneira como indivíduos e grupos percebem a organização da sociedade, sua estrutura, estabilidade, mas também o modo como nela atuam, procurando modificá-la em função de seus interesses sociais.

Sintetizando a Teoria da Identidade Social, esta, se desenvolve a partir da noção de identidade social que traduz a consciência que o sujeito possui de pertencer a uma categoria ou grupo social concreto junto com o significado emocional dessa pertença. Postula-se que os indivíduos são motivados a conseguir uma identidade social positiva que contribua para sua própria auto-estima e para tanto, estabelecem comparações sociais nas quais procuram diferenciar-se positivamente dos outros grupos. Conclui-se que, quanto maior seja a identidade do sujeito com um grupo maior será sua tendência de superestimar seu grupo e diminuir os outros.

Deste modo, compreende-se que as relações entre os grupos desenvolvem-se sempre no interior de formações sociais, econômicas, políticas e ideológicas tomando características específicas de cada situação. Estas características influenciam as relações intergrupais, mas também são conseqüências dessas relações.

Assim, o que constitui o “eu” esta intrinsecamente ligado aos repertórios culturais, onde as “identidades”, incluindo-se a sexual e de gênero, se encontraria localizada.

Para Judith Butler (1990) enquanto a indagação filosófica quase sempre centra a questão do que constitui “identidade pessoal” nas características

internas da pessoa, naquilo que estabeleceria sua continuidade ou auto-identidade no decorrer do tempo, a questão seria: em que medida as práticas reguladoras de formação e divisão do gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito e, a rigor, o status auto-idêntico da pessoa? A coerência e a continuidade da pessoa não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores e sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas.

1.3. Homoerotismo: contribuições

As práticas discursivas compõem-se de elementos teóricos a partir dos saberes disponíveis – enunciados científicos e proposições filosóficas. Desta maneira, temos então o dito como um dispositivo de poder. As práticas não discursivas se inscrevem na materialização do dispositivo como a criação de instituições, as técnicas de organizações para controle dos corpos dos indivíduos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas. Assim, um dispositivo pode se constituir em um discurso verbalizado, mas também, em um não verbalizado, em um discurso silencioso, declarado; pode aparecer na sociedade de maneira (re)velada (Foucault, 1990).

Dessa forma, através de uma teoria posta e de ações práticas um dispositivo se impõe na construção de um cidadão necessário a ela, onde a sexualidade torna-se um dispositivo histórico muito concreto de poder. Em sua percepção, ela aparece nas sociedades ocidentais como um ponto de passagem particularmente denso das relações de poder.

Entendemos que o dispositivo da sexualidade se inscreve nas mais variadas relações de poder existentes na sociedade. Compreendemos, também que a sexualidade humana tem que ser encarada como resultado do encadeamento da estimulação dos corpos, da intensificação dos prazeres, da incitação ao discurso, da formação de conhecimentos, do reforço dos controles e da resistência. Dessa forma, a sociedade constrói a sexualidade e assim os dispositivos de poder e incitação ao discurso sobre ela.

1.3.1. Perspectiva histórica

Diversas concepções ou explicações sobre a homossexualidade têm sido elaboradas na história. Em algumas civilizações antigas (Grécia e Roma, por exemplo) as relações homoeróticas, principalmente entre homens adultos e jovens, eram aceitas normalmente e só eram repudiadas quando ameaçavam

subverter a hierarquia social da época (Badinter, 1993; Bremmer, 1995; Costa, 1992; Spencer, 1999; Veyne 1986).

Assim, na Grécia Antiga, a sexualidade se inscrevia como uma questão de cidadania. Havia um controle sobre as condutas sexuais do amor, não porque contrariava a natureza biológica do homem, mas porque podia contrariar o homem enquanto cidadão. A ética do amor grego, o cenário do prazer, o *aphrodizein*, tem como linha de demarcação dois papéis bem definidos: o de “atores ativos” – os homens adultos e livres – e o de “atores passivos”, objeto de prazer possível – as mulheres, os rapazes e os escravos. No cenário dos prazeres gregos, temos de um lado aqueles que são sujeitos da atividade sexual (e quem deve cuidar de exercê-la de maneira comedida e oportuna); e, do outro, aqueles que são os parceiros objetos, os figurantes, sobre os quais e com os quais ela se exerce. Os primeiros são os homens livres e adultos; os segundos, apenas um conjunto mais amplo designado objetos de prazer possível: “as mulheres, os rapazes, e os escravos” (Foucault, 1987).

Na sexualidade grega, o importante é como o sujeito vai dirigir a sua atividade sexual. Embora se faça necessário respeitar as leis, os costumes, os deuses, os pais, a questão não passa pelo lícito e o ilícito, o permitido e o proibido, o normal e o anormal, mas pela prudência, pela reflexão, pela maneira como o sujeito controla seus atos sexuais. Passa, assim, pelo uso dos prazeres.

Na concepção clássica grego-romana, o que se valorizava era o *Eros*, ou seja, “o impulso sexual do sujeito, sem se importar com o objeto para o qual esse impulso se dirigia (homens, mulheres, crianças animais)”. No entanto vale ressaltar que a homossexualidade na Grécia estava estritamente relacionada com a figura masculina, “as relações homossexuais supriam as necessidades de relações pessoais, de uma intensidade não encontrada no casamento ou entre pais e filhos. As mulheres eram encaradas como intelectual, física e emocionalmente inferiores; os homens tendiam a se reunir em grupos onde se realizava a formação de pares”. Mas a sociedade grega aprovava as relações sexuais entre um homem mais velho e um jovem, pois se esperava que o homem mais velho tivesse papel ativo e o mais novo o papel passivo; no

entanto desaprovava relações sexuais entre homens da mesma idade. Este caráter político da homossexualidade na Grécia não invalidava o objeto de desejo pelo aspecto moral, uma vez que “o que era crucial era a manutenção dos papéis e características culturalmente definidos e socialmente sancionados de masculinidade e feminilidade” (Richards, 1993).

Portanto, na Grécia, as pessoas não eram classificadas como heterossexuais ou homossexuais, mesmo porque a sociedade grega era genuinamente bissexual.

No que se refere a Roma, diferentemente dos gregos, a virgindade era valorizada por razões morais, pois havia a crença de que uma mulher que não fosse virgem, provavelmente, se casasse, seria infiel. Assim, com um sentido de propriedade foram inseridos esposas e filhos dentro das posses (Araújo, 1999).

O cidadão romano se via como um dominador agressivo e acreditava que, ao forçar outros a se submeterem, estava lhe proporcionando prazer. A frivolidade não era característica dos romanos e suas estátuas eram preferencialmente vestidas, demonstrando, assim, certo pudor em relação à nudez (Spencer, 1999).

A bissexualidade masculina era exaltada. Assim, se um romano tinha por desejo assegurar afeição, respeito e fidelidade, escolheria uma esposa. Já se desejasse paixão sexual, angústia e ardor romântico, escolheria um jovem. As relações homoeróticas eram baseadas no princípio da virilidade, onde a dominância do cidadão romano se estendia, também, ao desejo sexual (Spencer, 1999).

Já o lesbianismo era visto com maus olhos na medida em que afrontava a masculinidade romana, porque roubava dela o direito de dar prazer, era uma tentativa da mulher de se apropriar do papel masculino (Spencer, 1999).

Na tradição judaica o sexo era visto com naturalidade, denotando uma forma positiva. Sua essência sobre o sexo era a crença de que a procriação é a razão básica para o relacionamento sexual. Assim condenavam qualquer

tipo de relação sexual em que o sêmen não fosse depositado no útero (Araújo, 1999).

Neste sentido, todas as outras atividades sexuais estavam proibidas. O homossexualismo, entre homens², como uma das práticas condenadas, era punido com apedrejamento e morte, pois agredia a ordem “natural” imposta (Spencer, 1999).

Porém, no Cristianismo, em lugar de se pregar o erotismo (como na tradição Grega), ou seja, a satisfação do impulso, o ser amado, ou objeto de desejo, ganha valores morais, colocando as relações homoeróticas no patamar das perversões. Isto demonstra que as definições enquanto categorias opostas, heterossexuais/homossexuais, é uma convenção culturalmente formada (Miccolis & Daniel, 1983).

De fato, o cristianismo caracterizou-se por intensa repressão à sexualidade e extrema valorização da virgindade e castidade. A crença no fim do mundo era eminente e levava os cristãos a idealizar a castidade em detrimento do casamento (Araújo, 1999).

Assim, na tradição judaico-cristã (Greenberg & Bystry, 1982; Spencer, 1999) as práticas homoafetivas eram concebidas como pecaminosas, pois representavam o não cumprimento do que se julgava ser a palavra de Deus, bem como a fraqueza do indivíduo frente a tentações demoníacas (Brown 1990; Morici, 1998; Ranke-Heinemann, 1996).

A Idade Média foi marcada por fortes contradições dentro da igreja, pois esta era, ao mesmo tempo, a mentora das Cruzadas - onde se matava em nome de Deus - e de uma religião de desprendimento e amor. A sexualidade sofria repressão extrema, onde o sexo só era aceito dentro do casamento e com a finalidade de procriação (Araújo, 1999).

As práticas sexuais que fugiam a essa finalidade deveriam ser rejeitadas e até mesmo punidas e castigadas severamente como pecado. Deste

² Uma vez que o ato sexual entre mulheres não ameaçava a reprodução e, nesta, não havia o “desperdício” de sêmen, esta prática parece indiferente aos judeus.

modo, houve um crescimento da legislação contra o homoerotismo (Spencer, 1999).

A partir do século XIX, a medicina passou a definir a homossexualidade como uma doença provocada por distúrbios genéticos ou biológicos, introduzindo assim uma visão fisiológica da homossexualidade. Por sua vez, no início do século XX, apesar das atitudes vitorianas prevalecentes na época, Freud introduziu uma visão psicológica da homossexualidade. Mas deve-se ter em conta que estas novas concepções, não só não substituíam necessariamente as antigas, mas, em algumas circunstâncias, ao se transformarem ligeiramente, serviam como reforço das concepções tradicionais mais moralistas (Bullough, 1974).

Assim, a primeira metade do século XX viu aparecer a psicanálise na cena do debate sobre a homossexualidade e a doença mental. Freud elaborou a idéia central de que a homossexualidade não é nem uma vantagem, nem uma doença (Estrada, 2009). Em 1940, pela primeira vez uma sociedade psicanalítica nos Estados Unidos afirmou publicamente sua consideração da sexualidade heterossexual como “o padrão saudável e da homossexualidade como uma doença baseada no medo à mulher e que freqüentemente poderia ser curada com psicanálise” (Abelove, 1993, p. 390). Em 1973, a homossexualidade foi tirada da lista oficial das doenças mentais.

Ainda neste século, aparecem os trabalhos de Alfred Kinsey (1894-1956), quem, contrário aos médicos psiquiatras estudiosos do ‘fenômeno da homossexualidade’ até o momento, se formou em taxonomia na Universidade de Harvard, e seus primeiros trabalhos foram textos de biologia para a educação secundária, dedicando-se logo à pesquisa sexual em seu campo, a biologia, chegando através da docência a abordar a sexualidade humana especificamente. As pesquisas de Kinsey mostraram que as preferências sexuais dos entrevistados não só mudavam ao longo da vida, senão que muitos dos mesmos não podiam ser classificados exclusivamente como homossexuais ou heterossexuais.

Com base em seus dados, Kinsey verificou que desejos e práticas homossexuais são bem mais difundidos que o pensado nos Estados Unidos. Sublinhou o papel da cultura e a socialização no desenvolvimento de modelos de expressão homossexual ou heterossexual, suspeitou que o desenvolvimento exclusivo de práticas homossexuais se devia à segregação imposta a aqueles indivíduos que eram descobertos ou reconheciam ter tido uma única relação homossexual (Kinsey, 1948).

Kinsey criticou a insuficiência da racionalidade binária própria desse discurso científico para aprender as características da sexualidade humana. Assim, criticava a característica binária da mente humana, que tenta classificar os fenômenos por dicotomia. A conduta sexual é normal ou anormal, socialmente aceitável ou inaceitável, heterossexual ou homossexual; e nestes temas, muita gente não quer crer que entre um extremo e o outro existem graus (Kinsey, Pomeroy & Martin, 1948).

Em dezembro de 1973 a APA (Associação Psiquiátrica Americana), propôs e aprovou a retirada da homossexualidade da lista de transtornos mentais, passando a não ser mais considerada como uma doença. Em 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM) retirou a homossexualidade da condição de desvio sexual. Nos anos 90, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) onde são identificados por códigos todos os distúrbios mentais, que servem para orientar a classe médica, principalmente os psiquiatras, também retirou a homossexualidade da condição de distúrbio mental. Em 1993 a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou o termo “homossexualismo” (que dá idéia de doença) e adota o termo homossexualidade. O Conselho Federal de psicologia (CFP), através da resolução nº 01/99, baseada nos princípios da ética profissional do psicólogo, regulamentou que os psicólogos deverão contribuir com seu conhecimento para o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Considera-se que as identidades dos indivíduos se desenvolvem nas relações sociais, particularmente nas relações de poder assimétricas. As

identidades dos sujeitos dos grupos minoritários se estabelecem numa complexa relação de aceitação e de rejeição das idéias do grupo dominante sobre a natureza do grupo dominado. Assim, em se tratando do grupo de homossexuais, a identidade destes é formada e influenciada pelas idéias socialmente difundidas do ser homossexual, enquanto despertam para o próprio desejo identificam o conflito em ter desejo por alguém do mesmo sexo e a idéia dominante que esse comportamento foge aos padrões estabelecidos socialmente.

Entretanto, a rejeição das idéias dominantes sobre um grupo minoritário e a construção de uma nova identidade para este grupo faz parte essencial, embora não necessariamente de maneira consciente, das tarefas deste grupo enquanto movimento social.

1.3.2. Perspectiva Contemporânea: a teoria Queer

Existe algum modo de vincular a questão da materialidade do corpo com a performatividade do gênero? É exatamente com essa questão que Judith Butler inicia a introdução de seu livro *Cuerpos que importan: Sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"*, notadamente a questão que se coloca é como a sexualidade e o gênero são determinadas tão somente pelos diversos discursos que tomam pra si o caráter de verdade (Butler, 2002).

A categoria de sexo é produto de uma categoria política que funda a sociedade enquanto heterossexual. Neste sentido, não se trata de uma questão de ser, mas sim de relações. A categoria do sexo é a categoria que estabelece como natural a relação que está na base da sociedade e através dela a metade da população (mulheres) é submetida à economia heterossexual (Wittig, 2006).

Assim, composições de gênero determinam os valores e modelos desse corpo sexuado, suas aptidões e possibilidades, e criam paradigmas físicos, morais, mentais, cujas associações tendem a homogeneizar o "ser mulher", desenhando em múltiplos registros o perfil da "verdadeira mulher". Se o masculino também é submetido a modelos de *performance* e comportamento, a hierarquia que funda sua

instituição no social desnuda o solo sobre o qual se apóia a construção dos estereótipos: o exercício de um poder que se exprime em todos os níveis sociais. ([Swain](#), 2001; Tourraine, 2007).

Para Swain (2001) o que se pretende argumentar é que, além do papel social definido em feminino e masculino, as representações e imagens de gênero constroem e esculpem os corpos biológicos, não só como sexo genital, mas igualmente moldando-os e sujeitando-os às práticas normativas que hoje se encontram disseminadas no Ocidente.

Deste modo a teoria tenta desconstruir dicotomias que presidem o modo de pensar da mulher. A perspectiva de desconstrução significa, portanto, destituir a lógica binária (sexo/gênero, biológico/social), demonstrando que cada um destes conceitos está presente no outro. Tal luta é demonstrada pela valorização das diversidades do gênero, contrária à luta pela igualdade ou pela diferença (Ismael, 2005).

Tourraine (2007) afirma que não existe outro modo de garantir a igualdade e a liberdade das mulheres além de reduzir ou suprimir a importância do gênero, noção essa que parece indicar uma jaula da qual as mulheres só podem sair negando-se enquanto categoria significativa, elegendo a igualdade em lugar da diferença e aspirando uma sociedade sem gêneros, como antes já havia se pensando em uma sociedade sem classes.

Neste sentido, se o discurso em seu dialogismo com o rumor social decreta o fim do feminismo, o campo conotativo do que é dito e do dizível indica a recuperação e/ou atualização de representações binárias, excludentes e hierarquizadas sob novas roupagens. Mulheres e homens continuam a ocupar lugares tradicionalmente traçados segundo sua "natureza" feminina ou masculina, esta mesma "natureza" desconstruída pelo feminismo contemporâneo. Longo é o caminho trilhado pelos feminismos plurais em suas estratégias e argumentações desde Simone de Beauvoir, quando a pretensa essência da mulher é desconstruída em uma simples frase que vincula o "ser mulher" ao "ser" social ([Swain](#), 2001).

Mulheres e homens, a "evidência" da diferença biológica seria o argumento último da necessária separação de esferas sociais baseada na diferença

de sexos. Entretanto, Judith Butler (1990) e Nicole Claude Mathieu (1991) questionam essa nova naturalização. A primeira afirma que o gênero só existe quando se materializa na prática do social, heterogênea em sua historicidade: "O gênero pode também ser designado como o verdadeiro aparato de produção através do qual os sexos são estabelecidos. Assim, o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; o gênero é também o significado discursivo/cultural pelo qual a 'natureza sexuada' ou o 'sexo natural' é produzido e estabelecido como uma forma 'pré-discursiva' anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual a cultura age" (Butler, 1990).

Mathieu (1991) acrescenta que é esse gênero instituído que cria o sexo biológico, pois a heterogeneidade cultural de relações sexo/gênero "(...) nos leva a pensar não mais que a diferença dos sexos é 'traduzida' ou 'expressa' ou 'simbolizada' pelo gênero, *mas que o gênero constrói o sexo*. Entre sexo e gênero é estabelecida uma correspondência 'socio-lógica' e política". Ou seja, a importância dada ao sexo, ao aparelho genital, na positividade e divisão da sociedade, é ela mesma uma criação histórica e social. ([Swain](#), 2001).

Dessa forma surge a questão dos corpos que se transformam em feminino e masculino num processo significativo que restitui, no discurso e na matéria, as representações valorativas que dão sentido às relações sociais. Assim, a sexualidade torna-se o eixo principal da identidade e do ser no mundo, fundamentando-se em valores institucionais tais como procriação, casamento, família; a hegemonia da heterossexualidade, prática sexual entre outras, como atesta a multiplicidade de culturas, torna-se naturalizada ([Swain](#), 2001).

Tereza de Laurentis (1987) afirma que "a representação do gênero é sua construção", mas podemos igualmente refletir o corpo como uma construção representacional em modelos de gênero, pois se passa da idéia de diferença sexual à observação dos mecanismos, do processo de construção cultural dos corpos sexuados, definidos em práticas normativas de sexualidade (Mathieu, 1991).

Os diversos discursos elaboram, em torno do aparelho genital, os contornos e limites de um corpo sexuada impregnado de valores, crenças, atualizando e reafirmando representações que passam a existir nas práticas que as

elaboram. Assim, o corpo construído em feminino exprime as modalidades culturais que o confinam a um gênero que se torna inteligível "(...) na medida em que mantêm relações de coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo" (Butler, 1990).

As matrizes de inteligibilidade que constroem esse corpo naturalizado em sexo feminino podem ser identificadas em torno da família heterossexual e de atributos essencializados na "verdadeira mulher": sedução, maternidade, submissão, altruísmo, abnegação (Wittig, 2006).

No discurso da mídia vimos em funcionamento uma das tecnologias de produção do corpo sexuado, o aparato da produção do corpo feminino útil e dócil dentro das normas heterossexuais, que instituem o binário inquestionável do sexo biológico no social fazendo funcionar, no jogo da linguagem e da imagem, os mecanismos sujeitáveis à norma . ([Swain](#), 2001).

A história de nossa concepção do corpo humano é, portanto, a história dos sistemas de valores realmente fundamentais de cada sociedade. Nosso corpo é o cosmos, e nosso lugar mitológico no cosmos transforma-se inevitavelmente em metáforas anatômicas, que tomamos como fatos da vida (Highwater, 1992).

Para Foucault (1987), o corpo está sempre inserido em uma teia de poderes que lhe ditam proibições e obrigações, coerções que determinam seus gestos e atitudes e que delimitam e investem seu exercício e suas práticas, mecanismos de se construir o corpo inteligível num campo político de utilidade-docilidade. Essa é a "disciplina", um sistema de sujeição que cria um 'saber' sobre o corpo "(...) que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que não é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e este controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo".

Não podemos deixar de considerar a sexualidade como estritamente socializada e que toda cultura considera algumas experiências próprias ou impróprias, morais ou imorais, normais ou anormais. Sem isso, continuaremos a levantar barreiras que não têm a menor base na *natureza* (Highwater, 1992).

1.4. A vivência homoerótica

1.4.1. Cenário Nordestino

Como consequência da maneira “silenciosa” como a prática homoerótica acontece na sociedade, acaba ocorrendo uma falsa idéia de que o preconceito tem diminuído ou até mesmo se extinguido. Porém, as formas de discriminação são diversas, quando se percebe que os discursos de cunho discriminatório, disseminados dentro das relações sociais, são identificados pelos (as) homossexuais independentemente de sua prática sexual ter se iniciado (Machado, Da Costa & Camino, 2004).

De fato, Gouveia (2007), constatou que, apesar dos estudantes universitários defenderem a tolerância diante dos homossexuais, estes, estigmatizam os sujeitos homoeróticos como pessoas essencialmente diferentes dos demais membros da sociedade, que precisariam ser considerados socialmente com cautela e reserva.

Ao considerar o contexto brasileiro, Ramos (2005) afirma que se por um lado a representação coletiva dos sujeitos de prática homoerótica como vítimas da homofobia encontra suporte nos dados sobre a violência, também é fato que as experiências são fortemente determinadas por sexo, orientação sexual, classe e cor.

Assim, a discriminação vivida por esta parcela da população assume características muito específicas que estarão de acordo não só com a forma de viver o homoerotismo, mas também relacionadas a outras variáveis como a classe social.

Uma das formas da discriminação que atinge a todos os sujeitos de prática homoerótica é a proibição de manifestações de afeto homoerótico considerando-o uma falta de respeito. Desta constatação nasce o medo de expor sua sexualidade. Neste sentido, quanto maior a exposição (trejeitos femininos dos gays, dos travestis, etc.), maior a discriminação (Machado, Da Costa & Camino, 2004).

Pode-se deduzir que a discriminação é vivida como uma condenação derivada do modo como cada um vive a sexualidade. Tornando, assim, a discriminação uma forma de pressão da sociedade, para que os sujeitos sigam as normas sociais dominantes no que concerne ao sexo e a afetividade. Nesse sentido, no caso dos homossexuais masculinos que se declaram travestis e drag queens, a discriminação começa a ser sentida antes dos 14 anos de idade.

No entanto uma queixa é comum de todos que vivem o homoerotismo, a marginalidade social enfrentada pelos homossexuais e o medo de se expor. Os sujeitos de prática homoerótica, tendo muito a perder, em determinadas situações, caso não se apresentem conforme as normas sociais vigentes, necessitam prezar pela imagem (Machado, Da Costa & Camino, 2004).

Assim, uma das mais freqüentes formas de contato entre sujeitos de prática homoerótica é a utilização da internet, através de salas de bate-papos virtuais (chats), onde primeiro conhecem pessoas que fazem parte do mesmo grupo social, e depois que passam a confiar nestas pessoas podem procurar conhecê-las pessoalmente. A necessidade de expressar os desejos homoeróticos leva, também, a procura de locais GLS ou similares, fato que reforça a sensação de separação entre o mundo homoerótico e o heterossexual.

A identidade do grupo dos sujeitos de prática homoerótica parece evidente em afirmações como “uma pessoa homossexual é capaz de apontar uma outra pessoa homossexual, mesmo que nunca tenha visto essa pessoa, e mesmo que esta não apresente trejeitos” (Machado, Da Costa & Camino, 2004).

As lésbicas, assim como os gays, não podem considerar-se um terceiro ou quarto sexo. Ser lésbicas ou gay é uma experiência marcada por juízos sociais desfavoráveis, como todas as condutas que separam o prazer sexual da reprodução, mesmo sendo considerado, há muito tempo, que a sexualidade possui outras funções tão significativas quanto a reprodução (Touraine, 2007).

Pode-se observar a existência de um conflito entre a forma pela qual os sujeitos de prática homoerótica se desenvolvem como pessoa, em um meio altamente discriminador, e a sua identidade homossexual. Assim, freqüentemente, a maioria dos sujeitos homoeróticos sentiu, ou possui, na

identificação do desejo homoerótico preconceito consigo mesmo (Machado, Da Costa & Camino, 2004).

Afirmações deste tipo mostram a necessidade muito grande de construir uma identidade social muito forte e coesa. Mas, como conseqüências destas identidades extremamente coesas criam-se, no interior do universo da diversidade sexual, fortes divisões entre as diversas formas de viver a homossexualidade.

1.4.2. Cenário no Sudeste

A falta de produção acadêmica em torno da temática já foi citada, aqui, como fator que dificulta a realização desse estudo. De fato, a concentração dos trabalhos existentes se dá na região sul e sudeste do país, onde, inclusive, se encontra a publicação da Revista de Estudos Feministas (importante ferramenta acadêmica na luta contra a discriminação).

A fundação do grupo Somos, em 1978, é considerada o marco do início da luta política dos homossexuais em São Paulo e no Brasil. Em um momento de extrema efervescência política, oriunda do processo de abertura do regime militar, milhares de movimentos sociais emergiram em torno de diversas reivindicações coletivas. Juntamente com a mobilização das mulheres contra o machismo e o sexismo, os homossexuais buscaram, pela primeira vez no país, politizar a homossexualidade, a fim de romper os limites do *gueto* e reivindicar direitos iguais (Santos, 2007).

Nesse contexto de contestação ao *status quo* surge o jornal *Lampião da Esquina*, o qual levantou a questão da homossexualidade em seus aspectos político, existencial e cultural. Esse jornal converteu-se no grande divulgador das idéias propostas pelo Somos e outros grupos do incipiente movimento homossexual, embora esta relação entre o jornal e os grupos de militância não tenha ocorrido sem conflitos (Santos, 2007).

Era consenso no movimento homossexual à rejeição a qualquer forma de autoritarismo, fosse este oriundo da repressão do regime militar, das hostes

da esquerda, fosse da relação entre homem e mulher ou mesmo da relação homossexual. Reivindica-se uma identidade homossexual na qual se identificariam todos aqueles que eram vítimas da discriminação e do preconceito independentemente das diferenças existentes dentro da comunidade homossexual (Santos, 2007).

Já no que se refere aos grupos lésbicos, o Galf (Grupo de Ação Lésbica-Feminista), oriundo do "racha" no interior do grupo Somos, manteve atividades durante toda a década de 1980, principalmente no gueto lésbico e no movimento feminista. Segundo Silva (1993), o Galf participou de discussões que resultaram na utilização nos debates da Constituinte do termo "orientação sexual", em vez de "preferência sexual" ou de "opção sexual". Porém, foi apenas no início da década de 1990 que os contatos entre os grupos *gays* e lésbicos se tornaram mais intensos. (Santos, 2007).

Segundo Facchini (2002) o VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais, realizado em 1993 em Cajamar (SP), foi fundamental para a rearticulação do movimento tanto em São Paulo como no Brasil. O encontro teve aumento significativo no número de participantes, com o predomínio dos grupos lésbicos (a maioria de São Paulo), e contou, também, com a presença de novos grupos *gays* e mistos da cidade, além de diversas ONG-Aids (ONGs especializadas em trabalho de prevenção à doença). Tal diversidade de atores refletiu-se nas discussões que ocorreram desde a paridade entre *gays* e lésbicas nas instâncias do movimento, a participação do movimento homossexual no consórcio de vacinas anti-HIV e no I Congresso de Movimentos Populares, até a possível criação de uma entidade para articular o movimento em âmbito nacional.

Outro importante evento para a rearticulação do movimento em São Paulo foi a XVII Conferência da ILGA (International Lesbian and Gay Association) no Rio de Janeiro, em 1995, que contou com a presença de vários militantes homossexuais de São Paulo. A sexóloga e então deputada Marta Suplicy, presidente de honra da Conferência, apresentou a primeira versão do projeto de lei de união civil entre pessoas do mesmo sexo, tema que mobilizou boa parte das discussões do encontro e que possibilitou, posteriormente à conferência, a reunião de Marta Suplicy com militantes de São Paulo.

Em janeiro do mesmo ano, realizaram-se o I Encontro Brasileiro de *Gays* e *Lésbicas* que Trabalham com Aids e o VIII Encontro Brasileiro de *Gays* e *Lésbicas*, os quais, entre outras resoluções, aprovaram a fundação, a despeito da oposição de vários grupos presentes, da ABGLT (Associação Brasileira de *Gays*, *Lésbicas* e Travestis) (Facchini, 2002).

Ao combinar diversas formas de ação, o movimento homossexual tem conseguido dar visibilidade à sua causa. Embora tenha sofrido grande impacto com a epidemia de Aids, nos anos de 1980 o movimento conseguiu manter diversas ações de defesa da população homossexual. Na década seguinte, com a diminuição do estigma que relaciona a Aids à homossexualidade e o auxílio dos recursos oriundos de financiamentos para a prevenção da doença, os grupos homossexuais conseguiram se rearticular, promovendo diversos encontros nacionais e internacionais e inovando nas formas de mobilização, a exemplo das "paradas" e dos "beijos". Essas ações tiveram como resultado a maior interlocução com os poderes públicos e a garantia, mesmo que de forma restrita, de uma legislação favorável à comunidade homossexual, como a lei 10.948/2001, que pune "toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero" (Santos, 2007).

Assim, estudar a vivência da prática homoerótica é investigar como neste contexto discriminatório estão sendo estruturadas as diversas estratégias de interação social, manifestação e identificação de desejos, enfrentamento social, enfrentamento das situações discriminatórias, as dificuldades em admitir uma prática homoerótica e na configuração dos relacionamentos.

Estudo Empírico:

A vivência Homoerótica

Objetivos

Objetivo Geral

Considerando que a experiência pessoal homoerótica feminina esta intrinsecamente relacionada com a cultura em que ela esta inserida, este estudo tem por objetivo amplo não só analisar os elementos essenciais da vivência do desejo homoerótico feminino como: os aspectos ligados à descoberta do desejo; a percepção da discriminação; e, ainda, situar estas vivências em relação às bandeiras de luta do movimento LGBT.

Objetivos Específicos

1. Descrever como estas mulheres configuram as causas da homossexualidade.
2. Averiguar e descrever os aspectos envolvidos na descoberta do desejo homoerótico. Aspectos estes que compreendem desde a idade do início do desejo, até os sentimentos envolvidos neste despertar.
3. Descrever como é percebida e vivida a discriminação, investigando quais são os comportamentos concretos, subjetivos e discriminatórios dos quais essas mulheres são vítimas.
4. Identificar a percepção que estas mulheres têm acerca de como a sociedade as categorizam, evidenciando os sentimentos que surgem desta dinâmica.
5. Analisar como as mulheres que assumem uma prática homoafetiva situam a priorização das bandeiras de lutas que deveriam ser praticadas pelo movimento de minorias sexuais.

O homoerotismo tem sido pouco estudado enquanto experiência social. A maioria dos estudos aborda o homoerotismo a partir da perspectiva abstrata da teoria psicopatológica. Poucos estudos abordam diretamente as formas como as pessoas de orientação homoerótica vivem suas experiências sociais³.

Neste sentido, o Grupo de Pesquisa em Comportamento Político vem desenvolvendo uma série de pesquisas que procuram investigar a discriminação homofóbica enquanto experiência social (Machado, Da Costa, & Camino 2004; Estrada, Acuna, Camino & Traverso-Yepes, 2007).

Estes estudos não só vem contribuindo para uma maior compreensão de como uma parcela da população vive essa discriminação, mas também traz a tona uma série de questionamentos sobre essa forma de viver socialmente a sexualidade.

Assim, um roteiro de entrevista foi elaborado tendo em conta essas inquietações que foram surgindo tanto da vivência nos grupos de minorias sexuais, quanto nas inquietações que surgiram de estudos anteriores.

Considerando o campo dos estudos da discriminação contra as minorias sexuais, este trabalho utiliza como técnica de análise de dados um conjunto de possibilidades metodológicas, abrangendo o método qualitativo, especificamente a análise de conteúdo e o programa ALCESTE, e o método quantitativo, utilizando-se o pacote estatístico SPSS 16.0.

O ALCESTE (*Analyse Lexicale par Context d'un Ensemble de Segments de Texte*), introduzido no Brasil em 1998, trata-se de um programa estatístico, que permite tratamento de dados oriundos de fontes escritas diversas, criando matrizes cuja base é a co-ocorrência de palavras em um mesmo eixo de significado. Além de apresentar uma análise lexicológica do material textual,

³ *Podemos considerar como exceção o primeiro relatório Kinsey que observou que desejos e práticas homossexuais, particularmente entre as mulheres, eram bem mais difundidos que o pensado nos Estados Unidos (Kinsey, Pomeroy & Martin, 1948). Outros dois estudos recentemente lançados pela coleção Sexualidade, gênero e sociedade da editora Garamond, vem demonstrando crescimento do interesse desta perspectiva.*

oferece contextos (classes lexicais) que são caracterizados pelo seu vocabulário ou pelos seus segmentos de textos que compartilham este vocabulário. (Camargo, 2001; 2005).

Este método de dados textuais, desenvolvido na França por Reinert em 1990, permite investigar a distribuição de vocabulário em textos diversos. Utilizando principalmente de duas técnicas estatísticas: Classificação Hierárquica Descendente e a Análise Fatorial de Correspondência. A utilização do ALCESTE é muito vantajosa, pois permite rapidamente exame preciso de grande número de dados, reconhecido no programa como *Corpus*, que no caso desta pesquisa, são partes das entrevistas realizadas - uma ou mais questões formaram *Corpus* separados (Ismael, 2005).

O *Corpus* adequado à análise deve constituir-se num conjunto textual centrado em um tema. O material textual tem que ser monotemático, pois a análise de textos sobre vários itens previamente estruturados ou temas resulta na reprodução da estruturação prévia (Camargo, 2001)

O programa trabalha com nomenclaturas próprias essenciais à compreensão da análise estatística construída (Ismael, 2005; Ribeiro, 2004), são elas:

- *U.C.I.* ou Unidade de contexto Inicial → Trata-se das divisões naturais do texto ou *Corpus* que se vai analisar – entrevista, livro, jornal, etc. Esta é a primeira estrutura dimensionada para o *ALCESTE*. No caso dessa pesquisa, cada entrevista realizada constituiu-se uma *U.C.I.*
- *U.C.E.* ou Unidade de Contexto Elementar → Corresponde à repartição do *Corpus*, são frases dimensionadas das entrevistas pelo programa, que podem variar em função do tamanho do texto e da pontuação. As *U.C.E.* são segmentos dos textos analisados.
- *CLASSE* → É a representação de um tema extraído do texto analisado. Cada classe é representada por várias *U.C.E.*’s. O programa *ALCESTE* decompõe o texto em unidades de contextos idênticos e constrói uma classificação em função da distribuição do vocabulário.

- A.F.C. ou Análise Fatorial de correspondência → é uma técnica de descrição de tabelas cruzando o vocabulário e as classes. Obtêm-se uma representação gráfica, através de eixos, permitindo visualizar as oposições entre as classes.

A primeira atividade do programa é reconhecer as *I.C.I.'s*, subdividindo partes da entrevista - no caso dessa pesquisa -, em *U.C.E's*. Em outras palavras, é feito uma classificação de todo o *Corpus* em frações do texto calculadas pelo programa - constituindo-se no máximo 6 linhas. Com base em um dicionário o *Corpus* é partilhado em um grupo de palavras com funções gramaticais: pronomes, verbos, adjetivos, substantivos, *etc.* A análise final é baseada no segundo grupo de palavras, pois são elas que contêm o sentido do discurso. Em seguida as palavras são agrupadas em função de suas raízes e são calculadas suas frequências (Ismael, 2005).

O segundo passo do programa realiza cálculos para identificar classes através do método de Classificação Hierárquica Descendente (*C.H.D. Classification descendante hiérarchique*). Uma primeira classe - a matriz - é constituída pelo conjunto total de unidades contextuais. Em seguida, essa classe é dividida de forma que as duas classes resultantes se diferenciem de maneira nítida quanto ao vocabulário contido nas mesmas, evitando a presença de palavras sobrepostas. O critério utilizado é o valor do Qui-Quadrado. Esse processo calcula o grau de associação de cada palavra com sua classe. O processo realizado pelo programa é reiterado, ou seja, as classes são novamente decompostas até que não haja mais divisões e se encontre o produto final que é a *C.H. D.* - Hierarquia de todas as Classes do *Corpus*. Neste cálculo estatístico o programa considera significativo o índice de qui-Quadrado = 3,84 e Grau de Liberdade = 1 (Ismael, 2005).

Na terceira etapa, o programa gera informações estatísticas para cada classe obtida, conforme explicitado na etapa anterior. Assim, para cada classe são calculadas as listas de palavras mais típicas, sua frequência, porcentagem e intensidade de associação com a classe a partir do valor do Qui-Quadrado (Ismael, 2005).

A partir destas operações é possível visualizar os contextos lexicais formados pelas classes. Esses contextos são formados então pelos conjuntos de expressões que podem ser entendidos como diferentes formas de discurso sobre o objeto da análise (Ismael, 2005).

Por fim, o programa apresenta uma Análise Fatorial de Correspondência, análise esta considerada importante, pois permite ao pesquisador uma interpretação global dos dados obtidos.

Ao final de todas as etapas o programa gera um relatório detalhando constituído de todas as operações realizadas, possibilitando ao leitor a interpretação dos dados analisados. O *ALCESTE* permite utilizações com graus variados de sofisticação.

Amostra

A amostra é composta por 81 mulheres que assumem a prática do desejo homoerótico.

Roteiro de Entrevista

Para esta primeira pesquisa utilizamos um roteiro de entrevista (vide Anexos) estruturada abrangendo os seguintes conjuntos de variáveis:

1 - Dados Sócio-demográficos:

A entrevista continha questões relativas aos aspectos idade, ocupação, renda, escolaridade, profissão, religião, identificação com a prática sexual e se possui relacionamento estável.

2 - Explicações da Homossexualidade

Com o objetivo de entender como se configuram as causas do homoerotismo na perspectiva dessas mulheres, solicita-se que estas descrevam as causas na sua perspectiva.

3 – Descoberta do desejo

Com o objetivo de entender quais são os diversos aspectos envolvidos na descoberta do desejo homoerótico, nesta entrevista são coletados dados acerca dos seguintes aspectos:

3.1. Aspectos Intra-Pessoais.

Neste aspecto procurou-se investigar quais os sentimentos, e as explicações acerca deste, que se manifestam na descoberta do desejo. Solicitando também às mulheres que relatassem como foi para elas lidar pela primeira vez com o desejo homoerótico.

3.2. Aspectos que dificultaram e facilitaram a descoberta.

Nesta parte da entrevista é solicitado às mulheres que descrevam os aspectos que facilitam e dificultam a descoberta do desejo homoafetivo.

3.3. Postura da família.

Em relação à postura da família é solicitado às mulheres que indiquem qual foi a postura de sua família no início da prática do desejo homoafetivo.

4 – Discriminação

No que se refere à discriminação, é solicitado às mulheres que indiquem com que idade começou a se sentirem discriminadas pelas suas relações homoafetivas, além de descrever concretamente quais são as situações em que estas se percebem discriminadas por essas relações.

5 – Percepção acerca da sociedade

Neste aspecto procuramos investigar qual a percepção que estas mulheres têm acerca do que a sociedade caracteriza os relacionamentos homoafetivos e procura-se investigar, também, quais os sentimentos vêm a tona quando se lida com uma sociedade que recrimina os comportamentos homoafetivos.

6 – Movimento de minorias sexuais

Este aspecto foi investigado procurando observar, além da forma concreta como estas atuam no movimento, dois aspectos concretamente:

6.1. Atuação dos diversos segmentos na luta pela diversidade sexual.

Neste aspecto, procura-se investigar como se caracteriza a percepção destas mulheres sobre a atuação de diversos segmentos na luta pela diversidade sexual. Solicitando, assim, a estas que descrevessem como o movimento GLBTTS, Travestis/Drag Queen e Bissexuais facilitavam ou dificultavam a luta pela diversidade.

6.2. Priorização das bandeiras de luta.

Neste aspecto esta sendo solicitado às mulheres que indique qual grau de importância de algumas reivindicações para o movimento de luta pela diversidade sexual, em uma escala tipo Likert que variava de (1) Discordo Totalmente a (5) Concordo Totalmente.

7 – Formas de encontros

Tendo em conta características que envolvem a própria dinâmica social experimentada por estas mulheres, procura-se aqui investigar quais as estratégias utilizadas por essas mulheres para estabelecer contato com outras mulheres que possuam orientação semelhante a sua.

Procedimentos

As mulheres foram entrevistadas individualmente em ambiente reservado, garantindo total anonimato às entrevistadas.

No entanto, por questões que envolvem a própria dinâmica social vivida pelos homossexuais, alguns contatos não puderam ser identificados nem mesmo pelo entrevistador. Assim, em alguns casos, as entrevistas foram feitas por alguns dos sujeitos participantes da amostra, casos em que se solicitava à entrevistada que a própria entrevistasse mesmo as homossexuais de sua rede de contato. Uma vez que a entrevistada se dispusesse a realizar essa entrevista, o entrevistador realizava um treinamento, entregando o roteiro de entrevista e solicitando que este o devolvesse no menor tempo possível.

Assim, foi distribuído um total de 300 (trezentos) questionários dos quais possuímos 81 questionários.

Resultados e Discussão

2.3.1 – Dados Sócio-demográficos:

A amostra é composta por 81 mulheres que assumem a prática do desejo homoerótico, com idades variando de 14 a 57 anos.

Tabela 1: Idade das entrevistadas

Faixa de Idade	N	%
14 a 21	6	9
22 a 30	37	47,4
31 a 40	14	17,9
41 a 57	20	25,7
Total	78	100

Destas, 56 (69,1%) possuem emprego, possuindo uma renda pessoal média de R\$ 2.124,40.

Tabela 2: Renda pessoal

Faixa de Renda	N	%
até R\$200,00	4	7,1
de R\$201,00 a R\$750,00	19	33,9
de R\$751,00 a R\$2500,00	24	42,9
Acima de R\$2500,00	9	16,1
Total	56	100

No que se refere à escolaridade a maioria (49) possui ou está cursando o terceiro grau, dezesseis estão cursando uma pós-graduação, treze possuem ou estão cursando apenas o segundo grau, e três o primeiro grau.

Tabela 3: Escolaridade

Escolaridade	N	%
1º Grau	3	3,7
2º Grau	13	16
3º Grau	49	60,5
Pós-Graduação	16	19,8
Total	81	100

Do total de mulheres, 61 (sessenta e uma) declaram possuir relacionamento estável, apresentando uma média de 46 (quarenta e seis) meses de convivência homoafetiva com a atual companheira.

No que se refere à religião das entrevistadas, aproximadamente um quarto da amostra (23) define-se como sem religião, enquanto outro quarto (23) da amostra se define como católica não praticante, 8 (oito) se definem como católicas praticantes, 11 (onze) como espíritas, 4 (quatro) como evangélicas, 4 (quatro) como afro-brasileiras e 6 (seis) como outras.

Tabela 4: Religião das entrevistadas

Religião	N	%	IBGE 2000 (%)
Sem Religião	23	29,5	5,7
Católica Não Praticante	23	29,5	73,3
Católica Praticante	8	10,3	
Espírita	11	14,1	1,6
Evangélica	4	5,1	17
Afro-Brasileira (Umbanda e Candomblé)	3	3,8	0,3
Outra (Seicho-noe, Agnóstica e Budista)	6	7,7	2,1
Total	78	100	100

Ao compararmos os dados obtidos nesse estudo com os resultados encontrados pelo censo demográfico do IBGE realizado no ano de 2000, na população feminina, observamos a discrepância quando se trata de assumir não ter religião. Enquanto pelos dados do IBGE só 5,7% da população de mulheres admite não possuir religião, neste estudo este número chega a 29,5%.

Já no que se refere a assumir uma religião espírita ou afro-brasileira, observamos uma porcentagem maior do que o encontrado na população brasileira feminina, em relação aos dados do IBGE. Por outro lado observamos um decréscimo no número de mulheres homoeróticas que admitem uma religião evangélica.

De fato, esses dados apontam uma correlação entre a forma de viver a sexualidade e a crença em uma religião. Não é de se estranhar, pois outros estudos (Camino & Pereira, 2000) têm demonstrado que existe uma forte relação entre a religião e o preconceito.

2.3.2 – Percepção acerca das causas da Homossexualidade

Para entender como estas mulheres configuram sua própria prática sexual e entender, também, os aspectos que se encontram como pano de fundo desta prática tornou-se necessário averiguar como estas mulheres configuram a explicação acerca da homossexualidade.

Neste sentido procedeu-se uma análise de conteúdo, onde podemos constatar que essas mulheres situam as causas do homoerotismo vinculado a três grandes eixos: (a) não existem causas; (b) fatores de predisposição biológica; e (c) fatores psicológicos. Distribuída da seguinte forma:

Tabela 5: Causas da Homossexualidade

	N	%
Não existem causas	48	59,3
Fatores de predisposição biológica	15	18,5
Fatores psicológicos	12	14,8
Multivariada	3	3,7
Não Sabe	3	3,7
Total	81	100

Podemos observar que mais da metade (59,3%) das mulheres acreditam não haver uma causa para a homossexualidade, assim, este desejo surge naturalmente. Já um quinto (18,5%) afirma que as causas estão vinculadas a fatores de predisposição biológica, dessa forma vivem a sexualidade como um destino. Por fim, cerca de um

sexto (14,8%) acredita que as causas estão vinculadas a fatores psicológicos, admitindo que a criação dada pelos pais e o meio social interfere diretamente na escolha.

Procedendo uma análise mais detalhada do que nos remete cada um dos eixos encontrados na categorização das respostas, podemos observar as seguintes características:

No que se refere a não vincular uma causa ao homoerotismo observamos que a sexualidade para estas mulheres estão colocadas, de forma geral, em um plano mais amplo, assim “para mim a homossexualidade não tem causas, ela acontece, assim como a heterossexualidade”.

De maneira mais minuciosa podemos observar, também, as nuances que configuram essa forma de representar a não existência de uma causa, colocando-a como uma opção ou “uma escolha de como viver sua afetividade”. Assim, ao assumir esse desejo “nunca me preocupei com as causas da homossexualidade, o porquê de ser lésbica? Mas hoje posso dizer que é uma condição ou uma opção. O que eu sempre queria era saber como era uma relação e não o fato de gostar mais de meninas do que dos meninos afetivamente”.

O desejo em si constitui-se um dos fatores que leva a prática da sexualidade, assim, “não existe causa específica. Em minha opinião se nasce com vontades, vontades estas iguais para todos, o amor é independente de cor, raça e sexo para mim”, “acredito que o desejo sexual é indiferente às convenções sociais e não escolhe o par pelo sexo”.

A identificação afetiva pode ser observada como outro indicador em se tratando assumir uma prática sexual “não acredito em causas, vejo de forma espiritual ou identidade sexual e afetiva por uma pessoa do mesmo sexo. Sem causas, natural, a partir de uma identificação”.

Utilizam ainda uma análise mais social “a homossexualidade é um processo de construção do indivíduo durante o transcorrer de sua vida”, dessa forma “não existe uma causa exata, é como se surgissem com o tempo, você começa a perceber que é diferente, que gosta de coisas diferentes, tem curiosidade e experimenta”.

A questão nos aporta a uma vivência da sexualidade como uma derivação da formação do indivíduo, onde não há “causa específica, as pessoas se tornam homossexuais assim como outras se tornam heterossexuais ou bissexuais, algo que tem a ver principalmente com as experiências de vida e formação das subjetividades das pessoas”.

No que se refere a situar as causas do homoerotismo utilizando-se de fatores de predisposição biológica, podemos situar as repostas em torno de “um misto de fatores biológicos (genética e hormonal)”, dessa forma “não sei explicar. Acho que vem de dentro, vem com você, nasce assim e ponto”. De fato, tais dados parecem apontar que parte dessas mulheres vivem e assumem a prática homoerótica como um destino uma vez que acreditam “que seja genético. A pessoa já nasce com ‘isso’ e numa certa fase ou idade vem à tona”.

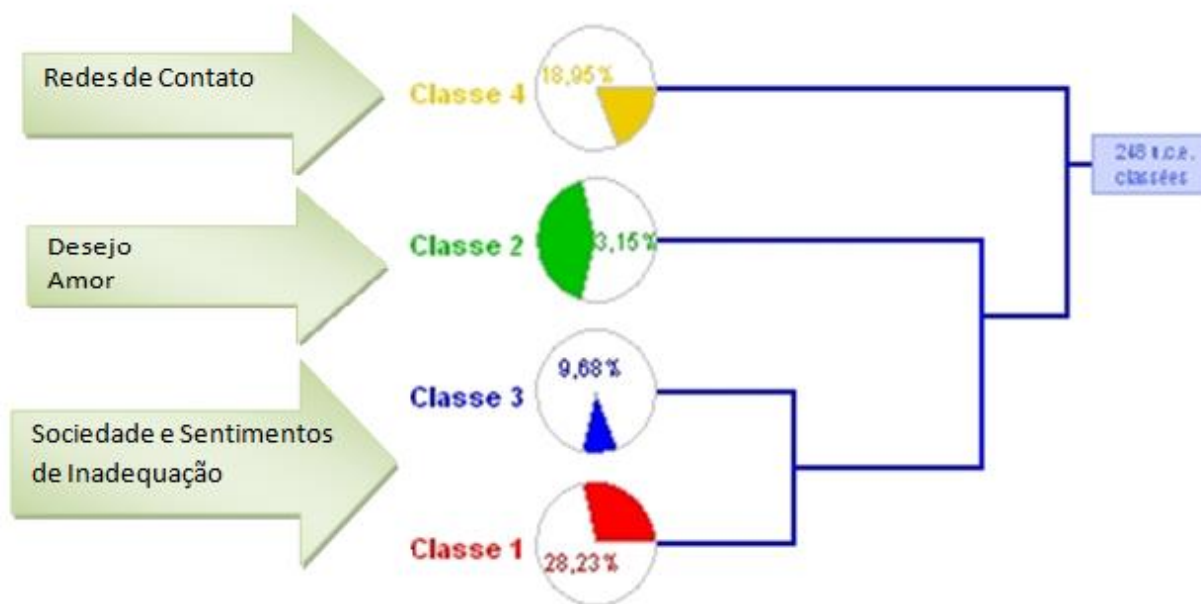
Por fim, ao situar a causa a fatores psicológicos os discursos giram em torno de “um problema hormonal e psicológico”, psicológico à medida que o situa como “falta de afetividade e toques físicos dos pais, moralismo excessivo, meio social que nos direciona desta forma”, ou, ainda, “Violência sexual na infância, carência afetiva de pai e mãe”.

Vale salientar que, em alguns casos, admitir uma explicação não torna excludente a outra.

2.3.3 – Descoberta do desejo

Em uma análise mais macro dos fatores que envolvem a descoberta do desejo, utilizando o software ALCESTE, podemos observar a organização do discurso dessas mulheres, da seguinte forma.

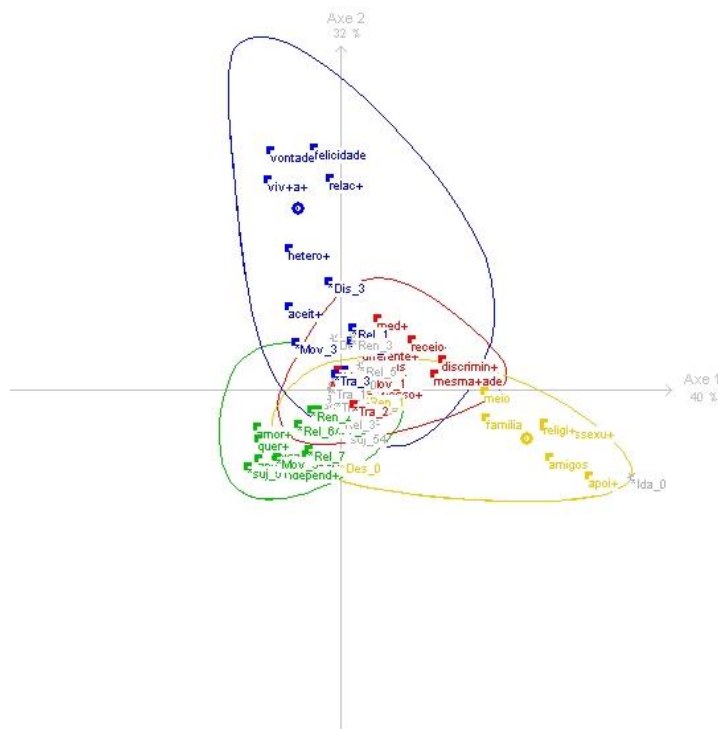
Figura 1: O discurso e a descoberta do desejo



Assim, o programa agrupou o conteúdo dos discursos dessas mulheres frente à descoberta do desejo, em quatro classes que temos resumido em três aspectos: (a) redes de contatos como facilitadores da descoberta; (b) fatores emocionais que envolvem a descoberta; e (c) sociedade como geradora de sentimentos de inadequação social (Figura 1). De um modo geral esses aspectos compõem categorias de posicionamentos em relação ao tema tratado, considerando a proximidade ou afastamento, mostrando o modo como se articulam os diversos aspectos da questão abordada no discurso.

A análise de correspondência apresentada na Figura 2 mostra as semelhanças e diferenças entre esses aspectos.

Figura 2: Análise de correspondência das classes de discurso



O primeiro aspecto, compreendido pela classe 4, que explica 18,95%, remete ao suporte das relações sociais como fatores que por um lado facilitam, e por outro dificultam a descoberta do desejo. Como facilitadores da descoberta encontramos o grupo de amigos. Já a religião e principalmente a família, constituem-se um fator que dificulta a descoberta do desejo. Os discursos que utilizam palavras contidas nesta classe remetem tanto a instituição e grupos sociais, como os efeitos destes grupos (apoio, dúvidas).

Tabela 7: Demonstrativo da Classe 4. Representa 28,23% da variabilidade total do *Corpus*. Redes de Contato

Palavra Significativa	Frequência Classe	Frequência <i>Corpus</i>	Percentual Classe %	Qui- Quadrado
Amigos	16	22	72,73	45
Apoio	8	9	88,89	30
Família	21	45	46,67	27
Colégio	5	5	100	22
Homossexualidade	8	11	72,73	22
Sociedade	6	7	85,71	21
Contra	4	4	100	17
Facilitou	3	4	75	8
Heterossexualidade	3	5	60	6
Religião	3	5	60	6
Criação	3	5	60	6
Minhas	3	5	60	6
Meio	4	8	50	5
Universidade	2	3	66,67	5
Trabalho	2	3	66,67	5
Dúvidas	2	3	66,67	5
Alguns	2	3	66,67	5

Abaixo apresentamos quadro com trechos de repertórios extraídos do material coletado:

Quadro 1– Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 4, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus* REDES DE CONTATO

“...Dificultou o meio social em que estive inserida: igreja e amigos heterossexuais, principalmente.”

“...O apoio da família é primordial para qualquer homossexual.”

“...A família por causa da rejeição e a sociedade pela exclusão social.”

“...Conflituoso por causa da família.”

“...Vez ou outra me vinham desejos na cabeça e tentava me esquecer deles, alívio, aos 16 anos passei a entrar em contato com pessoas homossexuais pela internet e pesquisar sobre o tema, passando a não negar mais meus desejos, e me sentindo bem em relação a eles.”

Os conteúdos dessa classe evidenciam o papel da família e da sociedade na descoberta do desejo. Por um lado, coloca a família como um agente importante no suporte para aceitação do próprio desejo, e por outro evidenciam o papel negativo que tanto a sociedade quanto a família desempenham na descoberta e aceitação do desejo, uma vez que esses grupos designam as mulheres homoafetivas, a marginalidade social.

Dessa forma, o desejo homoafetivo e a proximidade com pessoas que possibilitam a discussão acerca da homoafetividade se colocam como fatores facilitadores importantes para identificação do desejo. Assim, a falta de diálogo e proximidade com pessoas homoafetivas, além da religião, dificultam a descoberta do desejo.

Já o segundo aspecto, denominado de Desejo/Amor e compreendido pela classe 2, compreende os sentimentos que afloram como motivadores da prática do desejo. Os discursos que compreendem esta classe enfatizam o desejo pelo corpo feminino e o amor como definidores da descoberta do desejo.

Tabela 8: Demonstrativo da Classe 2. Representa 28,24% da variabilidade total do *Corpus*.

Desejo e Amor				
Palavra Significativa	Frequência Classe	Frequência <i>Corpus</i>	Percentual Classe %	Qui- Quadrad o
Uma	36	41	87,8	40
Mulher	16	16	100	23
Amor	20	23	86,96	20
Passo	13	13	100	18
Queria	16	18	88,89	17
Anos	14	15	93,33	16
Quando	19	24	70,17	14
Foi	19	25	76	12
Namorar	10	11	90,91	11
Desejado	15	19	78,95	11
Independente	10	11	90,91	11
Coisa	12	14	85,71	11
Desejo	9	10	90	9
Não	39	67	58,21	8
Sempre	11	14	78,57	8
Sentimentos	25	39	64,1	8
Homens	6	6	100	8

Abaixo apresentamos quadro com trechos de repertórios extraídos do material coletado:

Quadro 2– Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 1, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus* DESEJO E AMOR

“...foi ótimo quando toquei pela primeira vez uma mulher, foi a melhor coisa que surgiu em minha vida. O desejo é o primeiro passo para identificar a nossa homoafetividade. Carícia é o segundo passo logo que fazemos carícias e a recebemos, nos sentimos nas nuvens. Amor é o teto de tudo.”

“...senti atração por uma mulher aos 16 anos e não sabia o que era gostar de menina. Queria ficar namorando com ela, achei problema no início.”

“...Desejo intenso, a paixão, a admiração e o amor por mulheres.”

“...Paixão, não queria fazer outra coisa na vida, a não ser estar com aquela mulher, desejava a como nunca tinha desejado ninguém, era uma paixão sem limites.”

Por fim, o terceiro aspecto, compreendido pelas classes 3 e 1, explicando 37,92%, remete a como é vivida interiormente a descoberta do desejo, salientando-se as emoções negativas deste processo no que se refere a relação com a sociedade.

Nas tabelas abaixo passamos a explicitar os conjuntos de repertórios configurados em cada classe, com seus respectivos índices de significância, quanto a frequências e Qui-quadrados.

Tabela 9: Demonstrativo da Classe 3. Representa 9,68% da variabilidade total do *Corpus*.

Sentimentos de Inadequação				
Palavra Significativa	Frequência Classe	Frequência <i>Corpus</i>	Percentual Classe %	Qui- Quadrado
Viver	8	11	72,73	52
Forma	8	11	72,73	52
Sexualidade	5	6	83,33	38
Felicidade	5	7	71,43	31
Confusão	5	7	71,43	31
Vontade	4	5	80	29
Percebi	3	4	75	20
Aceitação	7	18	38,89	19
Relações	3	5	60	15
Lidar	3	5	60	15
Feliz	3	6	50	11
Heterossexualidade	3	6	50	11
Depois	3	8	37,5	7
Início	3	8	37,5	7

Abaixo apresentamos quadro com trechos de repertórios extraídos do material coletado:

Quadro 3– Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 3, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus SENTIMENTOS DE INADEQUAÇÃO*

“...sempre me interessei por meninas, e isto era muito confuso, tanto que fui praticar minha sexualidade muito tarde, era muito travada e imatura. Tentei, também, não ser homossexual, mais depois percebi que eu teria que me aceitar para poder viver com felicidade e plenitude. Tinha muito medo que minha família descobrisse. Aversão, não me aceitava e tinha raiva por sentir atração por mulheres. Ficava insegura quando desejava uma mulher.”

“...não sabia direito como lidar, só queria viver aquela paixão com todas as forças, sem medir, nem precisar controlar. Estava amando e para mim isso bastava. Mas apesar disso lidar com todo o preconceito me deixou muito confusa, diante de todo aquele amor que sentia, não conseguia entender o que estava acontecendo comigo.”

“...No início muito confuso, depois percebi que minha felicidade dependeria tão somente da minha aceitação homossexual. Confusão por que no início pensamos em tudo isso como se fosse algo errado e pecaminoso, pois é assim que a sociedade nos ensina. Medo da reação da família, amigos e sociedade como um todo. Felicidade no sentido de saber que descobri que posso amar intensamente de uma forma diferente. Sem duvida o preconceito é o que mais aflige qualquer pessoa que se descobre homossexual. O apoio da família é primordial para qualquer homossexual.”

Finalmente, no que se refere as dados encontrados na classe 1, classe esta inserida no aspecto Sociedade e Sentimentos de Inadequação, explicitam-se os aspectos sociais.

Tabela 10: Demonstrativo da Classe 1. Representa 28,23% da variabilidade total do *Corpus*.

Sociedade				
Palavra Significativa	Frequência Classe	Frequência <i>Corpus</i>	Percentual Classe %	Qui- Quadrado
Medo	31	40	77,5	57
Sociedade	15	20	75	23
Errado	8	8	100	21
Receio	6	6	100	16
Mesma	9	12	75	14
Pessoa	22	44	50	13
Situação	5	5	100	13
Vivendo	5	5	100	13
Discriminação	6	7	85,71	12
Preconceito	10	15	66,67	12
Diferente	9	13	69,23	11
Reação	4	4	100	10
Sentido	4	4	100	10
Certo	3	3	100	8
Feminino	3	3	100	8
Sexual	3	3	100	8

Abaixo apresentamos quadro com trechos de repertórios, extraídos do material coletado:

Quadro 4– Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 1, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus SOCIEDADE*

“...estranho com medo, muito difícil. meio bicho do mato. Medo de ser rejeitada por todos, apontada como tal diferença de relacionamento. Vontade de morrer. Não entendia porque eu fui a escolhida, diante de três irmãs para ser homossexual. Insegurança Gostar do mesmo sexo, envolve carências afetivas, em que implica confusão e insegurança. Representar um papel, meio social, enfrentar, o meio familiar, colégio, universidade. Me aceitar depois de muito tempo de trabalho terapêutico, espiritual. Amigos.”

“...eu não tinha muita clareza, mas na medida que eu entendi efetivamente minha orientação, foi muito assustador. Vergonha por causa da sociedade. Medo por causa da sociedade e da reação da minha família. Insegurança de namorar alguém que pudesse me denunciar caso acabasse a relação. Dificultou a descoberta do desejo o meio social em que estive inserida: igreja, amigos heterossexuais, principalmente. Facilitou a descoberta a universidade em que tive a oportunidade de conhecer pessoas que vivem suas sexualidade de forma saudável, física e mentalmente.”

“...achei errado, nojento, diferente do que parecia certo ou natural. Medo de descobrirem e me acharem um extraterrestre. Dúvida por não saber como agir, se vivia ou reprimia o desejo. Frustração de não ser igual a minha turma. Dificultou a família, amigos de escola. Facilitou amigos de farra.”

Passando a uma análise mais micro dos fatores que envolvem a descoberta do desejo, utilizando o método de análise do conteúdo, observou-se os seguintes dados.

Com o intuito de averiguar quais são as características da descoberta do desejo, perguntamos as mulheres em que idade elas identificaram o desejo homoerótico, dados descritos na tabela abaixo:

Tabela 11: Idade em que identificou o desejo

	N	%
Desde sempre	4	5
5 a 11 anos	20	25
12 a 15 anos	19	23,8
16 a 23 anos	30	37,5
24 a 39 anos	6	7,5
Acima de 40	1	1,3
Total	80	100

Dessa forma, o surgimento do desejo homoerótico não tem um momento específico para surgir, podemos observar a descoberta na infância (25%), na puberdade (23,8%), ou na adolescência (37,5%). Apenas sete identificam o desejo na idade adulta e três admitem sempre ter sentido o desejo homoerótico.

Em um segundo momento, utilizando o método da Análise de Conteúdo, podemos observar que os sentimentos citados na descoberta do desejo por essas mulheres podem ser organizados da seguinte forma:

Tabela 12: Sentimentos ligados à descoberta do desejo

	N	%
Medo / Insegurança “De alguém descobrir, da família, da igreja de perder amizades, de ser marginalizada e de não controlar o que eu sentia” e “Por não saber como lidar com meus sentimentos e desejos”	82	36
Confusão / Ciúme “Não entendia porque tinha que ser diferente de minhas amigas”	24	10
Atração Física “Vontade de ter a pessoa, sexualmente falando”	46	20
Atração Afetiva “A descoberta de uma sensação única e intensa que só as mulheres me proporcionam”	39	17
Felicidade / Paz “Felicidade no sentido de saber que descobri que posso amar intensamente de uma forma diferente”	39	17
Total	230	100

Desta forma a descoberta do desejo, para essas mulheres, vem carregado de conflito entre a auto-aceitação e o medo de fugir à norma heteronormativa.

Predominantemente, 37% das citações se observa termos como Medo “Do que eu sentia e do que os outros e a minha família teria a falar sobre isso. Medo de não ser aceita, rejeitada de estar confusa com relação a esses sentimentos” e Insegurança “Por não saber como lidar com meus sentimentos e desejos”. Assim, para essas mulheres, a descoberta do desejo esta intimamente ligada ao medo e a insegurança.

A categoria Atração Física, citada 20%, deve ser entendida como “A descoberta da sexualidade”, associando, assim, ao desejo propriamente dito “Vontade de ter a pessoa, sexualmente falando”.

Em contrapartida, a categoria Felicidade, citada 17%, é caracterizada por “Felicidade no sentido de saber que descobri que posso amar intensamente de uma forma diferente”, e também é associada à descoberta do desejo para essas mulheres,

Já no que se refere à categoria Atração Afetiva, citada 15%, está atrelada a descoberta do verdadeiro amor, do carinho e do gostar. Assim, podemos identificar tal categoria como “A descoberta de uma sensação única e intensa que só as mulheres me proporcionam”, “descobri o amor verdadeiro, aquele que não é feito de aparências, atravessa barreiras e desvenda caminhos”.

Por fim, a categoria de Confusão e Ciúme, citada 11%, está atrelada a “Não saber como ser diferente dos demais, pois você não tem como se orientar tão nova” e “Não entendia porque tinha que ser diferente de minhas amigas”.

Podemos observar que por um lado tem-se euforia da descoberta de um desejo e da possibilidade da experimentação desse desejo, e por outro traz à tona uma série de sentimentos de inadequação social.

Assim, considerando a dificuldade enfrentada por estas mulheres na identificação do próprio desejo, três aspectos surgem como plano de fundo importante na decisão de partirem à prática do desejo: (a) O conflito Intra-Pessoal; (b) O conflito Inter-Pessoal; e (c) O papel da família.

2.3.3.1. O conflito Intra-Pessoal

Neste aspecto admitir como causa do desejo homoafetivo a própria natureza do indivíduo, facilita para essas mulheres a identificação do desejo “De forma bastante natural, percebi que haveria nascido com essa tendência”. “Difícil” se tornou um termo recorrente neste aspecto, “Achei errado, nojento, diferente do que parecia certo ou natural”,

“Perturbador devido a conceitos religiosos presente na minha formação escolar e pessoal”, situando esta dificuldade principalmente em relação a família e a sociedade “Difícil. Por que além de ter que aprender a lidar com desejos e sentimentos ‘diferentes’, tem a questão da família e sociedade que na maioria das vezes não aceita”. Assim para driblar essa dificuldade essas mulheres admitem utilizar de mecanismos para tentar driblar o desejo “Muito difícil, num primeiro momento buscando até não sentir, fugir desse sentimento e de tudo que ela me fazia sentir”.

Desta forma, “Desde os 8 anos eu já tinha consciência de meu desejo por mulheres, mas o neguei dos 11 aos 16, quando tentei tornar-me heterossexual, exatamente por me sentir anormal. Aos 16 passei a ler mais sobre o assunto, desmistifiquei estigmas e passei a me relacionar com mulheres a partir de então, sem nenhuma dificuldade pessoal, sentindo-me liberta de minhas próprias amarras, porém com problemas familiares imensos”.

A inserção social, em grupos supostamente mais “abertos”, parecem não denotar uma facilitação da identificação do desejo, assim, “Não foi tão tranquilo. Já estava inserida na Universidade e em grupos que representavam e discutiam acerca da temática, mas isso não me blindou de um sentimento de estar suja, de fazer algo errado, de transgressão, até mesmo de prostituição. Achava que apenas prostitutas pudessem se sujeitar a tal desejo. Era um sentimento de muito suja mesmo, tomava inúmeros banhos após a relação, escovava os dentes várias vezes após um beijo. E sempre tentava desviar o pensamento quando me deparava desejando uma mulher”.

Em outro aspecto, quando atribuída à sexualidade uma forma silenciosa de vivenciá-la, a identificação do desejo aparece de forma “Tranquila, sem nenhum tipo de crise de identidade ou medo da

sociedade rejeitar o fato. Apenas cautela de não me expor nem expor ninguém”.

2.3.3.2. O conflito Inter-Pessoal

Enquanto fatores que dificultam a descoberta do desejo homoafetivo, o preconceito social se demonstra peça-chave como empecilho da descoberta do desejo, assim, “sem duvida o preconceito é o que mais aflige qualquer pessoa que se descobre homossexual”.

Outro fator que se manifesta na fala das mulheres é a família, tanto no que se refere à educação propriamente dita, quanto no fato da não aceitação familiar (“a família e a criação que me foi dada por essa família”), demonstrando-se um dos principais fatores que dificultam a aceitação do desejo. Outros grupos são citados como a igreja e alguns amigos, além das pressões sociais.

Já no que se refere aos agentes facilitadores da descoberta do desejo homoafetivo, amigos “verdadeiros” (“os amigos que sempre estiveram presentes nos momentos de aflição, bem como, de totais alegrias e coisas boas”) demonstram um dos principais aspectos facilitadores, associado a uma alta auto-estima (“Minha auto-estima, meu amadurecimento e o acolhimento/respeito pelos meus sentimentos, das pessoas próximas”), independência financeira (“o que facilitou foi ser uma pessoa independente, ter muitos amigos homossexuais, que me deram o maior apoio”) e a disponibilidade de informações, pela academia e/ou pela internet (“pesquisas e estudos na área de sexualidade e gênero na faculdade e a minha aceitação desde o início” e “Meu desejo de saber e de vivenciar, informação disponível na internet”).

2.3.3.3. O papel da Família

No que se refere à postura da família no início da orientação sexual, podemos observar (Tabela 13) que mais de um terço (37,7%) se demonstra desconhecadora da orientação sexual. Somando ao número de mulheres em que a família “não falava no assunto”, podemos observar que mais de 62% dessas mulheres encontram na família uma postura de uma possível negação da sexualidade. Apenas 14,3% da família aceitam plenamente, enquanto 16,9% das mulheres encontram na família algum tipo de rejeição.

Tabela 13: Postura da Família

	N	%
Aceitação Plena	11	14,3
Não Sabiam	29	37,7
Não se Falava no Assunto	19	24,7
Rejeição Afetiva	10	13
Rejeição com Punições Concretas	3	3,9
Outra	5	6,5
Total	77	100

2.3.4 - Discriminação

Da mesma forma, procuramos investigar os fatores que se evidenciam na discriminação homofóbica, perguntando inicialmente em que idade essas mulheres passaram a experimentar a discriminação.

Tabela 14: Idade em que começou a sentir-se discriminada

Faixa de Idade	N	%
Nunca me senti	24	28,6
Infância	7	10,6
Adolescência	26	39,4
Sempre me senti	9	13,6
Total	66	100

É curioso observar que 28,6% dessas mulheres afirmam nunca ter se sentido discriminada, e quando sentida, a discriminação só aparecerá de forma mais definitiva na adolescência (39,4%).

Recordando os dados obtidos por Machado, Da Costa e Camino (2004), onde afirma-se que a discriminação parece ser vivida pelas mulheres homoafetivas como uma condenação derivada da forma que vive sua homossexualidade; podemos afirmar como uma característica desse grupo a percepção do preconceito apenas como fatos concretos de “violência”, pois “Nunca me senti discriminada porque sempre tive cuidado como meu comportamento dentro do mundo heterossexual”.

A interiorização das normas sociais se demonstra tão efetiva aqui, que a discriminação em relação à vivência do desejo homoafetivo se demonstra como parte da natureza, assim, não ser discriminada é viver secretamente seu desejo “Nunca me senti discriminada, porém nunca foi possível assumir uma relação perante a sociedade”.

Em contrapartida, quando questionado a essas mulheres em quais situações concretas experimentam a discriminação em relação à orientação homoafetiva, o fato de não poder viver publicamente seu afeto se demonstra, em vários discursos, como uma forma de discriminação “Quando saio com minha companheira e não posso se quer expor qualquer forma e carinho, pois sei que serei apontada ou até mesmo agredida por alguns”. Assim, os preconceitos “São sutis. Em olhares confusos quando estamos juntas em lugares públicos, quando perguntam o nome do meu companheiro e tenho que

explicar que não é ele e sim ela, ou simplesmente mudar o assunto pra não entrar em detalhes. Enfim, por ainda não ser vista como natural essa forma de relação”. Sentem-se discriminadas “Sempre que sou impedida de demonstrar meu afeto. Sempre que usam este fato para me desqualificar”. Por fim, “Em qualquer lugar onde eu não me sinta bem de expressar minha sexualidade ou dizer sobre ela quando as demais pessoas heterossexuais o podem”.

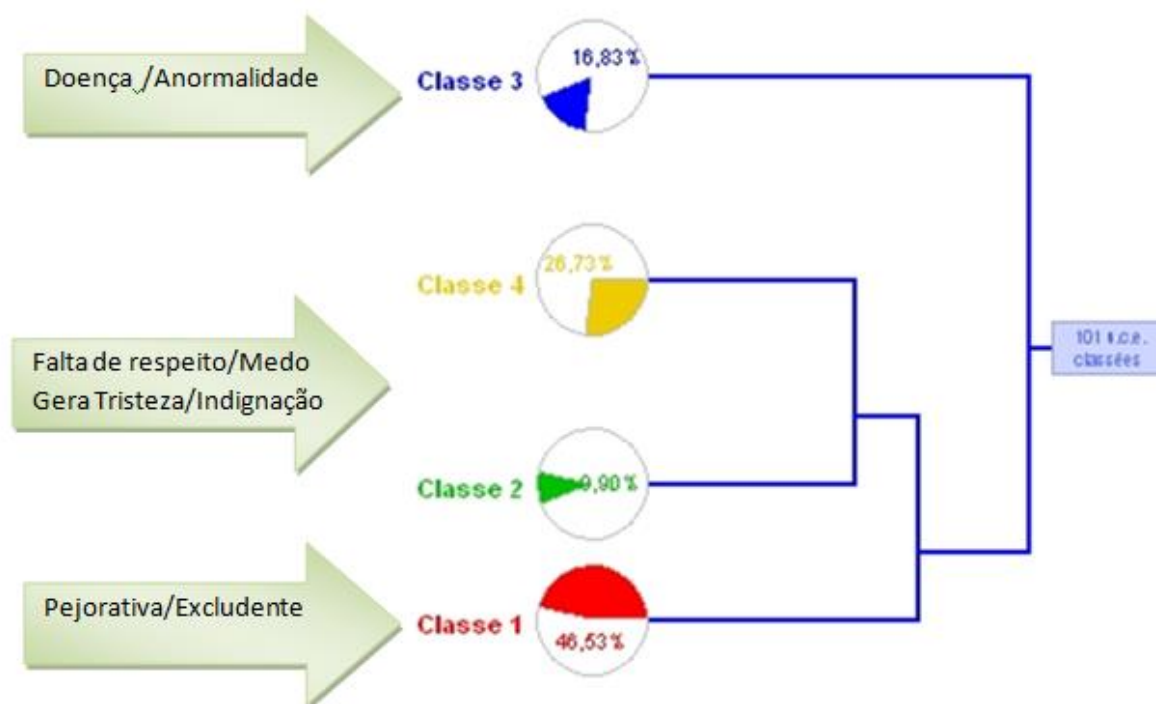
O que de fato se demonstra contraditório parece trazer em si uma característica da vivência homoafetiva feminina “não me lembro de ter me sentido discriminada, mas há situação de discriminação mesmo quando não se vê: Ex: quando saio com minha namorada e temos que nos portar como ‘amigas’ com receio da sociedade”.

A falta de leis que protejam as relações homoafetivas é relatada, também, como uma forma de discriminação concreta “Apenas quanto às leis do país que com algum trabalho democrático estou conseguindo ultrapassar. Acredito que temos que correr atrás o que precisamos”, “Saber que as leis do país não protegem minha companheira, nem permite colocá-la no imposto de renda e assistência médica”.

2.3.5 – Percepção acerca da sociedade

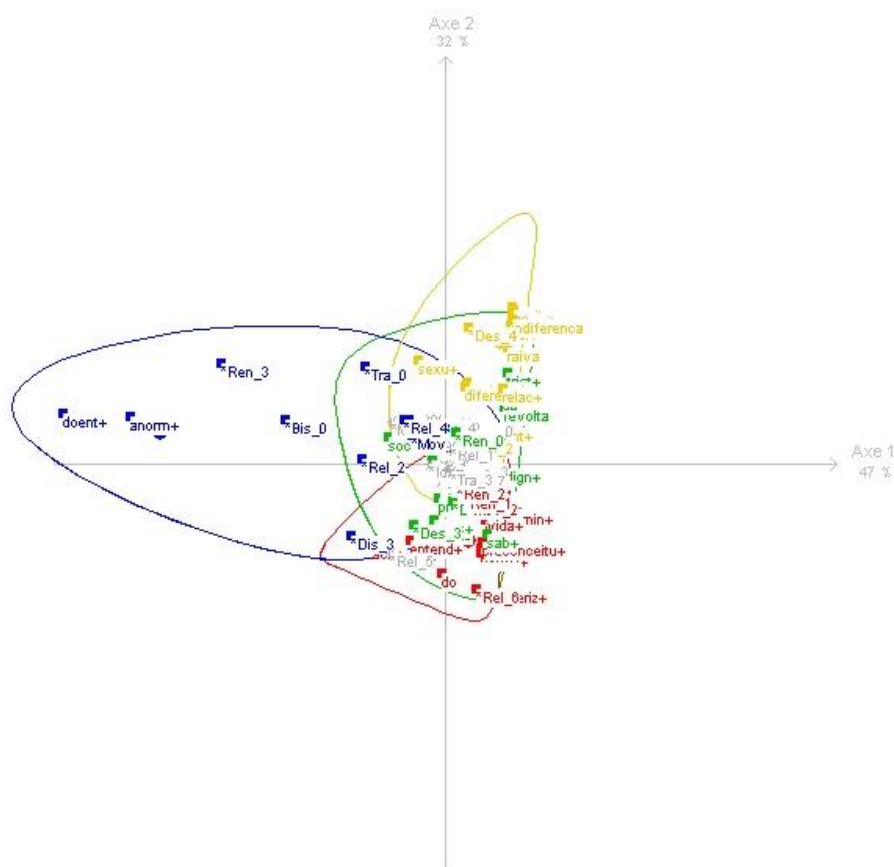
Em uma análise mais macro da percepção que essas têm sobre a sociedade, utilizando o software ALCESTE, podemos observar a organização do discurso da seguinte forma:

Figura 3: Agrupamento de Classes das palavras que compõem as unidades dos discursos



O programa agrupou o conteúdo dos discursos em quatro classes. Estas classes são compostas por palavras, que apesar de poderem ter significados semelhantes entre elas, adquirem diferentes sentidos de acordo com o núcleo contextual em que são agrupadas (Figura 3). Dado que as classes quatro e dois estão unidas, configuramos os dados em três aspectos, os quais denominamos: (a) caracteriza como doença e anormalidade; (b) considera como falta de respeito, impondo medo, além de ser fonte de sentimentos de tristeza e indignação; e (c) trata de forma pejorativa e excludente. De um modo geral esses aspectos compõem categorias de posicionamentos em relação aos temas tratados, considerando a proximidade ou afastamento mostrando o modo como se articulam os diversos aspectos da questão abordada no discurso. A análise de correspondência apresentada na Figura 4 mostra as semelhanças e diferenças entre essas classes.

Figura 4: Análise de correspondência das classes de discurso



O primeiro dos três aspectos, compreendida pela classe 3 e explicando 16,83%, compõe-se do discurso em que se percebe a sociedade situando a homoafetividade como doença ou anormalidade.

Tabela 15: Demonstrativo da Classe 3. Representa 16,83% da variabilidade total do *Corpus*.

Doença e Anormalidade				
Palavra Significativa	Frequência Classe	Frequência <i>Corpus</i>	Percentual Classe %	Qui- Quadrado
Doente	12	12	100	67
Anormal	11	13	84,62	49
Um	3	4	75	21

Abaixo apresentamos quadro com trechos de repertórios, extraídos do material coletado:

Quadro 5– Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 3, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus SOCIEDADE*

“...A sociedade caracteriza as mulheres homossexuais como doentes, traumatizadas por relacionamentos heterossexuais, sem vergonha, “Infelizmente como pessoas com desvio sexual, ou ‘doentes’.”

“...Em geral não é um relacionamento bem visto, os estigmas que a homossexualidade carrega em geral são no âmbito do pecado, da inversão de papeis, lésbicas masculinizadas, gays afeminados, promíscuos, imorais, antinaturais e doentes.”

Os conteúdos dessa classe evidenciam a perspectiva da sociedade como extremamente causadora de sofrimento psíquico, uma vez que esta configura a homoafetividade a marginalidade social, colocando-a como uma “anormalidade”, seja dada por perversão ou por doença.

O segundo aspecto, compreendido pelas classes 4 e 2 e explicando 36,63%, remete à situação coercitiva e os sentimentos de tristeza e indignação provocada socialmente ao sujeito homoafetivo. Os discursos que utilizam palavras contidas nesta classe remetem à insegurança e insatisfação social na vivência da sexualidade.

Tabela 16: Demonstrativo da Classe 4. Representa 28,23% da variabilidade total do *Corpus*. Falta de Respeito e Medo

Palavra Significativa	Frequência Classe	Frequência <i>Corpus</i>	Percentual Classe %	Qui-Quadrado
Pela	9	11	81,62	19
Aceitação	7	8	87,5	16
Sociedade	14	24	58,33	16
Opção	5	5	100	14
Respeito	6	7	85,71	13
Medo	4	4	100	11
Compreensão	4	4	100	11
Recrimina	3	3	100	8
Ao	4	5	80	8
Existir	3	3	100	8
Nossa	4	5	80	8
Temos	3	3	100	8
Diferente	7	12	58,33	7
Relação	5	8	62,5	6
Somos	5	8	62,5	6
Falta	3	4	75	5
Raiva	3	4	75	5
Indiferença	3	4	75	5
Nenhum	3	4	75	5

Abaixo apresentamos quadro com trechos de repertórios extraídos do material coletado:

Quadro 6– Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 4, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus* FALTA DE RESPEITO E MEDO

“...Falta de compreensão e respeito por parte da sociedade.”

“...Medo por tentar me excluir pela opção.”

“...Raiva, a sociedade tem que respeitar as escolhas dos indivíduos. Compaixão, tenho pena das pessoas que ainda vivem discriminando os outros.”

Já no que se refere à Classe 2

Tabela 17: Demonstrativo da Classe 2. Representa 9,90% da variabilidade total do *Corpus*. Gera

Tristeza e Indignação

Palavra Significativa	Frequência Classe	Frequência <i>Corpus</i>	Percentual Classe %	Qui- Quadrado
Em um	4	5	80	29
Preconceito	5	8	62,5	27
Saber	4	8	50	16
Tristeza	4	8	50	16
Indignação	4	9	44,44	13
Tão	3	6	50	12
Revolta	2	3	66,67	11
Mundo	2	3	66,67	11
Onde	2	3	66,67	11
Seus	2	4	50	8
Da	4	14	28,57	6
As	4	15	26,67	6
Ser	3	9	33,33	6
Mais	2	5	40	5
O	4	16	25	5
Pessoas	2	25	20	4

Abaixo apresentamos quadro com trechos de repertórios extraídos do material coletado:

Quadro 7– Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 1, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus* GERA TRISTEZA E INDIGNAÇÃO

“...Indignação por não respeitarem cada um a forma como ele é. Incompreensão por não aceitarem a sexualidade do outro e não tentarem entender os motivos de cada um. Raiva porque não é mais tempo das pessoas pensarem assim.”

“...Tristeza porque não entendem os nossos sentimentos. Pena porque são pessoas atrasadas.”

“...Fico indignada, quando a sociedade age de forma preconceituosa, só pelo fato de vivermos uma relação homossexual, só pelo fato de amarmos uma pessoa do mesmo sexo que o nosso.

“...Tristeza por tanta discriminação. Raiva por não poder assumir publicamente no momento. Impotência por não poder se juntar a grupos que lutam pela não discriminação e ter que silenciar parcialmente diante da exclusão, ou seja falar da causa com discrição”

Aqui, os conteúdos dessa classe evidenciam a forma negativa como essas mulheres vivem a sua sexualidade, caracterizada por medo de se expor, tristeza pelo enfrentamento da discriminação e indignação frente à forma pejorativa como a sociedade caracteriza e enfrenta a homoafetividade.

Por fim, o terceiro aspecto, compreendido pela classe 1 e explicando 46,53%, remete a forma pejorativa e excludente de viver sua sexualidade perante a sociedade, sentido por essas mulheres. Os discursos que utilizam palavras contidas nesta classe remetem à frustração e necessidade de reivindicação junto à sociedade de um lugar mais justo.

Tabela 18: Demonstrativo da Classe 1. Representa 46,53% da variabilidade total do *Corpus*.

Trata de forma Pejorativa e Excludente				
Palavra Significativa	Frequência Classe	Frequência <i>Corpus</i>	Percentual Classe %	Qui- Quadrado
Do	11	12	91,67	11
Que	28	45	62,22	8
Vez	6	6	100	7
Viver	6	6	100	7
Uma	11	14	78,57	7
Forma	10	12	83,33	7
Sapatão	5	5	100	6
Pejorativa	5	5	100	6
Homossexualidade	5	5	100	6
Normal	7	8	87,5	6
Tem	7	8	87,5	6
Maioria	4	4	100	5
Direito	4	4	100	5
Sinto	4	4	100	5
Doença	4	4	100	5
Preconceituosa	6	7	85,71	5

Abaixo apresentamos quadro com trechos de repertórios, extraídos do material coletado:

Quadro 8- Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 1, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus* Trata de forma Pejorativa e Excludente

“...Caracteriza como algo diferente do convencional, com julgamentos e atitudes pejorativas e discriminações, limitando ambientes, espaços, oportunidades e discursos, ainda que de maneira sutil ou velada.”

“...Discriminam de maneira preconceituosa usando como sapatão, mulher macho, etc... Pejorativamente, de sapatão, ou seja, aquela mulher que gostaria de ser homem e age como tal; também como não cristã e, às vezes ou que não possui moral.”

“...Como pessoas fora da normalidade, ou simplesmente, frustradas.”

Os conteúdos dessa classe evidenciam, por um lado, a forma agressiva como essas mulheres percebem a discriminação advinda da sociedade, onde as caracterizam com expressões de cunho altamente pejorativo, e, por outro lado, manifestam a necessidade de buscar a igualdade, mesclando sentimentos de pena da sociedade por ser “tão atrasada”, de raiva e reivindicação, demonstrada na urgência da conscientização da sociedade.

Ainda procurando esmiuçar como a sociedade é percebida por essas mulheres, utilizando a técnica de categorização, podemos observar que a sociedade caracteriza as mulheres que possuem uma prática homoafetiva como “Infelizmente como pessoas com desvio sexual, ou ‘doentes’, assim, compreendidas como algo diferente do convencional”.

Em relação aos sentimentos que surgem ao se pensar em uma sociedade discriminadora, surgem: Decepção (“Por querer fazer ‘coisas’ normais do cotidiano que os heteros fazem, tais como: fazer comprar, ir ao cinema, etc...”), Hostilidade (A sociedade despreza. Ódio, chegam até a matar”, Apoio Moral (“Estou mais trabalhada para administrar minhas emoções hoje. Não entro tanto na loucura social”), Indiferença (“Pois a vida é minha, faço o que quiser dela”) e Reivindicação (Mudar as regras”).

Ao categorizarmos os sentimentos citados por essas mulheres ao pensar na sociedade, encontramos a seguinte configuração:

Tabela 19: Sentimentos frente à sociedade

	N	%
Hostilidade	80	47,9
Decepção	37	22,2
Apoio Moral	18	10,8
Reivindicação	18	10,8
Duvida / Indiferença	14	8,3
Total	167	100

Podemos observar, à exceção de 10,8% das citações, que encontram alguma estratégia de facilitação, todos os sentimentos sentidos frente à sociedade possuem algum tipo de hostilidade ou de mal estar.

Em se tratando da categoria Hostilidade, citado 47,9%, verificamos a existência de sentimentos ligados a raiva, desprezo e discriminação. A raiva é sentida como uma “falta de compreensão, por não tentarem conhecer o lado real da nossa personalidade”, já o desprezo pode ser percebido em “as pessoas que não respeitam o ser humano como ele é” e a discriminação identificada como “a sociedade vem a cada dia nos discriminando por nossos desejos homoafetivo”. Dessa forma a sociedade é caracterizada por essas mulheres como possuidora de comportamentos discriminatórios agressivos.

A Decepção, citada 22,2%, é caracterizada em discursos como “Decepção sentimentos de inferioridade” e “Tristeza, pois somos seres humanos acima de tudo, e é triste saber que a opção pode determinar você na sociedade”. Assim, sociedade representa para essas mulheres sentimentos de inadequação social.

A categoria Apoio Moral, citado 10,8% das vezes, precisa ser notado aqui como uma estratégia de luta frente à discriminação gerada pela sociedade. Assim, esta categoria é composta por resposta que configuram sentimentos de auto-aceitação e auto-afirmação. Ambas precisam ser consideradas como mecanismos intraindividuais de

enfretamento da discriminação, uma vez que a auto-aceitação se configura como “Hoje mais madura, e decidida, vivo mais tranqüila, harmoniosa e paciente” e a auto-afirmação como “Auto-afirmação”.

Em sentido oposto à categoria de Dúvida / Indiferença, citado 8,3% dos casos, demonstra a incerteza em lidar com os sentimentos frente à sociedade que caracteriza negativamente o homoerotismo. Assim, é necessário considerar que “a felicidade é o que importa, e não se pode deixar isso de lado por causa da sociedade”, como forma de não enfrentar sentimentos desconfortáveis “Não deixo muito evidente minha relação ou orientação sexual”.

Por fim, a categoria Reivindicação, citado 10,8%, é representada pelo sentimento de tentar “mudar as regras”, propiciando o “empoderamento das lésbicas”. Aqui, o sentimento de inadequação frente à sociedade se demonstra um fator importante para a mobilização na luta contra a discriminação a minorias sexuais.

2.3.6 – Movimento de minorias sexuais

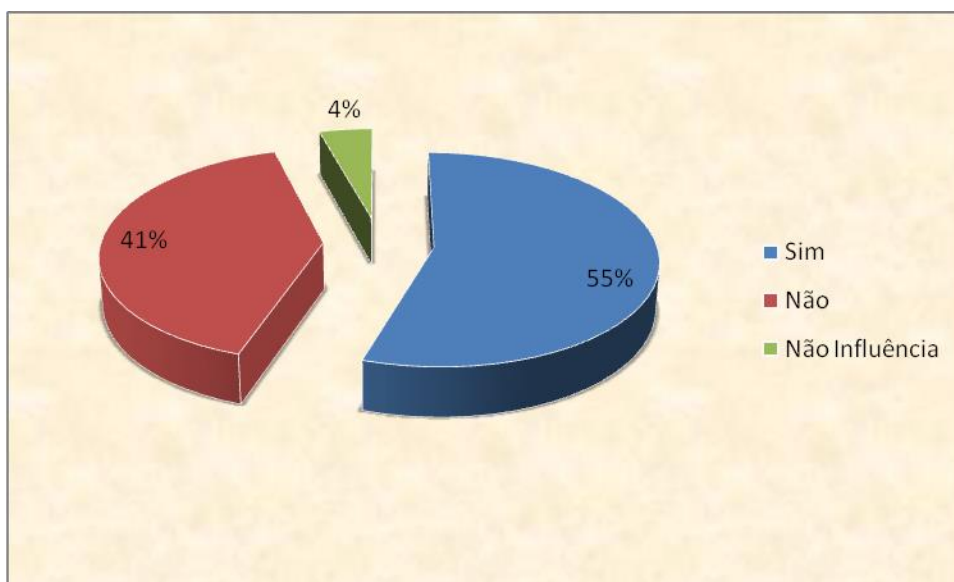
2.3.6.1. Atuação na luta pela diversidade sexual.

O movimento de minorias sexuais parece não atrair as mulheres que praticam o desejo homoafetivo, de fato quando existe a participação nestes, esta se concebe de forma esporádica, como participar de paradas “Eu não tenho muita oportunidade, mas quando tenho participo da parada gay. É o máximo”. De fato, apenas quatro afirmam ter participação direta em grupos articulados de luta contra a discriminação homofóbica.

2.3.6.2. Atuação dos diversos segmentos na luta pela diversidade sexual.

2.3.6.2.1. Do movimento LGBT

Quadro 9: Atuação dos Movimentos de Minorias Sexuais



Existe uma certa polarização. Assim, 55% consideram que os movimentos são benéficos à luta pela diversidade na medida em que “O movimento tem lutado junto as autoridades para que os homoafetivos tenham seus direitos respeitados” e “Eles procuram divulgar que não somos mais ou menos promíscuos do que os heterossexuais, e que somos pessoas normais, que homossexualismo é normal”.

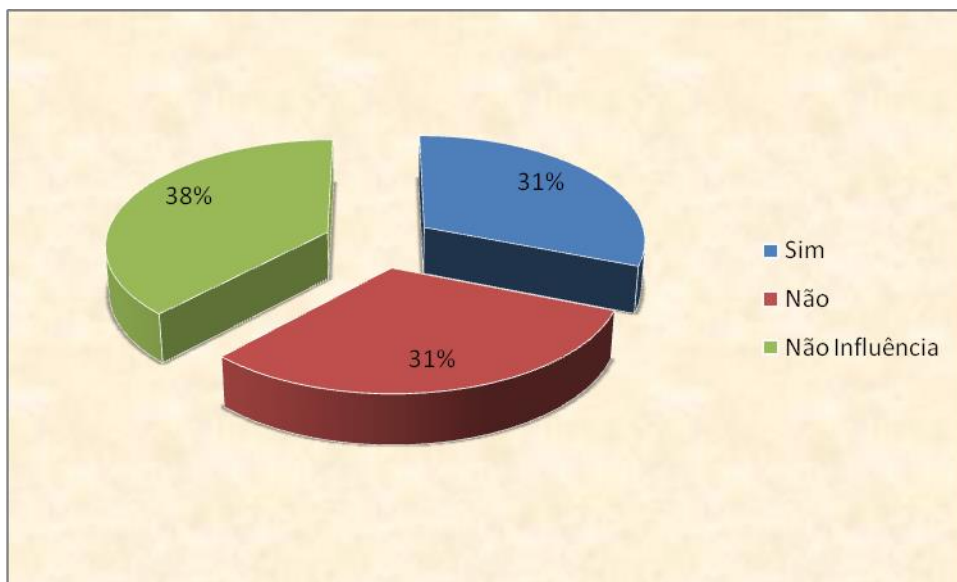
No entanto, para 41% das mulheres, o movimento não colabora na luta contra a discriminação. Assim, afirmam que “Talvez porque não haja uma integração concreta desses movimentos com a sociedade sendo tão discriminados quanto a causa em si” e “O que se vê são essas paradas gays com homossexuais tentando chocar a sociedade e não conquistar respeito. Não há um discurso concreto e organizado”.

De fato, a discussão corrente sobre a visibilidade das relações homoafetivas já se demonstra um divisor de águas no que tange à facilitação ou dificuldade na luta contra a discriminação homofóbica.

Apenas 4% das mulheres afirmam que os movimentos não têm influência na luta contra à discriminação homofóbica.

2.3.6.2.2. Dos Travestis e Drag Queens

Quadro 10: Atuação do Grupo de Travestis e Drag Queens



Mais uma vez percebemos a polarização existente no que concerne a estratégias de luta contra à discriminação empregadas pelas Travestis e Drag Queens.

Enquanto considerados um grupo de luta efetiva no movimento, para 31% das mulheres são considerados benéficos à luta pela diversidade “Porque apesar de suas atitudes agressivas diante do nosso conceito conservador; esses grupos têm grande facilidade de transformar preconceitos em direito. Eles lutam sem medo de discriminação e discriminações!”.

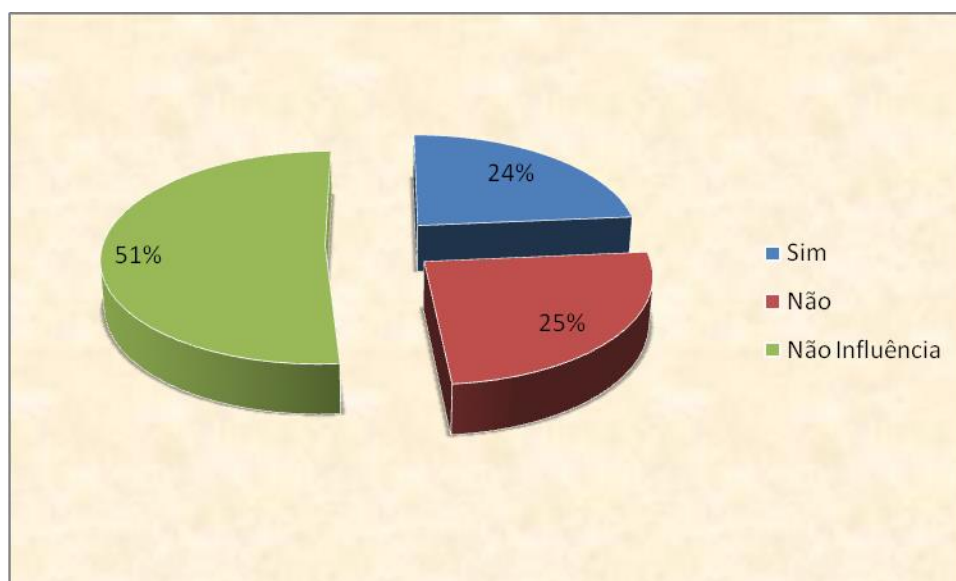
No entanto, este mesmo aspecto coloca, para 31% das mulheres, como não facilitador na luta pela diversidade, uma vez que “a maneira que eles agem (se vestem) chocam ainda mais a sociedade”, “Acredito que

esse grupo descaracteriza o amor que existe entre gays, lésbicas. E classifica como algo profano e puramente sexual” e “a postura deles desagradam e agridem psicologicamente e socialmente as pessoas, de forma desnecessária”.

Já ao considerar que o movimento em si não possui apoio efetivo, este grupo é considerado, para 38% das mulheres, como neutro em relação a benefícios ou malefícios a luta pela diversidade sexual “Como os demais subgrupos da diversidade sexual ainda precisa de mais estrutura para facilitar alguma coisa”.

2.3.6.2.3. Dos Bissexuais

Quadro 11: Atuação do Grupo de Bissexuais



Da mesma forma que o grupo de Travestis/Drag Queens, ao considerar que o movimento em si não possui apoio efetivo, para 51% das mulheres, o grupo de bissexuais é considerado como neutro em relação à luta pela diversidade sexual “Não há espaço facilitador pra ninguém”.

Outra justificativa, que se diferenciara do grupo de Travestis/Drag Queens, é caracterizada pela invisibilidade desta forma de viver a sexualidade, assim pode ser considerada também como agente neutro na luta pela diversidade “Porque geralmente a bissexual tem sua sexualidade oculta”.

De fato, essas mulheres demonstram ter uma visão mais definida do grupo de bissexuais como agentes que não facilitam ou que não facilitam a luta pela diversidade sexual “Para mim ‘bi’ não existe, é só um homossexual aflito se sentindo coagido querendo provar pra si mesmo que não é completamente gay”.

Aqui a visibilidade da relação homoafetiva, também, demonstra-se fator importante para assumir uma posição favorável ou desfavorável do grupo frente à luta contra a discriminação homofóbica.

Assim, enquanto para 24% das mulheres, o grupo de bissexuais é considerado como agente facilitador na luta contra a discriminação, pois “Rompe com a heterossexualidade obrigatória”.

Para outras 25% das mulheres, o grupo de bissexuais é considerado como agente maléfico na luta contra a discriminação, pois “Os bissexuais são vistos como promíscuos para os heteros, eles representam ‘safadeza’ ‘vulgaridade’, eles provocam insegurança em ambas opções sexuais”; “Os bi são pessoas que vivem com medo, jamais elas vão lutar, pelos seus ideais, vão sempre se esconder através de algo” e “Eles não estão realmente interessados por lutar por tais direitos, pois podem ter os mesmo sem precisar lutar”

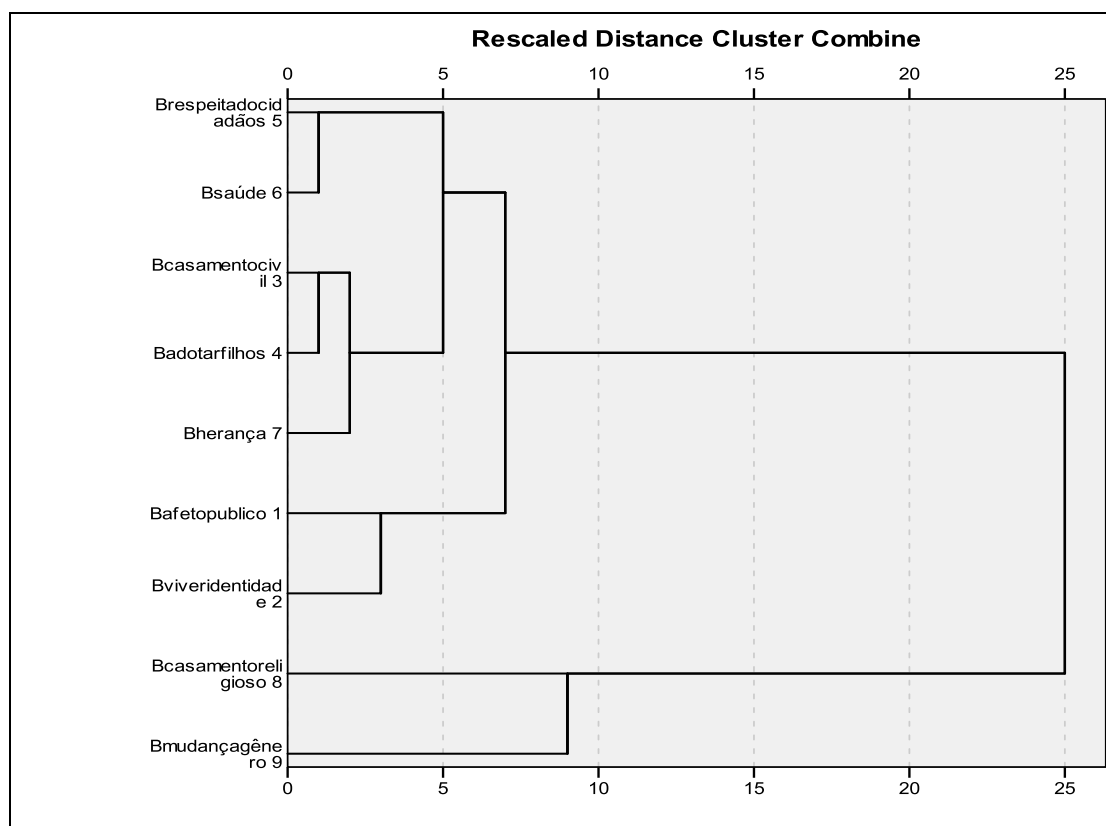
2.3.6.3. Priorização das bandeiras de luta.

Às entrevistadas foram solicitadas atribuir, em uma escala que variava de 1(Discordo Totalmente) a 5(Concordo Totalmente), o grau de concordância

com reivindicações da categoria LGBT. Através de uma análise de agrupamento (*Cluster Analysis*), foi possível observar a configuração dos direitos elencados pelas mulheres entrevistadas (Figura 4).

Um primeiro agrupamento é constituído pelos direitos de adotar filhos, direito ao casamento civil, ser respeitado por todos os cidadãos, direito à herança do companheiro e assistência nos problemas de saúde, os quais se demonstram mais importantes. Um segundo agrupamento reúne os direitos de viver publicamente sua identidade e a manifestar em público o seu afeto. E por fim, direito ao casamento religioso e à mudança de gênero no registro civil (independente de mudança cirúrgica de sexo).

Quadro 12: Análise de Cluster das Bandeiras de Lutas



A partir do cálculo das médias de respostas para cada direito apresentado (Tabela 20), observou-se que os direitos de ser respeitado por todos os

cidadãos e assistência nos problemas de saúde aparecem no topo da importância das bandeiras de lutas que o movimento de minorias sexuais deveria encampar.

Machado, Da Costa e Camino (2004), pesquisando o mesmo público haviam encontrado como priorização da bandeira de luta os direitos a viver publicamente sua identidade e a manifestar em público seu afeto; no entanto, nesse trabalho, observou-se que essas bandeiras não constam no topo da lista. Assim, a priorização dos direitos a viver a homoafetividade em público foi substituída pela priorização da luta por direitos civis mais concretos.

Já o direito ao casamento religioso e o direito à mudança de gênero no registro civil (independente de mudança cirúrgica de sexo) aparecem por último na ordem de importância

Tabela 20: Priorização da Bandeira de Luta

	Médias	<i>Alphas</i> de Cronbach
Direito a ser respeitado por todos os cidadãos	4.88 ^a	.73
Direito a assistência nos problemas de saúde	4.80 ^a	
Direito a adotar filhos (as)	4.62 ^b	
Direito a herança do companheiro (a)	4.58 ^b	
Direito ao casamento civil	4.49 ^b	
Direito a viver publicamente sua identidade	4.54 ^b	.84
Direito a manifestar em público seu afeto	4.29 ^c	
Direito ao casamento religioso	3.12 ^d	.77
Direito à mudança de gênero no registro civil (independente de mudança cirúrgica de sexo)	2.73 ^d	

Outras lutas relatadas por essas mulheres são: apoio psicológico, conscientização junto a famílias, direitos em comuns em relação à guarda dos filhos, imposto de renda em comum e criminalização da homofobia.

2.3.7 – Formas de encontros

No que se refere às formas de encontro, três são os segmentos que reúnem estas mulheres: a Internet, rede de amigos e ambientes destinados ao público gay.

Assim, na Internet as mulheres homoeróticas encontram um lugar seguro para expressar e conversar sobre sua sexualidade, sem medo das discriminações sociais. Essa ferramenta possibilita “Conversas e trocas de experiências mais via internet, fora isso não. Não tenho amigas do meio. De modo “real”, só tenho a minha namorada mesmo”.

As redes de amigos é outra estratégia de encontros utilizada por essas mulheres, “Através de amigos, conhecidos, freqüentando lugares que pessoas com essa orientação sexual costumam ir”.

Por fim, os momentos de encontros são propiciados em espaços e comércios destinados ao público de gay’s e lésbicas, especificamente “Em bares, boates gays, em apartamentos e casas de amigos gays, e na universidade, que também é um espaço, relativamente democrático”.

2º Estudo Empírico:
A vivência Heterafetiva

Para entender melhor o desenvolvimento da identidade das mulheres homoeróticas devemos entender os avatares que sofre esse desejo diferente frente aos diversos níveis e setores da sociedade: as normas sociais, gerais e os agentes que veiculam essas normas (família, escola, religião e meios de comunicação). Uma maneira de entender melhor esse desenvolvimento é comparar as transformação e destinos que segue esse desejo “diferente” com o desejo sexual das mulheres heteroafetivas, que de todas as maneiras também têm que enfrentar normas sociais tradicionais.

Objetivos

Objetivo Geral

Tendo em conta a vivência do desejo em um contexto heteronormativo, este estudo teve como objetivo mais amplo não só identificar como se processa o reconhecimento do desejo na mulher que assume uma prática heteroafetiva como: situar como se apresenta a heteronormatividade para essas mulheres; os aspectos ligados à descoberta do desejo; e ainda descrever como as mesmas percebem a prática sexual que foge a heteronormatividade.

Objetivos Específicos

1. Averiguar e descrever os aspectos envolvidos na descoberta do desejo.
2. Descrever como estas mulheres configuram a homoafetividade.
3. Identificar a percepção que estas mulheres têm acerca de como a sociedade categoriza os sujeitos de prática homoafetiva.
4. Descrever como essas mulheres percebem a prática dos movimentos de minorias sexuais e de mulheres frente a luta contra a discriminação.

Considerando o campo dos estudos sobre o tema, este trabalho utiliza como técnica de análise de dados um conjunto de possibilidades metodológicas, abrangendo o método qualitativo, especificamente a análise de conteúdo e o programa ALCESTE, e o método quantitativo, utilizando-se o pacote estatístico SPSS 16.0.

Amostra

A amostra é composta por 176 mulheres, estudantes de cursos da área de humanas que já haviam iniciado a prática sexual. Critério este que se julgou impreterível, pois, seria no iniciar da vida sexual onde estas seriam mais sensibilizadas pelas dificuldades que acometem o sexo feminino.

Roteiro de Entrevista

Para esta pesquisa utilizamos um roteiro de entrevista (vide Anexos) estruturada abrangendo os seguintes conjuntos de variáveis:

1 - Dados Sócio-demográficos:

A entrevista continha questões relativas aos aspectos idade, ocupação, renda, escolaridade, profissão, religião, identificação com a prática sexual e se possui relacionamento estável.

2 - Reconhecimento do desejo

Com o objetivo de entender quais são os diversos aspectos envolvidos na descoberta do desejo, nesta entrevista são coletados dados acerca dos seguintes aspectos:

2.1. Aspectos Intra-Pessoais.

Neste aspecto procurou-se investigar quais os sentimentos, e as explicações acerca deste, que se manifestam na descoberta do desejo. Solicitando também às mulheres que relatassem como foi para elas lidar pela primeira vez com o desejo.

2.2. Aspectos que dificultaram e facilitaram a descoberta.

Nesta parte da entrevista é solicitado as mulheres que descrevam os aspectos que facilitam e dificultam a descoberta do desejo homoafetivo.

3 - Posição frente a heteronormatividade

Com o objetivo de descrever como o contexto heteronormativo esta imposto na maneira como essas mulheres vivem sua sexualidade, aqui foi solicitado às mulheres que relatem se estas percebem diferenças entre homens e mulheres no que se refere a prática sexual, se estas vivem livremente sua sexualidade e quais seriam as condições devem existir para que as mulheres vivam livremente sua sexualidade.

4 - Práticas que fogem a heteronormatividade

Neste aspecto procuramos investigar qual a percepção que estas mulheres têm acerca do que a sociedade caracteriza os relacionamentos homoafetivos e procura-se investigar, também, quais seriam para elas a causa do homoerotismo.

5 - Posicionamento frente aos movimentos de minorias

Aqui, procurou-se investigar como se caracteriza a percepção destas mulheres sobre a atuação de diversos segmentos na luta pela diversidade sexual. Solicitando, assim, a estas que descrevessem como o movimento GLBTTS, Travestis/Drag Queen e Bissexuais facilitavam ou dificultavam a luta pela diversidade.

Procedimentos

Os questionários foram aplicados em salas de aula do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, onde para isso, se executou passos para que se estabelecesse um *setting* adequado, fazendo o controle de variáveis indesejadas na pesquisa assim como da ética do procedimento: (a) apresentação dos aplicadores e exposição dos objetivos da pesquisa a turma e ao professor presente em sala; (b) reiteração sobre o anonimato dos participantes e a confidencialidade de suas respostas; (c) informação sobre a livre deliberação de cada um em responder; e, por fim, (d) instruções específicas sobre a forma de responder aos questionários.

Resultados e Discussão II

2.2.3.1 - Dados Sócio-demográficos:

A amostra é composta por 176 mulheres que assumem a prática do desejo homoerótico, com idades variando de 17 a 55 anos.

Tabela 21: Idade das entrevistadas

Faixa de Idade	N	%
17 a 21	88	50
22 a 30	66	37,5
31 a 40	16	9,1
41 a 55	6	3,4
Total	176	100

No que se refere a orientação sexual, do total de mulheres, 160 (cento e sessenta) se declaram heterossexual, 8 (oito) se declaram bissexuais e outras 8 (oito) se declaram homoafetivas.

No que se refere à religião das entrevistadas, aproximadamente um oitavo da amostra (22) define-se como sem religião, enquanto cerca de um quarto (43) da amostra se define como católica não praticante, um terço como católica praticante (57), 9 (nove) como espíritas, 34 (trinta e quatro) como evangélicas, 2 (duas) como afro-brasileiras e 9 (nove) como outras.

Tabela 22: Religião das entrevistadas

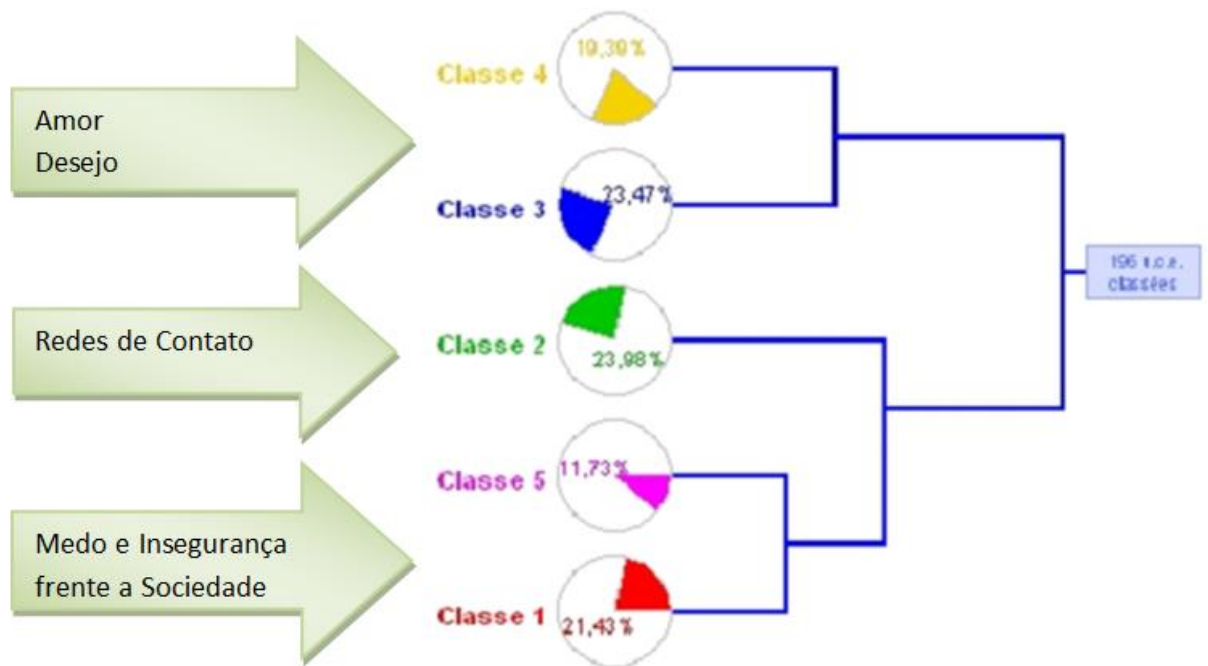
Religião	N	%	IBGE 2000 (%)
Sem Religião	22	12,5	5,7
Católica Não Praticante	43	24,4	73,3
Católica Praticante	57	32,4	
Espírita	9	5,1	1,6
Evangélica	34	19,3	17
Afro-Brasileira (Umbanda e Candomblé)	2	1,1	0,3
Outra (Seicho-noe, Agnóstica e Budista)	9	5,1	2,1
Total	176	100	100

Ao compararmos os dados já citados do IBGE (5,7%), os obtidos no primeiro estudo (29,5%) e o que encontramos no segundo estudo (12,5%), observamos uma certa tendência em questionar as religiões tradicionais quando se trata de assumir não ter religião.

2.2.3.2 – Reconhecimento do Desejo

Ao tentarmos elucidar como o processo de reconhecimento do desejo ocorre para essas mulheres, foi possível identificar, utilizando como ferramenta de análise o *software* ALCESTE, cinco classes que temos resumido em três aspectos: Amor e Desejo, Redes de Contato e Medo e Insegurança frente a Sociedade.

Figura 5 – O discurso e a descoberta do desejo

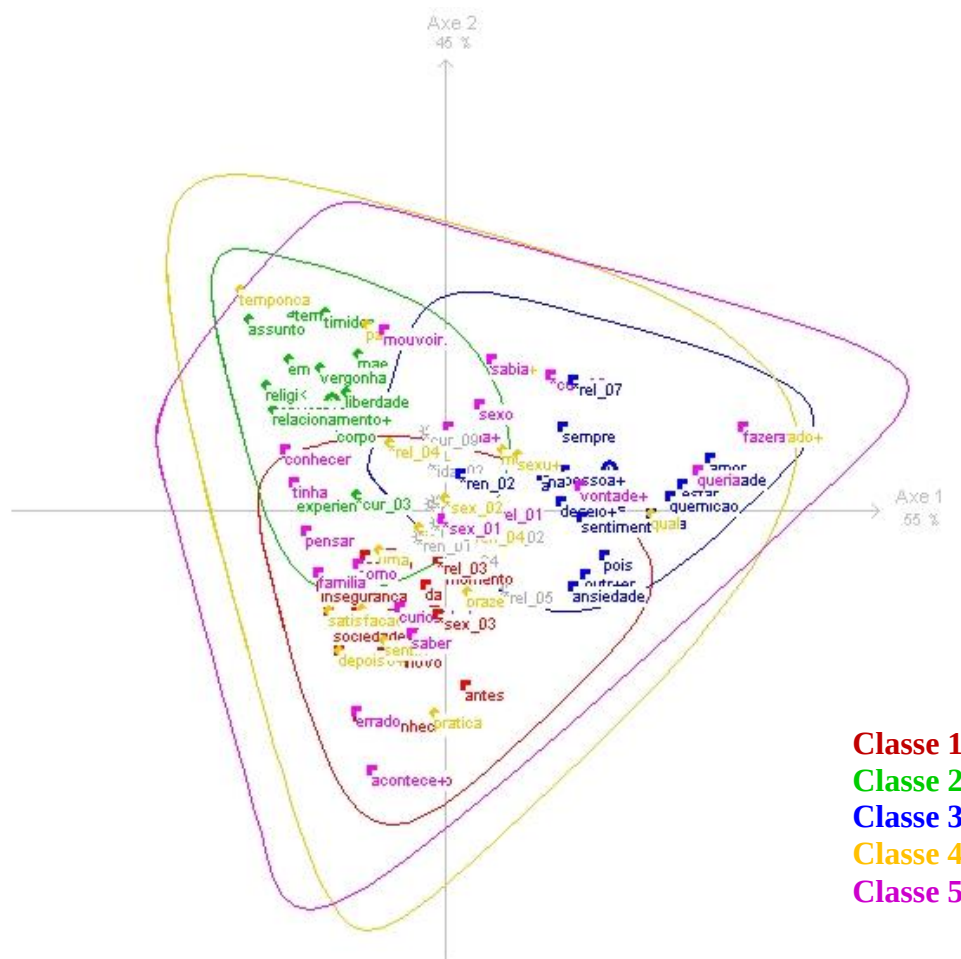


Podemos observar que a descoberta do desejo, para essas mulheres, é vivida como um misto desses três aspectos. Por um lado o sentimento de Amor e Desejo que

impulsiona a vivência do desejo, por outro as redes de contato, principalmente amigos, que funcionam como um facilitador e por fim o sentimento de medo que surge junto ao desejo em função da repressão imposta pela família e sociedade.

A análise de correspondência apresentada na Figura 6 mostra as semelhanças e diferenças entre esses aspectos:

Figura 6: Análise de correspondência das classes de discurso



Observando a Figura 6, é possível perceber que ambas as Classe 4 (*Presença do Parceiro*) e Classe 5 (*Medo da Discriminação*), contornam todos os quadrantes de maneira quase uniforme, demonstrando que as demais classes se relacionam ao seu conteúdo. A Classe 2 (*Conversas e Informação*) aparece plotada no segundo quadrante, no entanto, a

Classe 1 (*Dúvida e Inadequação*) surge entre os quadrantes III e IV que por sua vez compartilha com a Classe 3 (*Sentimentos de Afeto*) o espaço do Eixo 1 que compõe mais fortemente a disposição dos elementos léxicos.

Tabela 23: Demonstrativo da Classe 4. Representa 19,39% da variabilidade total do *Corpus*.

Amor e Desejo				
Palavra Significativa	Frequência Classe	Frequência <i>Corpus</i>	Percentual Classe %	Qui-Quadrado
Confiança	10	11	90,91	38
Parceiro	12	18	66,67	28
Namorado	7	8	87,5	25
Primeiro	5	5	100	22
Gostava	5	6	83,33	16
Poder	3	3	100	13
Você	4	5	80	12
Depois	7	13	53,85	11
Sentir	9	19	47,37	11
Meu	11	26	42,31	10
Prazer	11	26	42,31	10
Satisfação	4	7	57,14	7
Sexualmente	2	3	66,67	5
Nervosismo	3	6	50	4
Afeto	3	6	50	4
Desejo	14	51	28,95	3
Carinho	3	7	42,86	3

Abaixo apresentamos quadro com trechos de repertórios, dessa classe, extraídos do material coletado:

Quadro 13– Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 4, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus* AMOR E DESEJO

“Fiz sexo com a pessoa que eu namorava e gostava, me senti segura para iniciar a vida sexual”

“Me senti amada, completa. Desejo é muito bom, causa diversas sensações, é bom sentir-se desejada, depois sempre fico com nojo de meu corpo, do que fiz”

“Desejo, o momento proporciona uma sequencia de sentimentos. Confiança no parceiro é muito importante e o mesmo deve ser alguém que ame”

Esta classe nos aponta um indício importante, a vivência do desejo para essas mulheres de alguma forma está condicionada a uma relação estável e ao parceiro ideal. Assim, viver plenamente sua sexualidade é estar com a “pessoa certa” que a faça sentir-se desejada, amada, confiante e segura.

A segunda classe que compões o aspecto Amor e Desejo é a classe 3, segue demonstrativo.

Tabela 24: Demonstrativo da Classe 3. Representa 23,47% da variabilidade total do *Corpus*.

Amor e Desejo				
Palavra Significativa	Frequência Classe	Frequência <i>Corpus</i>	Percentual Classe %	Qui-Quadrado
Paixão	17	22	77,27	40
Amor	20	31	64,52	35
Companheirismo	4	4	100	13
Aquela	4	4	100	13
Lado	5	6	83,33	12
Apaixonada	5	6	83,33	12
Pessoa	20	48	41,67	12
Felicidade	7	11	63,64	10
Estar	10	19	52,63	10

Homem	3	3	100	10
Certa	6	9	66,67	910
Gostar	4	5	80	9
Excitação	4	5	80	9
Sempre	11	23	47,83	9
Sentia	7	13	53,85	7
Queria	7	13	53,85	7
Desejo	18	51	35	5

Quadro 14 – Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 3, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus* AMOR E DESEJO

“Amor, sentir o sentimento companheirismo, estar com a pessoa certa, felicidade, medo”

“Ficar emocionada, nervosa, inquieta, felicidade, um estado de graça, bem estar. Ansiedade, um nervosismo fora do normal, sempre esperando aquela sensação novamente”

Podemos observar que a classe 3 evidência o amor, paixão e sentimento como facilitador da vivência do Desejo.

O segundo aspecto, Redes de Contato, é composto unicamente pela classe 2 assim disposta:

Tabela 25: Demonstrativo da Classe 2. Representa 23,98% da variabilidade total do *Corpus*.

Redes de Contato				
Palavra Significativa	Frequência Classe	Frequência <i>Corpus</i>	Percentual Classe %	Qui-Quadrado
Sobre	20	22	90,91	61
Assunto	15	16	93,75	47
Amigas	10	12	83,33	25
Conversar	10	13	76,92	21
Diálogo	7	8	87,5	19

Ainda	5	5	100	16
Livros	5	5	100	16
Mãe	10	16	62,5	14
Revistas	3	3	100	10
Informações	3	3	100	10
Comigo	3	3	100	10
Vergonha	6	10	60	8
Timidez	5	8	62,5	7
Educação	3	5	60	4

Quadro 15 – Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 2, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus* REDES DE CONTATO

“Por curiosidade fui me informando do assunto e ouvindo conversas alheias e amigas, documentos, revistas”

“Dificultou não ter abertura para discutir o assunto em família. Facilitou a disponibilidade de informações em outros meios, como: revistas e livros”

A Classe 2 é formada por discursos facilitadores do reconhecimento do desejo, onde o diálogo, a informação e os amigos são colocados como peças chave nesse processo.

Por fim, no que se refere ao aspecto Medo e Insegurança frente a Sociedade, composto pelas classes 5 e 1, encontramos as classes assim dispostas:

Tabela 26: Demonstrativo da Classe 5. Representa 11,73% da variabilidade total do *Corpus*.

Medo e Insegurança frente a Sociedade

Palavra Significativa	Frequência Classe	Frequência <i>Corpus</i>	Percentual Classe %	Qui-Quadrado
Saber	9	15	60	37
Tinha	8	13	61.54	33

Como	11	24	45,83	31
Engravidar	5	6	83,33	31
Descobrir	5	8	62,5	21
Medo	19	78	24,36	20
Família	10	29	34,48	17
Sentia	6	13	46,15	16
Só	3	4	75	16
Mal	3	4	75	16
Descobrirem	4	7	57,14	14
Minha	10	32	31,25	14
Sabia	3	5	60	12
Curiosidade	7	21	33,33	11
Fazer	4	9	44,44	10
Errado	5	13	38,46	10
Queria	5	13	38,46	10

Quadro 16 – Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 5, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus* MEDO E INSEGURANÇA FRENTE A SOCIEDADE

“Curiosidade, tinha vontade de conhecer mais e saber mais, medo dele sair falando mal de mim, de engravidar. Minha família e os vizinhos condenavam tudo”

“Medo de meus pais descobrirem, de uma gravidez. Insegurança, não tinha certeza se era à hora e a pessoa certa”

Aqui as falas que remetem a “curiosidade” e “vontade” em iniciar a vida sexual, porém e, sobretudo, esses sentimentos sempre aparecem agregados ao medo da discriminação da família e sociedade diante do ato, o que configura como inibidores do desejo nessas mulheres.

Tabela 27: Demonstrativo da Classe 1. Representa 21,43% da variabilidade total do *Corpus*.

Medo e Insegurança frente a Sociedade

Palavra Significativa	Frequência Classe	Frequência <i>Corpus</i>	Percentual Classe %	Qui-Quadrado
Medo	32	78	41,03	30
Desconhecimento	8	9	88,89	26
Informação	7	8	87,5	22
Falta	11	17	64,71	21
Da	22	51	43,14	19
Primeira	5	5	100	19
Dar	6	7	85,71	18
Angústia	6	7	85,71	18
Algo	14	28	50	16
Certo	8	12	66,67	16
Homossexualidade	4	4	100	15
Sociedade	7	10	70	15
Amigos	6	9	66,67	11
Início	5	7	71,43	11
Fazendo	4	5	80	10
Errado	7	13	53,85	9
Insegurança	8	16	50	8

Quadro 17 – Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 1, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus* MEDO E INSEGURANÇA FRENTE A SOCIEDADE

“Insegurança se realmente estava fazendo a escolha certa, medo devido a que reação os parentes e amigos iriam apresentar”

“Medo por ser início, por falta de conhecimento, de experiência e da família, como reagiria, angústia por não estar preparada, talvez”

Na classe 1 podemos observar que a falta de informação e a dúvida se é algo certo figura, também, como um fator não facilitador da vivência do desejo, gerando medo e insegurança.

Com o intuito de averiguar quais são as características da descoberta do desejo, perguntamos as mulheres em que idade elas identificaram o desejo, dados descritos na tabela abaixo:

Tabela 28: Idade em que identificou o desejo

	N	%
07 a 11 anos	9	5,1
12 a 15 anos	97	55,1
16 a 24 anos	60	34,1
Não respondeu	10	5,7
Total	176	100

Dessa forma, o surgimento do desejo ocorre predominantemente na puberdade (55,1%) ou na adolescência (34,1%).

No que se refere ao papel da família no início da prática sexual, podemos observar (Tabela 24) que mais da metade (55,7%) se demonstra desconhecadora da prática sexual dessas mulheres. Somando ao número de mulheres em que a família “não falava no assunto”, podemos observar que mais de 72% dessas mulheres encontram na família uma postura de omissão frente a prática da sexualidade. Apenas 11,4% da família aceitam plenamente, enquanto 5,1% das mulheres encontram na família algum tipo de rejeição.

Tabela 29: Postura da Família

	N	%
Aceitação Plena	20	11,4
Não Sabiam	98	55,7
Não se Falava no Assunto	30	17
Rejeição Afetiva	7	4
Rejeição com Punições Concretas	2	1,1
Outra	19	10,8

Total	176	100
-------	-----	-----

O papel da família, das pressões sociais e da própria inquietação frente ao início da prática sexual, nos fizeram investigar, de forma mais micro (Análise de Conteúdo), quais são os sentimentos ligados a esse momento.

Tabela 30: Fatores que dificultaram a identificação do desejo

Fatores que dificultaram	N	%
Repressão família/sociedade/religião “A família, a religião porque me foi passado como uma coisa feia, que só deveria ser praticado no casamento e em sigilo.” (Sujeito 23)	68	57%
Falta de conversas/informações “O pouco conhecimento, a falta de diálogo com a família, a vergonha e certamente a época, pois não existia tamanha banalização da sexualidade.” (Sujeito 123)	21	18%
Medo/culpa/dúvida “O medo, a culpa o achar que estava errado.” (Sujeito 159)	17	14%
Desejo pelo mesmo sexo “Desejo por homem e mulher” (Sujeito 46)	7	6%
Inexistência de parceiro adequado “Não encontrar a pessoa certa.” (Sujeito 67)	6	5%
Total	119	100

Entre a miscelânea de sentimentos identificados como fatores que dificultam o reconhecimento do desejo, podemos observar, na Tabela 25, a repressão imposta pela família/sociedade/religião (57%) como principal fonte de inquietação frente a esse momento.

Já no que se refere aos fatores que facilitaram a identificação do desejo (Tabela 26) o parceiro adequado e o acesso a informações se apresentam como os dois principais aspectos que beneficiam a identificação. Assim, para essas mulheres, a prática do desejo sexual de forma plena está atrelada a “ter um namorado fixo e ter uma relação afetiva forte”.

Tabela 31: Fatores que facilitaram a identificação do desejo

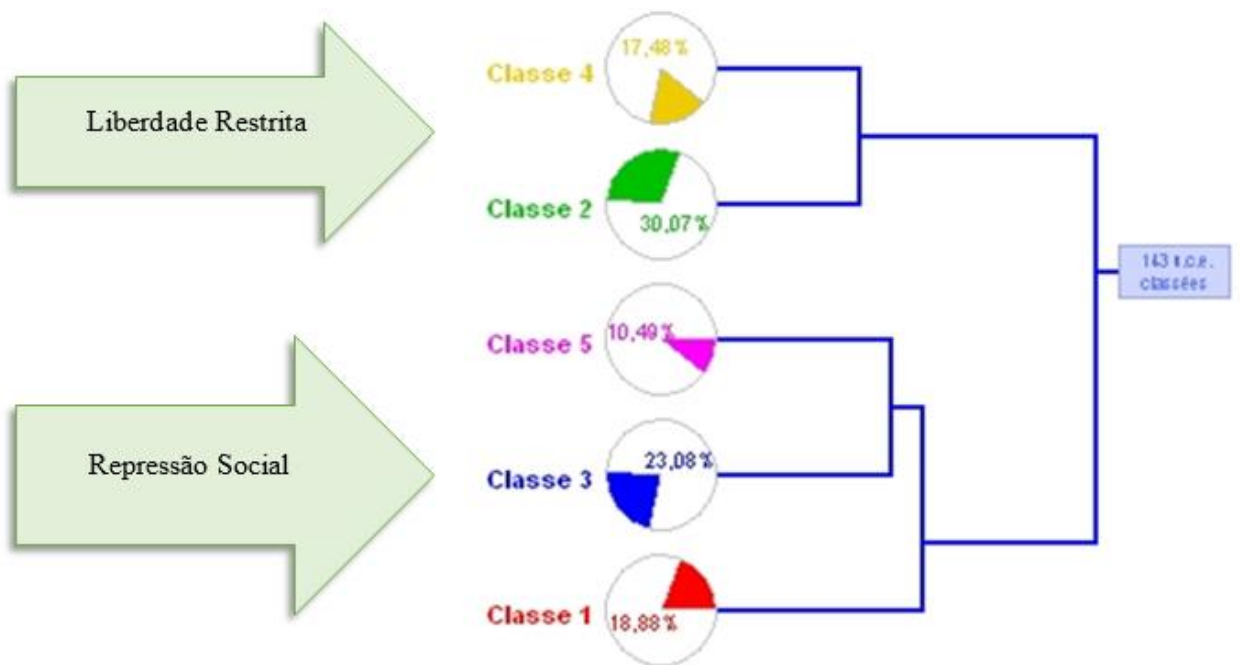
Fatores que facilitaram	N	%
Parceiro adequado/amado “Ter um namorado fixo e ter uma relação afetiva forte.”	52	37%
Auto-conhecimento/informações “Conversa com amigos que já tinham praticado ou sentido algo e até mesmo o corpo sozinho.”	49	35%
Prazer/desejo “Sentimentos de amor, paixão, que na mulher acabam por despertar os desejos sexuais.”	20	14%
Conversas com família “Sempre tive um bom relacionamento familiar e orientação nas questões a respeito de sexualidade.”	12	12%
Naturalidade em relação ao sexo “Sempre fui esclarecida sobre o assunto e sempre considerei algo natural.”	6	4%
Total	139	100

2.2.3.3 – Posição Frente a Heteronormatividade

Notadamente, ao tratar das questões ligadas a sexualidade dessa mulher, se faz relevante discutir como o contexto heteronormativo está reflexionado na forma como essas mulheres vivem sua sexualidade.

Utilizando o programa ALCESTE podemos observar, na Figura 7, que o discurso das mulheres foram agrupados em cinco classes que formam dois aspectos representativos da forma como essas mulheres vivem a heteronormatividade.

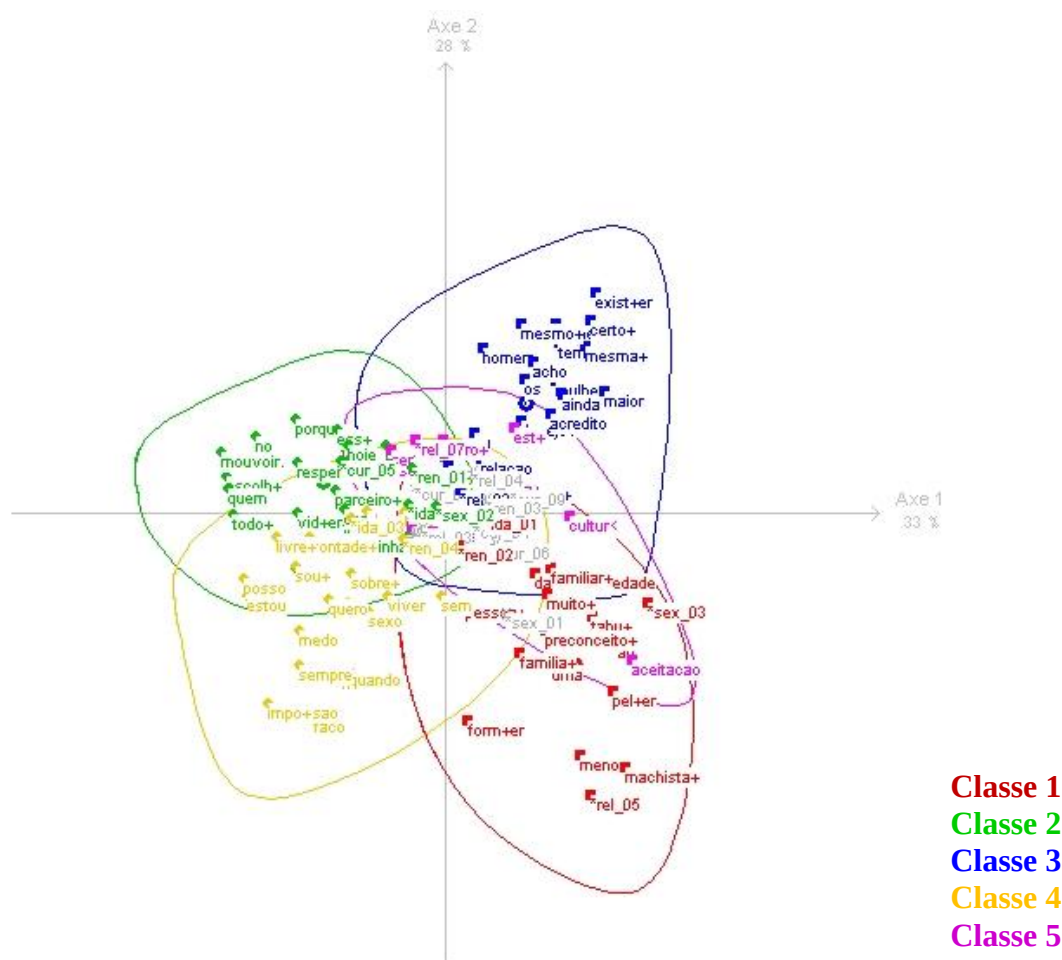
Figura 7 – Posição frente a heteronormatividade



Dessa forma, podemos observar que a vivência da prática sexual vem sobrecarregada de restrições fruto da forma como se configurou o papel da sexualidade feminina. Por um lado a prática sexual é vivida com uma liberdade restrita e por outro lado é experimentada junto a repressão social sentida por essas mulheres

A análise de correspondência apresentada na Figura 8 mostra as semelhanças e diferenças entre esses aspectos:

Figura 8: Análise de correspondência das classes de discurso



Diante do gráfico apresentado na Figura 8, pode-se dizer que não existe um eixo dominante nos discursos. Não obstante, se faz necessário perceber que a Classe 2 (*Liberdade de Escolhas*) divide o segundo e terceiro quadrante com a Classe 4 (*Liberdade Condicionada*), acusando assim a proximidade desses discursos. Por outro lado, a Classe 5 (*Liberdade Julgada*) se mostra aglutinada nos espaços da Classe 1 (*Sociedade Machista*) e Classe 3 (*Desejos Iguais*), que, apesar da difusão espacial dessas classes entre o primeiro e último quadrante, todas assinalam o preconceito da sociedade e família como inibidores de seus desejos.

Seguindo a ordem reversa das classes exibida na Figura 7, com 18,88% da

partição dos discursos, a Classe 1 (*Sociedade Machista*) sustenta falas que evidenciam a sensação de preconceito sentida por essas mulheres diante de um modelo que favorece o masculino, ou seja, são frequentes aqui termos como “sociedade machista” e “discriminação”. Como exemplos desta classe:

Quadro 18 – Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 1, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus* PRECONCEITO MACHISTA

“Menos preconceito, igualdade total de direitos e deveres, apesar de achar que nunca será possível devido ao contexto histórico, crenças e tabus”

“Não vivo livremente a sexualidade devido aos preconceitos da sociedade e ao fato de que vivo numa família muito conservadora”

Já a Classe 3 (*Desejos Iguais*) explicando 23,08% da composição válida do *corpus*, é formada por interlocuções que enfatizam diferenças apenas sociais entre homens e mulheres. Ou seja, no que concerne ao objeto desejo, ambos os sexos são idênticos, contudo há um imaginário social que ampara a prática do desejo no homem. Segue os exemplos:

Quadro 19 – Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 3, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus* DESEJOS IGUAIS

“O problema é que os homens são ensinados desde criança a demonstrar o desejo e a mulher a reprimir esses”

“Acho que as mulheres são reprimidas pela sociedade, pelos homens e até por elas mesmas, mas sentem o mesmo desejo sexual que o homem”

Mantendo-se o foco no social, os discursos da Classe 5 (*Liberdade Julgada*), com 10,49% de representação dão todo, revelam uma tentativa de liberdade, todavia esta ainda julgada pela opinião dos outros. As falas características se apresentam como:

Quadro 20 – Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 5, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus* LIBERDADE JULGADA

“Tento me resguardar, ela deve expressar sua sexualidade independente do que os outros pensem”

“Tento viver, me desamarrar deste conservadorismo que está presente na sociedade e na minha família”

A Classe 2 (*Liberdade de Escolhas*), com 30,07% das falas, figura como a mais representativa dentre as demais, onde nesta, as mulheres asseguram a liberdade de suas escolhas.

Quadro 21 – Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 2, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus* LIBERDADE DE ESCOLHAS

“Tenho e sinto essa liberdade, deveria haver menos discriminação”

“Apesar de ter essa liberdade eu procuro ser bastante prudente nas minhas atitudes e escolhas”

Assim como a anterior, a Classe 4 (*Liberdade Condicionada*) que soma 17,48% do *corpus* válido, destaca também a liberdade de escolha, no entanto condicionada a um parceiro “certo”. São exemplos:

Quadro 22 – Coletânea de Exemplos de Discursos da classe 4, retirados das entrevistas e referente ao *Corpus* LIBERDADE CONDICIONADA

“Sempre faço tudo que tenho vontade e sou mui liberal com o sexo, desde que seja com alguém que eu goste ou sinta vontade”

“Para mim, se estou com a pessoa certa, meu esposo, eu posso realizar tudo que desejo, sem culpa alguma”

Podemos observar, considerando as Classes 2 e 4, que é presente no discurso dessas mulheres a afirmação da vivência de uma liberdade, no entanto esses discursos

estão sempre associados ou a uma prudência na vivência dessa liberdade ou a espera do parceiro idealizado para a vivência plena de sua sexualidade.

O Grupo de Pesquisa em Comportamento Político (GPCP) da UFPb tem desenvolvido nos últimos anos uma série de estudos em relação ao preconceito, definindo-o como um conjunto de crenças e de sentimentos de superioridade vividos pelos membros do grupo dominante em relação a um grupo menos privilegiado. Particularmente, estes estudos se orientavam a colocar em relevo as novas formas que o preconceito tem tomado em nosso país (Camino & Pereira, 2000; Camino, Da Silva, Machado & Pereira, 2001; Lacerda, Pereira & Camino, 2002; Ismael & Camino, 2003).

A persistência do preconceito mascarado em novas formas levanta a pergunta de como os grupos discriminados constroem sua identidade em um ambiente que deprecia de maneira mais ou menos explícita sua imagem. Considerando que as pessoas constroem suas identidades nas relações sociais, é evidente que a existência de processos de discriminação afetará a identidade social e a auto-estima dos membros de grupos discriminados. A partir desta constatação o GPCP elaborou um conjunto de estudos, procurando reparar certa tendência da pesquisa tanto internacional como no Brasil, que centram os estudos do desenvolvimento do preconceito nos grupos dominantes sem analisar as conseqüências do preconceito nos grupos dominados.

De fato, no que concerne à discriminação homofóbica, notamos a escassez de estudos na perspectiva das pessoas que sofrem a discriminação⁴. Em se tratando de mulheres homossexuais, de fato, encontramos poucos estudos. Mesmo o tema em si da discriminação homofóbica tem pouca visibilidade no que se refere a estudos em Psicologia Social (Fleury & Torres, 2007).

As homossexualidades são dotadas de dinâmicas próprias de práticas e vivências, homens e mulheres homoafetivos só tem em comum o relacionamento conjugal com pessoas do mesmo sexo. As práticas, os redutos, a forma, e até mesmo a vivência da discriminação são diferenciadas (Machado, Da Costa & Camino, 2004).

⁴ Como exceções a esta corrente podemos citar, entre outros, os estudos de Estrada (2009), Gouveia (2007) e Ismael (2005) que analisaram os efeitos do preconceito no desenvolvimento das minorias sociais.

Nesse sentido, estudar o homoerotismo sob o olhar da mulher homoafetiva, tornou-se fundamental para elucidar e trazer a tona como estas mulheres reagem frente à manifestação dos seus desejos e como vivem a discriminação.

De forma mais concreta, o objetivo principal de nosso trabalho é entender as formas como são vividas e praticadas a afetividade homoerótica feminina. Em nossas entrevistas pretendíamos abarcar vários aspectos relacionados ao tema. Destas entrevistas, alguns conceitos nos parecem surgir como pontos de partida para a descoberta dessa forma de afetividade.

A primeira palavra ou conceito a aparecer é o desejo, principalmente a natureza constituinte do desejo. O que normalmente se pensa é que para uma pessoa lésbica, por ser lésbica, possui desejos homoeróticos. Mas várias das entrevistadas estão a nos dizer algo diferente. Assim, uma delas afirma que “o desejo é o primeiro passo para a identificação da nossa homoafetividade”. É como se quisessem afirmar: é o meu desejo que faz meu sexo, meu gênero, e em última instância, meu corpo.

De fato, Butler (2001) já anuncia essa dissonância entre o que se espera, ou seja, uma conexão de significado que articula sexo/gênero/desejo, como cadeia determinista no processo de subjetivação, afirmando, tanto nas explicações cotidianas como nas conceições ‘científicas’, segundo o qual o sexo determina o gênero e estes dois, a sua vez, determinam os corpos adequados do desejo; e o que concretamente se vivência.

Para estas mulheres a descoberta do homoerotismo passa pela descoberta do desejo, e não pelo determinismo: meu sexo, logo meu gênero e tão logo meu objeto de desejo. Mesmo que no início crie confusão, insegurança e até vergonha, rapidamente essa descoberta parece trazer felicidade “no sentido que passo a amar intensamente de uma forma diferente”.

Este desejo constituinte é marcado por uma característica especial, é um desejo “diferente”. Esta diferença é marcada por uma ambigüidade: por um lado se é diferente dos outros, das normas estabelecidas, mas por outro lado se é diferente porque, por ser diferente o desejo, é profundo, completo. Machado,

Da Costa & Camino (2004) já haviam constatado que, para as mulheres homoeróticas, este afeto remete ao “verdadeiro amor”, “um amor não como outros”. Por um lado são acusadas, de maneira praticamente unânime, de fazer algo errado, pecaminoso, vergonhoso, ou mesmo de ser uma “extraterrestre”, mas por outro lado a realização do desejo lhes leva a uma plenitude e uma paz indescritíveis, a se “sentirem nas nuvens”.

Essa concepção do desejo homoerótico como diferente em dois sentidos explica o fato de que sentimentos contraditórios estejam ligados ao surgimento do desejo. Por um lado o medo, a insegurança, a confusão: “Não entendia porque tinha que ser diferente de minhas amigas”. Mas por outro lado, a atração afetiva, a felicidade e paz que elas traziam consigo: “Felicidade no sentido de saber que posso amar intensamente de uma forma diferente”.

Quando e como surge este desejo tão diferente? Embora o surgimento do desejo homoerótico não tenha um momento específico para surgir (ele pode ter acompanhado o desenvolvimento), pois, de fato, 5% afirmam sentir o desejo “desde sempre” e 25% na infância, parece que na maioria dos casos surgiu no período quando normalmente se desenvolvem as primeiras relações afetivas. Assim, mais de 60% sentiram o desejo homoerótico ou na puberdade (23,8%) ou na adolescência (37,5%). Poucos são os casos que sentiram o primeiro desejo já na idade adulta (7,5%) e só uma pessoa confessa ter sentido desejo o desejo após os 40 anos.

No entanto, independente da idade em que se identifica o desejo, para essas mulheres, a manifestação do desejo, além dos aspectos positivos já mencionados, vem sobrecarregada de sentimentos de exclusão social e inadequação social. Assim, essa descoberta traz consigo o conflito entre a auto-aceitação e o medo de fugir à norma hetero-normativa.

Porém, apesar deste cenário, onde se percebe que a identificação do desejo traz uma série de transtornos e sentimentos de inadequação social, as mulheres parecem não identificar um cenário concreto de discriminação.

Desta forma, 28,6% dessas mulheres afirmam nunca terem se sentido discriminada em função de sua orientação sexual. Quando percebido

este cenário concreto de discriminação, se dará prioritariamente na adolescência (39,4%). Ponto que iremos tratar, novamente, mais adiante.

No que concerne às causas explicadoras da prática homoerótica, observou-se que uma boa parte das homossexuais (59,3%) negam existir qualquer tipo de causa específica⁵, admitindo a homoafetividade como uma orientação natural assim como é considerada a heterossexualidade. Já uma porcentagem menor associa a causa da homossexualidade a fatores biológicos e/ou psicológicos. Podemos pensar que em ambas as situações o fato de atribuir o desejo a causas naturais (a própria natureza, fatores biológicos ou psicológicos) facilitaram a vivência do desejo.

Mas como algo sendo natural, belo, produz na maioria das pessoas, que o possuam, sentimentos contraditórios? Para entender a vivência do homoerotismo temos que considerar ao lado do desejo outro conceito: sociedade.

A percepção que as homossexuais descrevem, de como a sociedade as caracteriza, é depreciativa. Um discurso majoritário (46,5%) considera a sociedade como algo que exclui, e de maneira pejorativa, o homossexual. Mas essa exclusão se manifesta, não só nas relações interpessoais, onde as pessoas homoafetivas são chamadas de nomes feios, mas principalmente tanto “na limitação de ambientes e espaços onde expressar a homoafetividade”, como na construção de discursos, que de maneira sutil e velada, expressam atitudes preconceituosas. Assim, o fato de não viver publicamente seus afetos se apresenta como a forma, mais danosa, de limitação que a sociedade impõe.

Mas não bastaria a sociedade excluir a manifestação do afeto, ela também inferioriza a pessoa que os experimenta, tratando-a desrespeitosamente, e considerando o homoerotismo como doença (16% dos discursos). É normal, então, que a reação frente à sociedade seja um misto de medo, tristeza e indignação.

Aqui, podemos considerar a falta da identificação concreta da discriminação como uma consequência da forma como essas mulheres vivem

⁵ “Se nasce com vontades, vontades estas iguais para todos. O amor é independente de cor, raça e sexo”

sua sexualidade. Existem reclamações sobre injúrias inter-pessoais e castigos, mas elas não ocupam um grande espaço. Parece, pois, que na maioria dos casos a discriminação não é vivida de maneira direta. Pelo contrário, na quase totalidade das entrevistadas o fato de não se poder viver publicamente seus afetos parece ser mais uma forte forma de discriminação. Assim, o que a primeira vista pode parecer contraditório, sentir-se discriminada, mas ao mesmo tempo não identificar a discriminação de maneira concreta, nos indica uma característica essencial da vivência homoerótica feminina: “Nunca me senti discriminada porque sempre tive cuidado com meu comportamento dentro do mundo heterossexual” e “Nunca senti discriminação. As pessoas não têm certeza da minha opção sexual.”

Dessa forma, a sociedade, em geral, é pensada por essas mulheres, como importante fonte de decepção e hostilidade.

Um aspecto da sociedade pouco tratado, mas que parece ter uma influência direta é a religião. Não é de estranhar que nossas entrevistadas declararam não ter religião e que participem nas religiões espíritas e afro-brasileiras, em maior proporção do que a média do IBGE. Camino & Pereira (2000) têm mostrado que atitudes preconceituosas contra os homossexuais se relacionam com a participação nas religiões evangélicas enquanto que a participação nas religiões espíritas e afro-brasileiras se relacionam com atitudes anti-preconceituosas.

Finalmente, dentro da sociedade a família parece ter um papel essencial, mas surpreendente, quase dois terços das entrevistadas afirmam que sua família ou não sabem ou não falava do assunto no início da prática homoafetiva. Poucas são as que admitem uma rejeição afetiva clara (13%) e menos ainda as que admitem rejeição com punições concretas (4%).

Pode-se pensar que o papel de controle da família se faz de uma maneira indireta, ante a uma possível censura implícita as próprias entrevistadas controlariam seus comportamentos. A falta de espaço para manifestar publicamente os afetos homoeróticos, principal fonte de discriminação, como já vimos, se dá principalmente no lar. As mulheres, ao se

adaptarem a essas normas implícitas, evitam o confronto com a família passando a viver a discriminação de uma forma, também, implícita. Aqui se explica o porquê de que uma das táticas de enfrentamento utilizada pelas mulheres homoeróticas é precisamente a forma silenciosa de viver a sua própria sexualidade. Como anteriormente mencionado, muitas não foram objetivamente discriminadas porque evitam o confronto.

Mas de fato a Sociedade não se apresenta como um todo homogêneo discriminador. Existem pessoas que em relações mais informais dão suporte a luta dessas mulheres. Muitas destas pessoas fazem parte do mundo homoafetivo ou são simpatizantes. É sintomático que várias falem dos “verdadeiros amigos, Assim, esta rede de amigos, ou de “verdadeiros amigos”, atua como facilitador da prática homoafetiva.

Já que não se tem espaços públicos para viver sua sexualidade, as pessoas homoeróticas criam suas próprias redes sociais, criam em certo sentido seu próprio gueto, não por vontade própria, mas por falta de opções públicas apropriadas. A necessidade de manter-se oculta aparece claramente na relação de nossas entrevistadas com os movimentos que lutam pela diversidade sexual.

Assim, quando consultadas se os movimentos LGBT atuam de forma efetiva na luta pela diversidade sexual, as respostas se demonstram polarizadas entre as que são a favor dos movimentos (55%) e as que são contra (41%). Se as que eram a favor afirmam que esses movimentos atuam em pró dos direitos legais homossexuais, as que eram contra consideram que atividades como paradas gay e outras só fazem chocar mais a sociedade e aumentar o preconceito. Quando as perguntas se dirigem a atuação dos Travestis e Drag Queen ou a dos bissexuais, as respostas positivas diminuem fortemente. No aspecto negativo pode-se perceber um certo moralismo, pois a atuação desses grupos descaracterizam o verdadeiro amor, o amor diferente. Considerando, também, que estes comportamentos públicos aumentam o preconceito da população.

Vale salientar, que as justificativas, tanto para admitir que os grupos auxiliam, quanto prejudicam a luta, se respalda na visibilidade que estes

impõe a sua sexualidade. Assim, exemplificando, tanto é considerado como fator dificultante para a luta a falta de “assumir” das bissexuais, quanto é considerado benéfico.

No aspecto das reivindicações importantes para o grupo LGBT (Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais), as homossexuais colocam como prioridades as questões ligadas a direitos civis: ser respeitado por todos os cidadãos, direito de adotar filhos com a companheira, casar-se no civil, direito à herança da(o) companheira(o) e direito à assistência médica nos problemas de saúde. Seguido por viver publicamente sua identidade e manifestar em público o afeto pela parceira sem que isso acarrete em atos discriminatórios por parte da sociedade. Por fim, segue o direito ao casamento religioso e mudança de gênero no registro civil, que não nos parece apontar como uma bandeira de luta importante para as homossexuais.

O fato de que as mulheres homoeróticas não consideram a luta pelo espaço para viver publicamente sua afetividade a bandeira mais importante do movimento LGBT, parece indicar que estas mulheres não acreditam plenamente que as lutas e atividades públicas, úteis por um lado para a aquisição de direitos legais, tenham eficiência para resolver os problemas, que traz consigo o viver do desejo diferente.

Poderíamos terminar estas conclusões com algumas reflexões gerais. Primeiramente, a idéia que se tem de que existe um preconceito menor frente às lésbicas em relação ao que existe frente aos gays e sobretudo, frente a travestis e Drag Queen, talvez se deva em grande parte a maneira “silenciosa” em que a prática homoerótica feminina ocorre na sociedade. Se a prática fosse diferente os níveis de preconceito seriam diferentes.

Por outro lado, a força com que as mulheres homoeróticas vivem a discriminação em relação ao desejo parece indicar que independente de certas conquistas legais que o movimento LGBT vai conseguindo, é equivocado pensar que o preconceito contras as homossexuais está diminuindo ou até mesmo se extinguindo. A maneira silenciosa com que as mulheres homoafetivas vivem seu afeto parece mostrar claramente que as novas formas

mascaradas que o preconceito toma, admitidas pela sociedade, são realmente eficientes em discriminar desejos diferentes.

Para entender melhor o desenvolvimento da identidade das mulheres homoeróticas devemos entender os avatares que sofre esse desejo diferente frente aos diversos níveis e setores da sociedade: as normas societais, gerais e os agentes que veiculam essas normas (família, escola, religião e meios de comunicação). Uma maneira de entender melhor esse desenvolvimento seria comparar as transformação e destinos que segue esse desejo “diferente” com o desejo sexual das mulheres heteroafetivas, que de todas as maneiras também têm que enfrentar normas sociais tradicionais. Esta comparação faz parte de um projeto que pretendemos desenvolver no futuro.

Bibliografia

- Abelove, H., Barale, M.A. & Halperin, D.M. (1993). Introduction. In Abelove, H., Barale, M.A. e Halperin, D.M. (Orgs.), *The Lesbian and Gay Studies Reader* (pp. xv-xvii). Nueva York: Routledge
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levison, D. J. & Sanford, R. N. (1950). *The Authoritarian Personality*, New York: Harper and Row
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley.
- Alvaro, J. L. & Garrido, A. (2003). *Psicologia Social: perspectivas psicológicas y sociológicas*. Madrid: Mc Graw Hill
- Amâncio, L. (1999). Identidade social e relações grupais. In Val, J. & Monteiro M. (orgs.) *Psicologia Social*. 4ª Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Araújo, M. L. M. (1999). A construção histórica da sexualidade. In Ribeiro, M. (Org.) *O prazer e o pensar: orientação sexual para educação e profissionais de saúde*. São Paulo, Editora Gente.
- Badinter, E.(1993). *XY: Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbero, G. H. (2005). *Homossexualidade e Perversão na Psicanálise: uma resposta aos Gays and Lesbian Studies*, São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bass B.M. & Duntzman G. (1963) Biases in the evaluation of one's own group its allies, and opponents. *Journal of Conflict Resolution*, 1963, 7, 16-20.
- Billig, M. (1985). Prejudice, categorization and particularization: from a perceptual to a Rethorical approach. *European Journal of Social Psychology*, 15, 79-103.
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions: Studies in Rethorical Psychology*. London, Sage.
- Blake R.R. e Mouton J.S. (1961) Reactions to intergroup competition under win/lose conditions. *Managment. Science*, 7, 420-435.
- Bremmer, J (1995). Pederastia grega e homossexualismo moderno. In Bremmer, J. (Org.), *De Safo a Sade: Momentos na história da sexualidade* (pp. 11-26). Campinas: Papirus.
- Brewer, M. B. (1979). *Prejudice: its social psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Brown, P. (1990). *Corpo e sociedade: O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: its social psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Bullought, V. L. (1974). Homossexuality and the medical model. *Journal of homosexuality*.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity*. Nova York: Routledge.
- Butler, J. (2000). *Mecanismos psíquicos del poder: Teorías sobre la sujeción*. Jacqueline Cruz (Tradução), Madrid: Cátedra.

- Butler, J. (2001). *El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*. México: Paidós-UNAM-PUEG.
- Butler, J. (2002). *Cuerpos que importan: Sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"*. Alxira Bixio (Tradução), Buenos Aires: Paidós.
- Camargo, B. C. (2001). Introdução à utilização do programa informático ALCESTE para análise quantitativa dos dados textuais. Santa Catarina
- Camargo, B. C. (2005). ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In Moreira, A. S. P.; Camargo, B. V.; Jesuino, J. C. e Nóbrega, S. M. (Orgs) *Perspectivas Teórico-Metodológicas em Representações Sociais*. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB
- Camino L. & Pereira C. (2000). O papel de Psicologia na construção dos Direitos Humanos: Análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação ao homossexualismo. *Revista Perfil*. Vol. 13, n. 13, pp. 49-69.
- Camino, L & Ismael, E. (2004) A Psicologia Social e seu papel ambíguo no estudo da violência e dos processos de exclusão social. In Souza, L. e Trindade, Z. A. (Orgs), *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Camino, L. (2004). A Psicologia e a Luta Contra o Racismo: Temos de que nos Orgulhar? In Conselho Federal de Psicologia (Ed.), *Psicologia e Direitos Humanos: Subjetividade e Exclusão* (pp. 231-242). Brasil: Casa do Psicólogo.
- Camino, L., da Silva, P., Machado, A. & Pereira, C. (2001). A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*. 1(1).
- Camino, L., da Silva, P., Machado, A. e Pereira, C. (2001). A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*. 1(1).
- Campbell, D. T. e LeVine, R. A. (1968). Ethnocentrism and intergroup relations. In R. Abelson et al (Ogs). *Theories of cognitive consistency: a sourcebook*. Chicago: Rand McNally.
- Costa, J. F. (1992). *A inocência e o vício: Estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Doise, W. (1986). *Levels of Explanation in Social Psychology*. Cambridge; Cambridge University Press.
- Doise, W. (2001). From Social to Political Psychology: The Societal Approach. In Monroe, K. (Org.) *Political Psychology*. Psychology Press.
- Dollard, J., Doob, L. W., Miller, N. E., Mowrer, O. H. & Sears, R. (1939) *Frustration and aggression*. New haven: Yale University Press
- Dover, K. J. (1994). *A homossexualidade na Grécia antiga*. Luís Sérgio Krausz (Tradução), São Paulo: Nova Alexandria.

- Duckitt, J. (1992). Psychology and prejudice. A historical analysis and integrative framework. *American Psychologist*, 47(10), 1182-1193.
- Estrada, A. e Camino, L. (2009). "Comecei a ser uma pessoa que gostava de pessoas": Narrativas eróticas dissidentes e posicionamientos do self nas redes cotidianas de significado. Tese de Doutorado, Doutorado Integrado em Psicologia Social UFPB-UFRN, João Pessoa.
- Estrada, A. M., Acuna, M. R., Camino, L. & Traverso-Yepes, M. (2007). Se Nace O Se Hace? Repertórios Interpretativos Sobre La Homosexualidad En Bogotá. *Revista De Estudio Sociales*, V. 28, P. 56-71.
- Facchini, R. (2002), "Sopa de letrinhas?" Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- Fernades, T. R. (2004). *Unões Homossexuais: Efeitos Jurídicos*. São Paulo: Método.
- Figueirêdo, L. C. (2002). *Adoção para Homossexuais*. Curitiba, Juruá Editora.
- Fleury, A. R. D. & Torres, A. R. R. (2007). Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais. *Estudos de Psicologia*, Campinas.
- Foucault, M. (1987). *Historia de la sexualidad 3. La inquietud de sí*. México: Siglo XXI.
- Foucault, M. (1990). *A mulher/os rapazes da história da sexualidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Frank, D. J. & McEneaney, E. H. (1999). The individualization of society and the liberalization of states policies on same-sex sexual relations, 1984-1995. *Social Forces*, 77, 911-944.
- Gouveia, R. C. & Camino, L. (2007). Os consensos sociais sobre a natureza da sexualidade e os posicionamentos diante do movimento GLBT. Tese de Doutorado, Doutorado Integrado em Psicologia Social UFPB-UFRN, João Pessoa.
- Greenberg, D. F. & Bystry, M. (1982). Christian intolerance of homosexuality. *American Journal of Sociology*, 88, 515-548.
- Guimond, S. & Tougas, F. (1994). Sentiments d'injustice et actions collectives: la privation relative. In: R.Y. Bourhis & J.P. Leyens, *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes*. Liège: Mardaga.
- Hamilton, D. L. & Gilford, R. K. (1976). Illusory correlation in interpersonal perception: A cognitive basis of stereotypic judgements. *Journal of Experimental Social Psychology*, 12, 392-407.
- Heilborn, M. (1999). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Heilborn, M. (2004). *Dois é Par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- Hewstone, M. (1989). *Causal Attribution: From Cognitive Processes to Collective Beliefs*. Oxford; Basil Blackwell.
- Highwater, J. (1992). *Mito e Sexualidade*. João Alves dos Santos (Tradução), São Paulo: Saraiva.
- Hovland, C. I. e Sears, R. (1940) - Minor Studies of Aggression: Correlation of Lynchings with Economic Indices. *Journal of Psychology*, 9, 301-310.
- IBGE (2000) Pesquisa nacional por amostra de domicílios-PNAD. Rio de Janeiro
- Ismael, E & Camino, L. (2003) Nas empresas todos têm as mesmas chances, contanto que sejam homens. Em: M. E. P. Carvalho e Z. C. Pereira. (Org.) *Gênero e educação - Múltiplas Faces*. João Pessoa, Edit. Universitária da UFPB.
- Ismael, E. C. & Salvador, S. (2005) As Novas Formas de Discriminação Sexista - Um estudo na perspectiva da Psicologia Social. Tese de Doutorado, Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas.
- Ismael, E.; Maciel, C. & Camino, L. (1996). O Conhecimento do Outro: Explicações em Termos de Cognição Social. In: Camino, L. (Org.). *O conhecimento do Outro e a Construção da Realidade Social: Uma Análise da Percepção e da Cognição Social*. João Pessoa - PB: Editora Universitária da UFPB, v. 1, p. 59-118.
- Jones, J. M. (1972). *Prejudice and Racism*. Reading, Massachussets: Addison-Wesley.
- Kinsey, A. Pomeroy, W. Martin, C. y Gebhard, C. (1953). *Sexual Behavior in the Human Female*. Filadelfia: W.B. Saunders Co.
- Kinsey, A. Pomeroy, W. y Martin, C. (1948). *Sexual Behavior in the Human Male*. Filadelfia: W.B. Saunders Co.
- Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um estudo das novas formas do preconceito contra os homossexuais na perspectiva das Representações Sociais. *Revista de Psicologia: Reflexão e Crítica*. 14 (2)
- Lewis, R. J., Derlega, Clarke, E. G. & Kuang, J. C. (2006). Stigma Consciousness, Social constraints, and lesbian well-bein. *Journal of Counseling Psychology*, vol. 53, n. 1, pp 48-56.
- Lorenzi-Cioldi F. & Doise W. (1990). Levels of Analysis and Social Identity. In: D. Abrams, D. e Hogg, M. A. (Eds.). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances*. London; Harvester Wheatsheaf.
- Machado, A. O.; Da Costa, J. & Camino, L. (2004). Identidade e Discriminação: Um estudo na perspectiva de homens e mulheres homossexuais. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

- Masson, L. (2007). *Feministas en todas partes: Una etnografia de espacios y narratives feministas en Argentina*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Mathieu, N.C. (1991) *L'anatomie politique, catégorisations et idéologies du sexe* Paris: Côté-Femmes.
- McConahay, J.B. (1986). Modern Racism, ambivalence, and the modern racism scale. In Dovidio, J.F. & Gaertner, S. L. (Org.) *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York, Academic Press
- Meertens, R. & Pettigrew, T. (1999). Será o racismo subtil mesmo racismo? In Vala, J. (Org.) *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras, Celta Editora. 11-29.
- Miccolis, L. & Daniel, H. (1983). *Jacarés e lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade*. Rio de Janeiro: Achiamé
- Monteiro, M. B., Lima, L. & Vala, J. (1994), "Relações entre grupos e gestão de conflitos - A retórica da discriminação", In *Psicologia Social e das Organizações - Estudos em empresas portuguesas*, Oeiras, Celta, pp. 79-98
- Morici, S. (1998). Homossexualidade: Um lugar na história da intolerância social, um lugar na clínica. Em R. B. Granã (Org.), *Homossexualidade: Formulações psicanalíticas atuais* (pp. 147-171). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Murphy G. & Medin D. (1985) - The Role of Theories in Conceptual Coherence. *Psychological Review*, 92, 289-316.
- Pettigrew, T. F. & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 203-226.
- Pocahy, F. A. & Nardi, H. C. (2007). Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. *Estudos Feministas*, vol. 15.
- Ramos, S. (2005). Violência e Homossexualidade no Brasil: As Políticas Públicas e o movimento Homossexual. In: Grossi, M; Becker, S.; Losso, J.; Porto, R. e Muller, R. (Orgs) *Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades*. Rio de Janeiro, Editora Garamond
- Ranke-Heinemann, U. (1996). *Eunucos pelo reino de Deus: Mulheres, sexualidade e a Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Record.
- Ribeiro, A. S. M. (2004) *ALCESTE: Análise quantitativa de dados textuais Manual*. Brasília
- Richards, J. (1993). Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média. 8ª Edição, Rio de Janeiro: DP&A.
- Riggle, E. D. B.; Whitman, J. S.; Olson, A. & Rostosky, S. S. (2008). The positive aspects of being a lesbian or gay man. *Professional Psychology: Research and Practice*, vol. 39, n. 2, pp 210-217.
- Santos, G. G. C. (2007). *Mobilizações Homossexuais e estado no Brasil: São Paulo (1978-2004)*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.22, n.63, São Paulo

- Sherif M. & Sherif C. (1969) Social Psychology. New York; Harper & Row.
- Sherif M., Harvey O.J., White B.J., Hood W. e Sherif C. (1961) Inter-group Conflict and Co-operation: The Robers Cave Experiment. Norman, Oklahoma; University of Oklahoma.
- Souza, J.; Baldwin, J. R. & Rosa, F. H. (2000). A Construção dos papéis sexuais femininos. *Psicologia Reflexão e Crítica*, vol. 13, n. 3, pp 485-496.
- Spencer, C. (1999). *Homossexualidade: Uma história*. Rio de Janeiro, Ed. Record
- Stephan, W. G. (1985). Intergroup Relations. In Lindzey, G e Aronson, E. *The handbook of social psychology*, vol. 2, Nova York, Random House
- [Swain, T. N.](#) (2001). Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas "femininas". São Paulo Perspec., jul./set 2001, vol.15, no.3, p.67-81.
- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of social conflict. In: W. Austin & S. Worchel (eds.), *The social psychology of intergroup relations*, Monterey, Brooks
- Tajfel, H. & Wilkes, A. L. (1963). Classification and Quantitative Judgment. *British Journal of Psychology*, 54, 101-114.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In Moscovici, S. (Org.), *Introduction à la psychologie sociale* (Vol. 1, pp. 272-302). Paris: Larousse
- Tajfel, H. (1981). Human Groups and Social Categories: Studies in Social Psychology. Cambridge, Cambridge University Press.
- Tajfel, H., Billig, M., Bundy, R.P. & Flament, C. (1971) Social Categorization and Intergroup Behavior. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.
- Thompson, E. M. & Morgan, E. M. (2008). "Mostly Straight" Young Women: Variations in sexual behavior and identity development. *Developmental Psychology*, vol. 44, pp 15-21.
- Touraine, A. (2007). El Mundo de las Mujeres. Maria José Furió (Tradução), Espanha: Paidós.
- Turner, J. C. & Giles, H. (1981). Introduction: The Social Psychology of intergroup behavior. In Turner, J. C. e Giles, H. (eds.), *Intergroup behavior*, Oxford, Black-well
- Vala, J. (1987) . A análise de conteúdo. In SILVA, A. & PINTO, J. (Orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*. 2ª Edição, Lisboa: Edições Afrontamento
- Vala, J., Lopes, D. & Brito, R. (1998) A construção social da diferença: Racialização e etnicização. In Vala, J. (Org.) *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras, Celta Editora. Pp. 31 -60.
- Van Dijk, T. A. (1998) *Ideology: A multidisciplinary approach*. Londres, Sage.
- Veyne, P. (1986). A homossexualidade em Roma. Em P. Aïès & A. Béjin (Orgs), *Sexualidade Ocidentais* (pp. 39-49). São Paulo: Brasiliense.

- Wetherell, M. (1996) *Identities Groups and Social Issues*. The Open University. Califórnia, EUA.
- Wetherell, M. (1998). Positioning and Interpretative Repertoires: Conversation Analysis and Post-structuralism in Dialogue. *Discourse and Society*, 9(3), 387-412
- Wheterell, M. & Potter, J. (1992). *Mapping the language of racism – discourse and the legitimation of exploitation*. New York: Columbia University, 1992.
- Wittig, M. (2006). El pensamiento heterossexual y outros ensaios. Javier Sáez y Paco Vidarte (Tradução), Madrid: EGALES.
- Zerelli, L. M. G. (2008). *El feminismo y el abismo de la libertad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Anexos

Anexo 1:

A vivência Homoafetiva

QUESTIONÁRIO

Tendo em vista que as discriminações continuam presentes no seio de nossa sociedade, torna-se evidente que o respeito à diversidade sexual deverá ser conquistada. Para continuar a luta deveremos conhecer bem as razões e os mecanismos que levam a discriminação pela orientação sexual. Estas considerações têm levado o GRUPO DE PESQUISA EM COMPORTAMENTO POLÍTICO da UFPB, a organizar um conjunto de estudos sobre a discriminação sexual, levando assim à necessidade de conhecer as condições de vida das mulheres com as mais variadas formas de práticas sexuais da Paraíba.

Este estudo caracteriza-se por um desdobramento desta análise, assim pesquisando a realidade vivida por estas mulheres. Neste sentido, estamos contando com a sua colaboração para responder a esta entrevista em forma de questionário, solicitando que não deixe nenhuma resposta em branco.

Suas respostas serão tratadas com todo o sigilo que o tema obriga.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Contatos:

UFPB / CCHLA / GPCP (sala 46)

Campus Universitário

Caixa Postal 5069 CEP 58059-200

João Pessoa – Paraíba

Tel: (83) 3216 -7674 / 8827- 0977 E-mail: alinemachado@ufs.br

Idade: _____

Tem emprego? ☐ Não ☐ Sim Qual? _____

Qual a sua renda pessoal aproximada em reais? R\$ _____

Escolaridade:

☐ Sem instrução escolar

☐ 1º grau incompleto

☐ 2º grau incompleto

☐ Superior incompleto

☐ Pós-Graduação

☐ 1º grau completo

☐ 2º grau completo

☐ Superior completo

Profissão? _____

Religião:

☐ Sem religião

☐ Católica não praticante

☐ Católica praticante

☐ Outra _____

☐ Evangélica

☐ Espírita

☐ Afro-brasileira (umbanda, candomblé, etc)

1. É sabido que existem várias formas de viver a sexualidade. Gostaríamos de saber em qual das formas abaixo listadas você mais se identifica:

☐ Bissexual ☐ Lésbica ☐ Transgênero ☐ Outra: _____

2. Possui relacionamento estável? ☐ Não ☐ Sim _____ meses

3. Para você, como a sociedade caracteriza as mulheres que possuem relacionamentos amorosos diferente do heterossexual?

4. Qual(is) seria(m) para você a(s) causa(s) da homossexualidade?

5. A partir de que idade você se **descobriu** com desejos amorosos diferente de uma orientação meramente heterossexual?_____anos

6. Como foi para você lidar pela primeira vez com o desejo homoafetivo?

7. Cite três sentimentos os quais você **se deparou ao identificar o desejo** homoafetivo?

a. _____ b. _____ c. _____

Explique-os:

a. _____

b. _____

c. _____

8. Quais foram os principais agentes que facilitaram (possibilitaram o reconhecimento) e dificultaram (atrapalharam este reconhecimento) do desejo homoafetivo?

a. Dificultaram: _____

b. Facilitaram: _____

9. Qual foi a postura da sua família frente a sua orientação sexual no início desta?

() não sabiam

() aceitação plena (apoio moral, compreensão, etc.)

() não se falava no assunto (fingiam que não sabiam)

() rejeição afetiva (recriminações, moralismos, etc)

() rejeição com punições concretas (expulsão do lar, espancamento, etc)

() outra: _____

10. Desde quando você começou a se sentir **discriminada** pela suas relações amorosas homoafetivas? _____ anos

Em que situação? _____

11. Para você como é **lidar com uma sociedade** que recrimina sua orientação sexual? Cite três sentimentos que surgem nesta situação:

a. _____ b. _____ c. _____

Explique-os:

a. _____

b. _____

c. _____

12. Em quais situações você se sente discriminada pela sua orientação homoafetiva?

13. Os movimentos GLBTTS atuam de forma concreta no combate à discriminação?

() Sim () Não

Por quê?

14. Em sua opinião os grupos abaixo ocupam um espaço facilitador na luta pela diversidade sexual?

a. Travesti / Drag Queen () Sim () Não () Nem facilita, nem dificulta

Por quê? _____

b. Bissexuais () Sim () Não () Nem facilita, nem dificulta

Por quê? _____

15. De que forma você participa das atividades organizadas por movimentos GLBTTS?

16. Indique o grau de importância das seguintes reivindicações homossexuais.

Concordo Totalmente					
Concordo					
Não sei					
Discordo					
Discordo Totalmente					

Direito a manifestar em público seu afeto	1	2	3	4	5
Direito a viver publicamente sua identidade	1	2	3	4	5
Direito ao casamento civil	1	2	3	4	5
Direito a adotar filhos (as)	1	2	3	4	5
Direito a ser respeitado por todos os cidadãos	1	2	3	4	5
Direito à assistência nos problemas de saúde	1	2	3	4	5
Direito à herança do companheiro (a)	1	2	3	4	5
Direito ao casamento religioso	1	2	3	4	5
Direito à mudança de gênero no registro civil (independente de mudança cirúrgica de sexo)	1	2	3	4	5
Você indicaria como importante alguma outra reivindicação?					

17. Uma vez que a livre expressão da sexualidade é coibida e recriminada socialmente, quais as formas que você encontra para estabelecer contato com pessoas que possuam orientações semelhantes a sua?

Anexo 2:

A vivência Heteroafetiva

QUESTIONÁRIO

O GRUPO DE PESQUISA EM COMPORTAMENTO POLÍTICO da UFPB, tem organizado um conjunto de estudos sobre a discriminação, levando assim a necessidade de conhecer as condições de vida das mulheres com as mais variadas formas de práticas sexuais da Paraíba.

Este estudo caracteriza-se por um pesquisar a realidade vivida pelas mulheres. Neste sentido, estamos contando com a sua colaboração para responder a esta entrevista em forma de questionário, solicitando que não deixe nenhuma resposta em branco.

Suas respostas serão tratadas com todo o sigilo que o tema obriga.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Contatos:

UFPB / CCHLA / GPCP (sala 46)

Campus Universitário

Caixa Postal 5069 CEP 58059-200

João Pessoa – Paraíba

Tel: (83) 3216 -7674 / 8827- 0977 E-mail: **machado.ao@uol.com.br**

Idade: _____

Qual a sua renda familiar aproximada em Reais? R\$ _____

Religião:

() Sem religião

() Católica não praticante

() Católica praticante

() Outra _____

() Evangélica

() Espírita

() Afro-brasileira (umbanda,
candomblé, etc

1. É sabido que existem formas de viver a sexualidade. Gostaríamos de saber em qual das formas abaixo listadas você se identifica:

() Bissexual () Heterossexual () Homossexual () Outra: _____

2. Com que idade você sentiu pela primeira vez o desejo sexual? _____ anos

3. Cite três sentimentos os quais você **se deparou no início da prática sexual?**

a. _____ b. _____ c. _____

Explique-os:

a. _____

b. _____

c. _____

4. Quais foram os principais fatores que facilitaram e dificultaram o reconhecimento do desejo sexual?

a. Dificultaram: _____

b. Facilitaram: _____

5. Qual foi a postura da sua família frente ao início da prática sexual?

☐ não sabiam

☐ aceitação plena (apoio moral, compreensão, etc.)

☐ não se falava no assunto (fingiam que não sabiam)

☐ rejeição afetiva (recriminações, moralismos, etc)

☐ rejeição com punições concretas (expulsão do lar, espancamento, etc)

☐ outra: _____

6. Você acredita que existam diferenças entre homens e mulheres quanto à prática do desejo sexual?

7. Descreva qual papel ocupa na sua vida, enquanto realização pessoal, os itens abaixo:

a. Afetividade (relacionamentos amorosos): _____

b. Sexualidade (prática do desejo): _____

8. Você sente que vive livremente suas sexualidade? ()Sim ()Não

Por quê?

9. O que você pensa a respeito dos relacionamentos amorosos homoafetivos femininos?

10. Como você entende a percepção da sociedade quanto a esses relacionamentos (homoerotismo feminino)?

11. Qual(is) seria(m) para você a(s) causa(s) da homossexualidade?

12. Para você, em que situações se manifesta a homofobia?

13. Em sua opinião os grupos abaixo ocupam um espaço facilitador na luta pela diversidade sexual?

a. Movimento GLBTTS ()Sim ()Não () Nem facilita, nem dificulta

Por quê?_____

b. Travesti / Drag Queen ()Sim ()Não () Nem facilita, nem dificulta

Por quê? _____

c. Bissexuais ()Sim ()Não () Nem facilita, nem dificulta

Por quê? _____

14. Responda o quanto você se sente ou sentiria constrangido nas seguintes situações.

Incomoda muito					
Incomoda					
Incomoda Moderadamente					
Incomoda Pouco					
Não incomoda					
	↓	↓	↓	↓	↓
Ver uma criança sendo adotada por um casal homossexual	1	2	3	4	5
Ver casais homossexuais se beijando	1	2	3	4	5
Ter algum parente próximo homossexual	1	2	3	4	5
Casais demonstrando afetos em ambiente público	1	2	3	4	5
Ter amigos homossexuais	1	2	3	4	5
Receber uma cantada de um homossexual	1	2	3	4	5
Ter homossexuais como colegas de trabalho	1	2	3	4	5

15. Você já teve alguma experiência homoafetiva? ()Sim ()Não

16. Quais condições deveriam existir para que uma mulher possa viver livremente sua sexualidade?

17. Que significado tem para você a bandeira do Movimento de Mulheres de igualdade sexual?
